

## Estudo do Tecido Operário Têxtil da Cova da Beira

## Ficha Técnica

Título: Estudo do Tecido Operário Têxtil da Cova da Beira

Autora: Ana Catarina Pereira

Editor: Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa

Equipa Técnica do Departamento de Formação do STSTBB:

- Carlos Conceição
- Carlos Matias
- Cidália Tavares
- Daniela Fazenda
- João Santos
- José Fernandes
- Susana Oliveira

Paginação: Multicovi, Lda

Impressão: Gráfica da Covilhã

Depósito Legal:

ISBN:

## Nota de Abertura

O presente estudo que agora colocamos à disposição de todos quantos o queiram ler não pretende ser a história do sector têxtil na Cova da Beira. É, simplesmente, um modesto contributo do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa que deixamos aos estudiosos, aos historiadores e a todos os que queiram reflectir sobre o passado, o presente e o futuro deste importante sector de actividade.

Neste estudo que assentou num diagnóstico preliminar de problemas/ necessidades do território de base definido – concelhos de Covilhã, Fundão e Belmonte, optou-se por um conjunto de instrumentos de pesquisa de recolha e análise de conteúdos, que pela sua natureza e dimensão, nesta abordagem inicial, obedeceu a requisitos que agregaram informação sucinta à descrição da situação, o conhecimento dos factores que a determinam de modo a apreender necessidades sentidas, expressas, mas sobretudo, introduzir medidas / estratégias operacionais que venham de encontro à solução de práticas de gestão inovadoras para a resolução e / ou alternância de contextos de vida de grupos sociais (famílias / operários do têxtil), grupos alvos, da situação de crise de emprego no sector têxtil.

A definição das prioridades e a fixação dos objectivos, para além de exigir uma concepção de totalidade, pressupôs uma intervenção integrada, uma leitura social, que mesmo tendo uma incidência de fileira sectorial “têxtil”, procurou obedecer a um diagnóstico social de convergência com a realidade / contexto da dinâmica sócio económica da região.

Assim, face à problemática “visível” dos efeitos da crise de emprego foi imprescindível estudar a situação real da estrutura sócio – laboral, de modo a conhecer os factores, a evolução e perspectiva, a dimensão do problema, mas simultaneamente, efectuar a análise dos obstáculos, definir prioridades e estruturar programas que integram acções não formativas (vivências e projectos de inserção) e formativas (competências sócio – profissionais).

Acreditamos sinceramente que este estudo / diagnóstico será um instrumento conceptual fundamental para a definição de práticas formativas e de inserção sócio-profissional e será também um instrumento para a definição de uma estratégia de desenvolvimento da nossa região.

Foi por isso que este estudo / diagnóstico incidu nos seguintes grupos alvos.

a) O contexto da empregabilidade de mão-de-obra da indústria têxtil da Cova da Beira.

b) A análise / definição do perfil do operário têxtil (saberes, competências, percurso profissional e perspectivas / expectativas e projectos de vida)

c) Situação / problemas relativos a mão-de-obra excedente da indústria têxtil (problemática social, ofertas formativas / reinserção no mercado de trabalho, oportunidades e alternativas, expectativas e competências / projectos de vida).

Se o estudo for lido e estudado já atingimos o nosso objectivo se, entretanto, ele for assumido como instrumento de reflexão para a acção já nos sentiremos imensamente recompensados.

O Presidente da Direcção

O conteúdo desta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opinião do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa, mas sim o resultado de um estudo elaborado segundo os métodos achados adequados e explicitados na obra.

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	5
CAPÍTULO I .....	7
Os Primeiros Tempos.....	7
A Primeira Empresa Têxtil da Covilhã.....	11
O Tratado de METHUEN.....	13
A Política Pombalina .....	18
A Real Fábrica de Panos .....	22
A Revolução Industrial que Tarda .....	25
Consolidação da Indústria na Covilhã Cidade-Fábrica.....	27
CAPÍTULO II .....	33
Indústria Têxtil no Início do Século XX.....	33
Evoluções e Retrocessos: A Verdade dos Números .....	36
Os Lanifícios.....	40
Importância da Indústria a Nível Nacional .....	44
Entrada de Portugal na CEE .....	48
O Desemprego .....	50
CAPÍTULO III.....	55
História do Sindicato .....	55
Direitos dos Trabalhadores .....	60
Histórias de Vida .....	63
CAPÍTULO IV .....	82
Reflexões Sobre a Actualidade .....	82
A Região, o Ensino e a Formação.....	84
Estratégias de Competitividade e Inovação .....	91
CAPÍTULO V .....	107
Análise Sociológica .....	107
A Realidade Presente Vista pelos Trabalhadores Desempregados.....	129



*“A maior casa pertencia, então, ao deus do povoado. Mas, um dia, na Covilhã, ergueu-se uma casa maior do que a do deus. Era a primeira fábrica de tecidos.”*

Ferreira de Castro, A Lã e a Neve





## **A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA TEXTIL E DOS LANIFÍCIOS DA COVILHÃ É TAMBÉM UM RETRATO DA HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL DO PAÍS**

Quem leia o presente estudo, que se centra fundamentalmente na indústria têxtil e de lanifícios da Covilhã – seu aparecimento, crescimento e diminuição de importância - certamente fica surpreendido com a extrema semelhança entre a história desta indústria e a história da economia portuguesa, nomeadamente da indústria e da agricultura nacional.

A indústria têxtil e de lanifícios da Covilhã cresceu e consolidou-se quando o poder político apoiou o seu desenvolvimento e os empresários não a descapitalizaram para obter um enriquecimento rápido e fácil à custa de baixos salários, da exploração acrescida, da miséria generalizada, e da obsolescência dos equipamentos e fábricas.

A indústria têxtil e de lanifícios da Covilhã cresceu e consolidou-se, sendo o motor não só do desenvolvimento desta região mas também do País, quando os interesses nacionais se sobrepuseram aos do estrangeiro, mas estagnou e quase desapareceu quando o poder político abriu as portas do País aos interesses estrangeiros e se pôs de joelhos perante ele.

Tudo isto tem uma semelhança muito grande com a história actual da indústria e agricultura nacional.

Efectivamente, o presente estudo mostra que a indústria têxtil e de lanifícios da Covilhã, fruto do trabalho árduo e mal pago de milhares e milhares de trabalhadores ao longo dos tempos, cresceu e consolidou-se quando a produção nacional foi valorizada e defendida. E isto porque as elites políticas e económicas portuguesas, já no séc. XVI, preferiam o produto estrangeiro ao nacional ou, como se refere no próprio estudo, “da Inglaterra vinham tecidos de qualidade destinados aos nobres... Da Alemanha e Irlanda chegavam brocados e damascos. Da Itália, especialmente de Génova e Florença importavam-se os veludos e sedas, endereçados à nobreza e aos ricos mercadores”. E foi apenas quando o consumo dos têxteis portugueses por nacionais aumentou ou porque “os portugueses partiram por mares nunca antes navegados”, e tiveram de levar produtos não só para seu uso mas também para trocar, ou porque apareceu algum estadista mais clarividente, como sucedeu com o ministro de Estado Luís de Meneses que, em 1686, publicou um alvará que determinava “que não se possa usar de nenhum género de panos negros, ou de cor, não sendo fabricado dentro do reino”; repetindo, só em momentos em que a produção nacional foi valorizada e protegida é que se verificou um forte ascensão da indústria têxtil e de lanifícios.

Com a assinatura do tratado de Methuen, em Dezembro de 1703, em que se escancararam as fronteiras ao têxtil inglês, a protecção e promoção da indústria têxtil portuguesa termina, o que provocou a sua estagnação e mesmo derrocada.

Em 1837 é feita uma nova tentativa para reanimar a industria têxtil nacional, com a publicação da Pauta Aduaneira, que restringe “as importações, através do aumento de impostos sobre estas, em que se procura travar a concorrência estrangeira e forçar a industria portuguesa ao desenvolvimento que tardava”. No entanto, “a tomada do poder pela facção cartista em 1842, pôs fim à política proteccionista substituindo-a pelo livre cambismo”.

Situação semelhante se verificou recentemente com o fim do Acordo de Multifibras em 2005, e com a abertura das fronteiras da U.E., e consequentemente, também de Portugal aos têxteis asiáticos, o que foi ainda agravada pela falta de preparação da industria portuguesa para enfrentar uma concorrência global e agressiva, impreparação essa causada pela baixa qualificação e mentalidade da esmagadora maioria dos empresários portugueses, mais preocupados em enriquecer fácil e rapidamente, preferindo, por isso, desviar os capitais das empresas para bens de luxo pessoais do que em investir nelas, deixando-as descapitalizadas e obsoletas, e lançando no desemprego milhares e milhares de trabalhadores.

Mas isto não se limitou apenas à industria têxtil portuguesa. Com a crescente desindustrialização que se tem verificado nos últimos anos em Portugal, com a privatização das principais empresas públicas portuguesas (PT, EDP, GALP, banca portuguesa, etc.), e o seu consequente controlo por parte dos grandes grupos estrangeiros, com a subordinação crescente do poder económico e político à União Europeia e aos interesses estrangeiros, com a entrega das riquezas nacionais ao controlo externo, de novo o futuro e o desenvolvido sustentado, independente e equilibrado do País está em causa.

Tal como sucedeu no passado, também agora a luta entre o “livres cambistas”, ou seja, aqueles que defendem que não é necessário valorizar e proteger a produção nacional, e que o crescimento económico resultará, como por milagre, da abertura total do País aos estrangeiros e à livre concorrência internacional, e os que defendem que o desenvolvimento económico independente e sustentado do País passa pela valorização, apoio e protecção da economia nacional, e pelo desenvolvimento da industria, e nunca pela subserviência em relação ao estrangeiro, coloca-se com uma importância e acuidade cada vez maior e está de novo na ordem do dia.

É por esta razão que os defensores actuais do “livre cambismo”, acantonados no poder político e dominados pela obsessão do défice, pretendem reduzir ao mínimo a intervenção do Estado, destruindo os serviços públicos essenciais à população e ao desenvolvimento equilibrado e sustentado do País, para assim obter o equilíbrio das contas públicas, abrindo desta forma o campo ao domínio e exploração privada, nomeadamente dos grandes grupos económicos portugueses e estrangeiros.

Tudo isto mergulhou o País numa profunda e grave crise económica e social, o que arrastou também a indústria têxtil para uma crise nunca antes vista. Efectivamente, com a quebra continuada e significativa do poder de compra da população e com a liberalização dos mercados, a indústria têxtil e de vestuário assistiu a uma quebra continuada das suas vendas, nomeadamente a destinadas às exportações.

Entre 2001 e 2005, a quebra das exportações têxteis atingiu, em valor, mais de -10%, e mesmo a estagnação verificada em 2006, nas exportações das exportações dos têxteis, não significa uma inversão naquele andamento nem uma profunda alteração no perfil produtivo, como alguns pretendem fazer crer, mas apenas uma paragem que está associado a um crescimento cada vez mais significativo quer da economia mundial quer da economia europeia. O reconhecimento de que a situação no sector têxtil ainda não está resolvida, e que a esmagadora maioria das empresas continua a enfrentar grandes dificuldades para sobreviver face a uma concorrência global cada vez mais agressiva, levou recentemente a associação patronal do sector a exigir ao governo português, que ao assumir a presidência da U.E., procurasse introduzir medidas de protecção do têxtil português e comunitário relativamente à concorrência asiática.

Neste contexto, em que a indústria nacional não conseguiu ainda ultrapassar as graves insuficiências e deficiências que tem, são sempre os trabalhadores, a esmagadora maioria a auferirem ainda salários que estão pouco acima do salário mínimo nacional, e sujeitos a uma exploração acrescida quando se compara a sua situação não só com a dos trabalhadores da indústria têxtil de outros países da U.E. mas também com a dos trabalhadores dos outros sectores da economia portuguesa, e em risco de um desemprego crescente, as vítimas maiores da incapacidade e do alheamento revelado pelas entidades patronais e pelos sucessivos governos para fazer sair o sector têxtil e o do vestuário português da crise e do atraso em que se tem encontrado permanentemente mergulhado.

Para terminar, não podia de deixar de referir o papel importante que tem tido o Sindicato dos Têxteis e todo o Movimento Sindical, encabeçado pela CGTP, assim como os seus dirigentes na defesa da indústria têxtil e de lanifícios em Portugal e dos seus trabalhadores, como se conclui também da leitura do estudo que agora se publica.

Eugénio Rosa  
Economista  
Gabinete de Estudos da CGTP-IN



## INTRODUÇÃO

Buscando inspiração em Garrett, *Viagens na Minha Terra* poderia ser o título da obra que aqui apresentamos. Uma viagem ao passado e ao presente da indústria têxtil na Beira Interior (que simultaneamente procura perspectivar um futuro algo incerto e pouco risonho) foi justamente a técnica que utilizámos para recontar uma História: a da cidade que um dia foi denominada *Manchester Portuguesa* e dos operários que nela trabalham.

Um cognome como este sublinha, desde logo, a grande importância da indústria têxtil na região. É precisamente a sua evolução ao longo dos séculos, bem como o percurso do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa, que nos propomos analisar. Relembrando sempre que a História não é somente feita por heróis, nem se resume a uma análise cronológica, iremos também conhecer aqueles que, durante toda a sua vida, trabalharam como operários neste sector. Recordações, lembranças e dificuldades atravessadas durante o período ditatorial português e na transição para a democracia, serão relatadas na primeira pessoa. Entrevistaremos ainda personalidades de alguma forma ligadas à região, como o próprio dirigente do Sindicato - Luís Garra, João Esgalhado, vereador da Câmara Municipal da Covilhã, Carvalho da Silva, dirigente da CGTP e Heitor Duarte, sociólogo e antigo professor da Universidade da Beira Interior. Os seus testemunhos serão publicados na íntegra, reservando-se o Sindicato o direito de discordar com algumas das opiniões citadas.

Efectuaremos também um estudo aprofundado junto dos operários que se encontram actualmente no activo, de forma a conhecermos os seus saberes, competências e percurso profissional, bem como expectativas e projectos de vida, numa altura em que os têxteis enfrentam novos desafios. Diagnosticar a situação do operariado da Cova da Beira, tendo em consideração a necessidade e urgência de uma profunda reorganização e dinamização deste sector da actividade, constitui um dos objectivos deste trabalho.

Para tal, configurou-se-nos necessário e conveniente complementar as informações teóricas recolhidas, com um inquérito directo, lançado a uma amostra significativa de trabalhadores, tão representativa quanto possível das diversas funções desempenhadas por cada um. O diagnóstico teoricamente formulado será, desta forma, complementado com as informações recolhidas e tratadas e o estudo será complementado por duas ciências sociais e humanas: História e Sociologia.

A análise social que resultará destas *viagens* definirá situações problemáticas na vida profissional dos operários e detectará algumas das suas principais necessidades. Ao presente trabalho, espera-se que se sigam novas prioridades e estratégias para resolução destes casos, posteriormente definidas no âmbito de diversos projectos de reorganização da indústria, desenvolvidos pelo Sindicato dos Têxteis em concertação com os agentes políticos e económicos da região.

# CAPÍTULO I

## Os Primeiros Tempos

Falar da História da Indústria Têxtil na Cova da Beira é falar da História de uma região. Tendo sido o crescimento da Covilhã e o desenvolvimento da própria cidade-fábrica simultâneos, definir uma data certa para o aparecimento da sua indústria é tarefa ingrata. Diversos historiadores apontam, no entanto, os primeiros tempos da monarquia, ou mesmo anteriores, como o período mais provável para o início desta actividade.

As condições geográficas não podiam, desde logo, ser mais propícias. A Covilhã, situada na região da Beira Baixa, é circundada por duas ribeiras, da Carpinteira e de Goldra, que emanavam “das suas entranhas graníticas uma água puríssima adaptável ao tratamento das lãs”<sup>1</sup>, e que viriam a auxiliar, mais tarde, os inventos hidráulicos da indústria. A criação de gado lanígero na Serra da Estrela foi igualmente essencial para o seu desenvolvimento, sendo que Viriato foi também pastor nos montes Hermínios: “Como as montanhas são, além dos seus cursos de água que faziam mover as máquinas antigas, o meio mais propício para a criação de gado, parece terem sido estas o berço da indústria de lanifícios.”<sup>2</sup>.

O Foral concedido por D. Sancho I à vila da Covilhã, em 1186, demonstra já a importância económica da região. Com o intuito de povoar e fixar a população, são concedidos inúmeros privilégios aos seus habitantes, entre os quais destacamos<sup>3</sup>:

- “*Os moradores de Covilhã não pagarão em todo o reino nenhuma multa se não pelo foral da Covilhã*”;
- “*O gado de Covilhã não pagará o tributo de pasto em terra alguma*”, sendo que “*Os que quiserem apascentar seus gados nos termos de Covilhã pagarão o tributo de montadigo que é de rebanho de ovelhas quatro carneiros, e de vacas uma vaca. Tal montadigo pertence ao concelho*”;

---

<sup>1</sup> Silva, José Aires da; *História da Covilhã (1870 – 1970); Centenário da Cidade*; Covilhã; 1970; pág. 58

<sup>2</sup> Idem; pág. 59

<sup>3</sup> O texto do Foral pode ser consultado na íntegra em várias obras da região, como Isidoro, Alcina, et al; *Do Foral à Covilhã do Século XII*; Fundão; 1988; e também Quintela, Artur de Moura; *Subsídios para a Monographia da Covilhan*; Covilhã; 1899

- “*Os moradores de Covilhã não pagam portagem*”.

Deste modo, para além de promover a fixação da população na vila, o Foral do Rei Povoador pretendia ainda incentivar alguma actividade comercial. A indústria dos lanifícios era então, como o foi até muito tarde, uma indústria caseira, encontrando-se por toda a parte onde se criasse o gado lanígero, como tão bem descreveu Ferreira de Castro:

*“No começo do Verão, antes de demandar os altos da serra, ovelhas e carneiros deixavam, em poder dos donos, a sua capa de Inverno. Lavada por braços possantes, fiada depois, a lã subia, um dia, ao tear. E começava a tecelagem. O homem movia, com os pés, a tosca construção de madeira, enquanto as suas mãos iam operando o milagre de transformar a grosseira matéria em forte tecido. Constituíam o acto uma indústria doméstica, que cada qual exercia em seu proveito, pois a serra não dava, nessas recuadas eras, mais do que lã e centeio.”*<sup>4</sup>.

Esteves Pereira afirma ainda que a Beira e o Alentejo constituíram, desde épocas remotas, os centros produtores indígenas dos buréis, saragoças e estamenhas, sendo que na Beira os grandes centros eram Covilhã, Gouveia e Fundão, enquanto no Alentejo sobressaía o trabalho de Portalegre, Estremoz e Beja.

Terá sido nos reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, que se começaram a fabricar os panos de lã meirinha. Em 1476, no capítulo XXXVI dos *Artigos das Sizas*, D. Afonso V ordenava a todos os que pisoassem burel e panos de lã, a obrigação de declararem de quinze em quinze dias as quantidades produzidas.

*“E não o querendo dizer, paguem ao rendeiro de pena, por cada vez que lh'o não disserem, cinco mil libras. O qual artigo mandamos que se cumpra. E andando em elle; porque achamos que depois do dicto artigo feito por el-Rei D. João, meu avô, que Deus haja, costumarão em alguns logares d'estes nossos Reinos de fazer pannos de lã meirinha, mandamos que esta mesma maneira se tenha com aquelles os dictos pannos da dicta lã apisoarem. E fazendo o contrário, paguem as dictas cinco mil libras, que são cento e quarenta e tres reais.”*<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Castro, Ferreira de; *A Lã e a Neve*; Lisboa; 1990; pórtico

<sup>5</sup> Quintela, Artur de Moura; *Subsídios para a Monographia da Covilhan*; já citado; pág.



Foi também D. Afonso V, o Africano, que considerou a Covilhã, por provisão “uma das principais povoações da Beira, e a mais forte deste extremo”<sup>6</sup>, reflectindo a sua importância já em meados do século XV. Aires da Silva conta que a vila tinha, na época, 2344 habitantes, incluindo fidalgos, escudeiros e criados do monarca. Por seu lado, Castelo Branco tinha apenas 800 habitantes, em Penamacor residiam 380, Monsanto contava com 300 habitantes, e Valhelhas e Manteigas cerca de 230 cada. Belmonte e Sortelha, por estarem isoladas, haviam perdido a antiga importância<sup>7</sup>.

A 1 de Junho de 1510, D. Manuel I promulga o Foral Novo da Covilhã, onde são conservados todos os antigos privilégios do primeiro foral e acrescentadas novas determinações. Fica estipulado que não se pagaria portagem por pano ou fiado que se mandasse fora tecer, curar ou tingir. De todos os panos de seda, lã, algodão ou linho se pagará por carga maior nove reis, e por menor quatro reis e meio. Estas medidas pressupunham grande actividade na manufactura de panos grossos, por vezes mandados tecer e ultimar fora da vila.<sup>8</sup>

Era adágio conhecido que se todos os “filhos de Adão pecaram, todos os da Covilhã cardaram.”. Apesar do exagero com que é necessário contar, daqui podemos já inferir a importância que os lanifícios tinham na região como fonte de trabalho e rendimento. À semelhança dos trapeiros e dos senhores dos engenhos de tinturaria, também os tecelões e os mercadores exerciam a indústria. Compravam as lãs que manufacturavam por conta própria no seu tear doméstico ou na sua oficina, seguindo-se as restantes transformações em oficinas alheias. O tecido por grosso era posteriormente entregue ao mercador ou vendido a retalho nas feiras do reino. A roca e o fuso, que até há pouco continuavam a servir nas aldeias, bem como o tear primitivo, trazido para a Península pelos romanos, constituíram os aparelhos precursores dos teares de pau, então utilizados. Só mais tarde começariam a surgir os teares mecânicos.

No início do século XVI, representa-se em Coimbra a Tragi-comédia Pastoril da Serra da Estrela, de Gil Vicente, para comemorar o nascimento da princesa Maria, filha de D. João III. Neste auto, a Serra da Estrela é personalizada na figura da pastora e anuncia a vinda do pastor Gonçalo, que traz presentes das Beiras, entre eles “os muitos panos finos que se fazem lá” (na Covilhã)<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Silva, José Aires da; *História da Covilhã (1870 – 1970); Centenário da Cidade*; já citado; pág. 31

<sup>7</sup> Muitas povoações da raia encontravam-se abandonadas devido ao conflito com Castela, à falta de meios e ao seu isolamento.

<sup>8</sup> A este respeito veja-se Quintela, Artur de Moura; páginas 59 a 82

<sup>9</sup> A eterna discussão sobre o local de nascimento de Gil Vicente, na Covilhã ou em Guimarães, não chegou nunca a um consenso. Podemos no entanto concluir, pela leitura desta obra que o dramaturgo conhecia muito bem a região, podendo ter nela, se não nascido, pelo menos residido.

A indústria regional começa assim a adquirir relativa importância, pelo que foi necessário encarregar um superintendente do fabrico dos panos: o vedor<sup>10</sup>. O primeiro vedor dos panos da Covilhã foi Vicente Marcos, nomeado a requerimento dos juizes e oficiais da Vila. A carta de nomeação é dada em Lisboa, a 11 de Outubro de 1515.

Em 1530 é substituído por Diogo Pinheiro, quando D. João III desagrega a vila do Fundão da vedoria dos panos da Covilhã, atribuindo o novo lugar a Álvaro Gonçalves, morador desta vila. No seu reinado (como no anterior, de D. Manuel I) procede-se a uma descentralização da administração, que atribui maior autonomia aos concelhos e lhes propicia um maior desenvolvimento económico.

Em 1535, os mestres começam a ter assento no grémio municipal, por carta do Infante D. Luís, quarto filho de D. Manuel, e Senhor da Vila, onde, segundo Aires da Silva, terá vivido algum tempo. Num palácio junto à porta da vila, o infante teria a seu serviço inúmeros mesteiros, como alfaiates, correeiros, armeiros e ourives, entre outros.

Nos meados do século XVI, no reinado de D. João III, foram promulgadas leis destinadas a fomentar a actividade dos diferentes ofícios: os regimentos. No reinado seguinte, em 1559, D. Sebastião promulga o Regimento dos Tecelões e, em 1563, o Regimento dos Trapeiros, pelo qual se regulamentava toda a manufactura de panos e a actividade dos seus homens de mester (pisoeiros, tintureiros, tecelões, e outros). De Inglaterra e de França chegavam técnicos para o ensino destes artificies.

A partir de 1573 os vedores do Rei foram substituídos por vedores de eleição, sendo redefinidas as suas funções e limitando-se a três anos o período da sua actividade. Ao vedor passa a ser exigida a prestação duma fiança: os padrões das fazendas e das tintas, os selos da vila, os ferros e o livro dos sinais e marcas dos ofícios são-lhe entregues, no momento da posse. Entre as suas obrigações passam a figurar a visita às casas dos trapeiros e dos oficiais, a fiscalização dos instrumentos de fabrico, a ferragem e selagem dos panos após a tecelagem e ultimação e, em colaboração com o Juiz da terra, a determinação anual da percentagem de panos finos que, sobre o total dos panos mais grosseiros, cada trapeiro é obrigado a fabricar.

---

<sup>10</sup> A este respeito veja-se Martins, Fernando António Meirinho e Pereira, Joaquim dos Santos; *A Indústria de Lanifícios da Covilhã – seu papel ao longo do século XVIII*; Lisboa; 1974 - 75

## A Primeira Empresa Têxtil da Covilhã

Neste mesmo ano (1573) D. Sebastião fundou no lado Norte da Ribeira da Carpinteira, a Fábrica D'El Rei. A primeira empresa têxtil da Covilhã foi então considerada a melhor do país. Nela se fabricaram os primeiros padrões destinados a outras fábricas do reino, como as de Portalegre e Estremoz. Por carta régia desse mesmo ano, o rei passou certidão desses padrões, para modelo do que haviam de ser os tecidos.

Toda esta organização previa elevados níveis de consumo, mas os mesmos não se viriam a constatar. Os portugueses continuaram a ignorar a produção nacional, enquanto em Lisboa se gastavam principalmente os panos de Espanha, França e Inglaterra:

“Com efeito, da Inglaterra vinham tecidos de qualidade destinados às vestimentas dos nobres, bem como fustões de Bristol, usados pela gente mais remediada. Da Alemanha e da Irlanda chegavam brocados e damascos. Da Itália, especialmente de Génova e Florença importavam-se os veludos e as sedas, endereçadas à nobreza e aos ricos mercadores. Assim, à Infanta D. Joana foi dada, em 1453, uma murça de Lille preta, forrada de arminho. D. Pedro foi obsequiado por D. João II com uma capa e calça de Londres. Os caçadores usavam fazendas de Yprés. Vestiam-se igualmente as *bretanhas* e as *irlandas*. Produtos da nossa indústria, como baetões, picotes e *saragoças* usava-os o povo. Eram então já conhecidos os linhos de Vila do Conde, a par dos panos da Covilhã.”<sup>11</sup>.

Entre os reinados de D. Manuel I e D. Pedro II, a indústria dos lanifícios atravessou um longo período de estagnação, com alguns momentos de grave crise económica particularmente sentidos nesta região. A fase de recuperação acontece no período em que os portugueses partiram *por mares nunca dantes navegados* e puderam dar *novos mundos ao mundo*. A chegada ao Oriente iniciou um novo período de prosperidade económica, que se reflectiu também na indústria dos lanifícios. Lisboa passou a ser o grande porto comercial para as magníficas sedas orientais, ao mesmo tempo que as encomendas de panos da região aumentaram em grandes quantidades:

---

<sup>11</sup> Silva, José Aires da; *História da Covilhã*; 1996; páginas 26 e 27

*“Depois, Portugal descobriu longínquas terras e também a rota marítima da Índia; e houve que vestir a muitas gentes exóticas, a troco do que elas, forçadas ou voluntariamente, entregavam aos descobridores. E os teares da serra multiplicaram-se. Cada tecelão trabalhava, ainda, no seu casebre, de lume aceso no Inverno e porta escancarada no Estio.”*<sup>12</sup>

Em 1671, D. Pedro II funda a Fábrica D’El Rei, na Ribeira da Carpinteira (actualmente conhecida como Fábrica Velha), no mesmo local onde teria já existido a Fábrica D’El Rei D. Sebastião. Aires da Silva sugere que a fábrica fundada por D. Pedro II poderia ser tanto uma fábrica nova, edificada sobre as ruínas da primeira, como uma reedificação da antiga fábrica, não existindo documentação que reforce qualquer uma das hipóteses.

Como já referimos, a grande maioria dos panos portugueses eram importados, o que deixava o país numa situação de dependência em relação aos países exportadores. A primeira tentativa no sentido de emancipação económica surge ainda no reinado de D. Pedro II. Em alvará de 9 de Agosto de 1686, o ministro de Estado D. Luís de Meneses, 3º Conde da Ericeira ordenava:

*“E porque tenho mandado dar nova forma às fábricas do reino para com ellas supprir o que for necessario a meus vassallos, prohibo que se não possa usar de nenhum género de pannos negros, ou de cor, não sendo fabricados dentro do reino.”*<sup>13</sup>.

A D. Luís de Meneses se deve ainda a fundação da Fábrica dos Panos, instalada na Covilhã em Fevereiro de 1702. Com técnicos estrangeiros e máquinas avançadas, mesmo em contexto nacional, começaram a fabricar-se fazendas de excelente qualidade, como serafinas e sedas. O Conde da Ericeira seria assim o primeiro grande impulsionador da indústria da Covilhã. Com a proibição do uso de panos importados, impediu que grande parte da riqueza nacional fosse para o estrangeiro e reanimou a fraca indústria nacional. Foi, por estes motivos, condecorado na Covilhã com a comenda de São Bartolomeu.

---

<sup>12</sup> Castro, Ferreira de; *A Lã e a Neve*; já citado; pórtico

<sup>13</sup> Pereira, Esteves; *A Indústria Portuguesa – Subsídios para a sua História*; 1979; pág.

## O Tratado de METHUEN

A economia portuguesa, que não dependia apenas do desenvolvimento industrial, continuava no entanto a depender da “velha aliada” Inglaterra, principal fornecedora de panos para Portugal. As medidas promovidas pelo Conde da Ericeira desagradaram aos ingleses, que enviam a Portugal um representante do governo (John Methuen) com o intuito de negociar / pôr fim ao protecçãoismo vigente.

O período de revitalização da indústria nacional termina a 27 de Dezembro de 1703, com a assinatura, em Lisboa, do Tratado de Methuen. O diploma, de fundo essencialmente económico, é curto, claro e simples, com três artigos apenas:

- I. *Sua Magestade ElRey de Portugal promete tanto em Seu proprio Nome, como no de Seus Successores, de admitir para sempre daqui em diante no Reyno de Portugal, os Panos de lã, e mais fabricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até o tempo que forão prohibidos pelas Leys, não obstante qualquer condição em contrario.*
- II. *He estipulado que Sua Sagrada e Real Magestade Britanica, em seu proprio Nome e no de Seus Successores será obrigada para sempre daqui em diante, de admitir na Grã Bretanha os Vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja Paz ou Guerra entre os Reynos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir de Direitos de Alfândega nestes Vinhos, ou debaixo de qualquer outro titulo, directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em Pipas, Toneis ou qualquer outra vazilha que seja mais o que se costuma pedir para igual quantidade, ou de Medida de Vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do Direito do costume. Porem, se em qualquer tempo esta dedução, ou abatimento de direitos, que será feito, como acima he declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Magestade Portuguesa poderá, justa e legitimamente, proibir os Panos de lã e todas as demais fabricas de lanifícios de Inglaterra.*
- III. *Os Exmos. Senhores Plenipotenciários promettem, e tomarão sobre si, que seus Amos acima mencionados ratificarão este Tratado, e que dentro do termo de dous meses se passarão as Ratificações.<sup>14</sup>*

---

<sup>14</sup> Serrão, Joaquim Veríssimo; *História de Portugal (1640 – 1750)*, volume V; Lisboa; 1982; pág. 230

A proibição da entrada de panos estrangeiros em Portugal, embora mais formal do que efectiva, havia perturbado o comércio inglês, e foram os próprios comerciantes de tecidos da terra de John Methuen que insistiram na concessão de uma pauta favorável aos vinhos portugueses, para que aquela proibição cessasse.

Assim passou à História o Tratado de Methuen, tendo de imediato começado a produzir os seus efeitos. Desde a data em que foi firmado, foi também combatido. Em Portugal, a gente do tempo não poupou os que se haviam envolvido nas negociações. Suspeitas de suborno foram divulgadas. De acordo com Fernando Martins e Joaquim Pereira<sup>15</sup>, ao padre Sebastião de Magalhães, jesuíta e confessor de D. Pedro II, atribuíu-se o recebimento de 50 mil cruzados. Vários conselheiros reais foram também acusados de suborno - suspeitas ou acusações de certo modo confirmadas pela própria prestação de contas de Methuen ao Parlamento. Nela constava ter o negociador despendido 44 mil moedas de ouro, além das jóias que trouxera para Portugal para o cumprimento da sua missão, montando os presentes a 216 mil cruzados.

De acordo com Esteves Pereira, o Tratado assinado por D. Pedro é fatal para a indústria portuguesa e lança a Covilhã, particularmente, num período de grave crise económica. Para o reconhecer basta, segundo o autor, considerar que as importações de mercadorias inglesas, que em 1684 tinham baixado a 400 libras, excederam o triplo dessa cifra em 1704 (um ano após a assinatura do Tratado) atingindo o valor de 1 300 libras. Na opinião do autor, este Tratado favorecia a entrada dos panos ingleses em Portugal, dando aos vinhos a insidiosa e pequena vantagem de pagarem menos um terço dos direitos que pagavam em Inglaterra os vinhos de França. De sublinhar ainda que os vinhos lusos importados por Inglaterra eram pagos, na prática, com mercadorias, o que não acontecia se fossem importados de França, a quem tinham de ser pagos em moeda. Da parte de Portugal, os panos eram pagos com produtos coloniais, entre os quais avultava, pelo seu valor, o ouro do Brasil, numa balança de trocas constantemente desfavorável.

A primeira metade do século XVIII corresponde, deste modo, a um período de grave crise para a indústria covilhanense. De acordo com José Aires da Silva os fabricantes de então, chamados paneiros, eram explorados pelos traficantes ou assentistas de panos: o tecelão ganhava 200 reis por cada pano quando devia ganhar apenas 10 tostões. Nas suas palavras:

“Durante o Verão, desde Unhais da Serra até Gouveia, pastavam 40 mil cabeças de gado, que produziam grande parte da lã, destinada ao trabalho árduo das 3500 almas da Covilhã. Durante o século XVIII,

---

<sup>15</sup> Martins, Fernando António Meirinho e Pereira, Joaquim dos Santos; *A Indústria de Lanifícios da Covilhã – seu papel ao longo do século XVIII*; obra já citada

foi manual todo o trabalho de cardar, fiar e tecer. Os obreiros e as fiandeiras tinham em sua casa, o tear, a roca de fiar, ou a sua própria oficina. Raros eram os que tinham capital para fabricar de conta própria duas ou três peças de fazenda. Os chamados traficantes compravam a lã e mandavam proceder às diferentes fases de fabrico dos panos, desde a cardação à tinturaria. E desde padres a barbeiros, desde os frades do Convento de Santo António até aos presos da cadeia que se situava nos fundos do edifício dos Paços do Concelho, tudo trabalhava e dependia da lã.”<sup>16</sup>.

Contrariando o acordo com Inglaterra, D. João V é forçado a empreender algumas medidas proteccionistas em relação às fábricas de tecidos da Covilhã, garantindo-lhes o fornecimento do pano para os fardamentos do exército e dos tecidos usados nas livrés da Casa Real. A nível nacional investiria na contratação de novos técnicos, na procura de novos inventos e modelos e no estabelecimento de novas indústrias de lanifícios das ilhas.

Uma vez mais a reacção inglesa não se fez esperar, em protesto contra estas medidas contrárias à letra do Tratado de Methuen. De pouco lhes valeria tal protesto. Os tecidos estrangeiros de precedência não inglesa continuaram a entrar em Portugal (embora gravemente prejudicados pela cláusula preferencial que amparava os panos oriundos da tradicional aliada) e a fabricação nacional continuou a desempenhar um papel importante em termos económicos, apesar dos diversos momentos de crise atravessados.

Em Londres, D. Luís da Cunha, representante português da nação e herdeiro das ideias do Conde da Ericeira, manifesta-se contra as facilidades concedidas ao ingresso dos panos ingleses em Portugal, por prejudicarem o desenvolvimento das indústrias nacionais correspondentes. Tinha orgulho em apresentar-se nas cortes de Londres e Paris com roupas e panos fabricados na Covilhã ou no Fundão. Acima de tudo, não acreditava que tais concessões fossem necessárias à obtenção de tratamento privilegiado para os vinhos portugueses em Inglaterra, uma vez que sempre haviam sido preferidos, em relação aos vinhos franceses. A concessão, ao que informava, viria trazer um duplo prejuízo: arruinaria a indústria nacional de panos e contribuiria para que os lavradores lusos *convertessem em vinhos as terras de pão*, precisando depois importar alimento, além do vestuário.

A situação agrava-se quando, no final do reinado de D. João V, o ouro do Brasil começa a escassear, nunca tendo havido uma política efectiva de investimento na indústria que atendesse às necessidades internas. O ouro proveniente de terras de Vera-Cruz passava por Portugal, partindo directamente

---

<sup>16</sup> Silva, José Aires da; *História da Covilhã*; 1996; pág. 63

para as mãos dos ingleses, franceses e flamengos, povos de quem dependia o nosso comércio externo. No dizer de A. do Carmo Reis: “O muito ouro que veio do Brasil, no decurso do reinado de D. João V, permitiu uma época de opulência que, por má gestão da Coroa, acabou por ser mais aparente que real. Ao abrir da segunda metade do século, o Tesouro do Estado encontrava-se numa situação deprimente.”<sup>17</sup>.

O tráfego e a falta de investimento nos têxteis regionais agravaram assim uma situação que nunca se mostrou fácil. Na tentativa de resolução de alguns problemas, ou pelo menos de os amenizar, é criado a 11 de Agosto de 1750, o cargo de Superintendente Geral das Comarcas da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Pinhel:

“atendendo ás clamorosas e repetidas queixas, com que os fabricantes das tres Comarcas da Guarda, Castelo Branco e Pinhel, suplicaram na minha Real Presença, que provesse de oportuno, e eficaz remédio contra as intoleraveis opressões que lhes faziam os Assentistas arrematantes dos fardamentos do Meu exército; por cujos monopólios e fraudes, se achavam reduzidos à última ruína, sem terem com que se alimentar, e as suas famílias.”<sup>18</sup>

Mais á frente, o documento faz saber sobre quem recaiu a sua escolha:

“Eu El-Rei Faço saber a vós Luiz José Nunes Madeira, juiz de fora da Covilhã, que tendo consideração ás boas informações que de vós tive, e por esperar que em tudo o que de vós encarregar, me servireis com o cuidado e zelo que de vos confio: Houve por bem nomear-vos superintendente e juiz conservador de todas as fábricas de lanifícios que se acham estabelecidas e estabelecerem nas três comarcas de Castelo Branco, Guarda e Pinhel.”<sup>19</sup>

Ao longo da sua vigência, o Tratado de Methuen teria diversos críticos, adversários e oponentes, entre os quais se encontrava Sebastião José de Carvalho e Melo. O futuro Marquês de Pombal, quase meio século depois de firmado o acordo económico em questão, apresenta-se como o seu grande opositor. Retomando e ampliando as ideias do Conde da Ericeira, e em plena vigência do Tratado de Methuen, deu forma e realidade a uma política económica que, em essência, contradizia os termos daquele tratado.

---

<sup>17</sup> Reis, A. do Carmo; *Atlas da História de Portugal*; Porto; 1987; pág. 64

<sup>18</sup> Dias, Luiz Fernando Carvalho; *História dos Lanifícios, volume I*; Lisboa; 1958; pág. 10

<sup>19</sup> Idem; pág. 12



Entre os próprios ingleses, também surgiram críticas cerradas ao Tratado. Dez anos após a sua assinatura, afirmava-se que havia sido um acto de traição, realizado sem o voto do Parlamento, e que o seu negociador merecia que lhe cortassem a cabeça. Os nacionalistas exaltavam a obra de Methuen, enquanto os livre-cambistas o consideravam nocivo. Adam Smith, criador da Economia Política e grande defensor do livre cambismo, considerou-o desvantajoso para o seu país. Os debates continuaram até que, em 1842, o Tratado se esgotou nos seus efeitos. Durara quase século e meio: tivera um papel de relevo, não só no quadro das relações comerciais anglo-lusas, como no próprio desenvolvimento da revolução mercantil; fornecera elementos ao surto capitalista de setecentos e oitocentos, e despertara, sempre e por toda a parte, debates desencontrados, apaixonados e tempestuosos – debates que se prolongaram além da sua vigência e chegaram ao nosso tempo, sem nunca terem gerado consenso.

Parece no entanto evidente que o Tratado não deu a Portugal nada que o País já não tivesse: já antes de 1703, os vinhos portugueses gozavam o favor da tarifa preferencial nas alfândegas britânicas. Inglaterra adquiriu, por sua vez, grandes vantagens de que não dispunha, com a cedência de facilidades à entrada dos seus tecidos no país luso. A indústria têxtil nacional fica novamente sem estímulos de produção e sem meios de concorrência: Portugal volta a assumir uma posição de subalternidade económica, deixando transitar o ouro do Brasil para as terras frias de Inglaterra.

Por seu lado, o historiador Joaquim Veríssimo Serrão pede prudência na afirmação de que o item relativo à entrada dos panos ingleses asfixiou a florescente indústria nacional. Na sua opinião, não existia, em Portugal, ambiente propício ao desenvolvimento da indústria têxtil: esta não se desenvolvera com a franquia nem se extinguiu de todo com a proibição. A crise económica que o país atravessava não admitia, nesta perspectiva, grande número de hipóteses. Era preciso acudir às necessidades do Reino em suprimento, pois não havia apenas do que vestir, mas também do que comer. Todavia gostaríamos aqui de recordar que, em virtude da assinatura do Tratado, a produção agrícola diminuiu substancialmente. As terras anteriormente destinadas ao trigo passaram para o cultivo da vinha, por ser então muito mais remuneradora. Mais tarde seria mesmo necessária legislação restritiva para que não ficasse o país na total dependência de produtos estrangeiros para assegurar a simples subsistência do seu povo.

## A Política Pombalina

No termo do reinado de D. João V, o Magnânimo, a situação económica era desastrosa, vindo a agravar-se com o grande Terramoto que destruiu Lisboa em 1755. É neste contexto que o Marquês de Pombal inicia o seu governo. Na tentativa de restabelecer o tráfego colonial, procede à fundação de companhias comerciais monopolistas, às quais concede o exclusivo de produção ou de comercialização de certos produtos. São companhias formadas por capitais mercantis, particulares, e altamente beneficiadas pelo Estado<sup>20</sup>.

A Guerra dos Sete Anos, que opõe Inglaterra e França na luta pela hegemonia no continente europeu, vem prejudicar o comércio marítimo. Como resposta a esta crise, Pombal incentiva a produção de novas riquezas no Ultramar (algodão, couros, arroz e cacau) concedendo privilégios a grupos sociais empreendedores, como os grandes mercadores e a nobreza cortesã.

A última fase da sua política económica incide sobre a indústria, através do incentivo à produção de artigos, muitos deles de luxo, que eram importados de França e também pagos com o ouro do Brasil. São financiadas oficinas de chapéus, sedas, tecidos de algodão, louça, pentes e tapetes, sendo esta produção nacional defendida pela proibição de importar produtos idênticos do estrangeiro.

Defensor do lema dos fisiocratas *laissez faire, laissez passer*, o Marquês de Pombal tentará colocar as nossas manufacturas em plano de igualdade com as estrangeiras, enveredando pelo caminho do comércio livre. A sua política não visava defender o mercado local, onde o consumo não oferecia dúvidas, mas sim conquistar os mercados das zonas costeiras, onde a concorrência estrangeira mais se fazia sentir.

Num documento com data incerta e sem assinatura, retirado do segundo volume da *História dos Lanifícios* de Carvalho Dias, são apontadas algumas das causas da crise que afectava as fábricas covilhanenses:

“a Causa da decadencia das ditas fabricas, procede da preferênciã que na Corte e nos Brasis se tem dado á os pannos e outros tessidos de lam das fabricas Estrangeiras, cuja preferênciã tem merecido pla

---

<sup>20</sup> Companhia da Ásia (1753), Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755), Companhia da Pesca da Baleia (1756), Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), Companhia de Pernambuco e Paraíba (1759); in Matos, Margarida Mendes, et al; *História – 11º Ano; 1º volume; Lisboa, 1996; pág. 285*

melhor vista que fazem por Serem mais bem fabricados e pla perfeição e variedade das Suas cores; assim parece que o meyo mais efficaz para restabelecer as fabricas do Reyno he *aperfeiçoalas em forma que* os Seus tessidos mereção pla Sua Cualidade e *bondade e pla variedade*, Suas Cores igoal ou mayor estimação que os das fabricas de fora e se possão vender a *preços igoaes*, ou mais accomodados; o que parece *seconseguirá Sem muita difficuldade*, Sendo as lans e os mantimentos muito abundantes e baratos nas Províncias e lugares do estabelecimento das fabricas.”<sup>21</sup>

Apesar dos esforços pombalinos, a crise da indústria covilhanense não parece ter fim à vista e é pormenorizadamente descrita numa carta datada de 1758, dirigida ao provedor da Junta do Comércio de Lisboa, D. Luís da Cunha:

“A vila da Covilhã acha-se em total decadência, chegada à última ruína, se a Real Piedade de Sua Magestade a não prover de remédio e V. Ex<sup>a</sup> a não patrocinar com seu amparo; todo o comércio da dita vila não é outro mais que o lavor dos panos; e como estes na sua maior saída é no fardamento das tropas e há mais de três anos que este falta na mesma terra; acham-se os officiais da mesma manufactura sem terem que fazer e os traficantes sem saída aos panos, que tem feito, e desta sorte com sue cabedal ou alheio, empatado; e por esta razão, todos em necessidade e muito mais, pela carestia dos mantimentos em que há dois anos se conservam. Não há garfo, colher, guardanapo, toalhas que se não vendam por uma quarta parte do que valem, só por remediarem a sua necessidade; e o mais é que com a mesma ocasião, há mães, que entregam suas filhas como posso certificar.”<sup>22</sup>

A quebra no fornecimento dos panos necessários para vestir o Exército originou à época, como concluímos pela leitura do documento, um excesso de produção. Para resolver o caso, a população pedia a formação duma companhia que regulasse o tráfego e dominasse os produtos isolados perturbadores do mercado. Este problema é reduzido, em parte, quando Pombal decreta que sejam exclusivamente utilizados tecidos nacionais nos fardamentos do Exército e nas librés da Casa Real, com o financiamento antecipado do Estado.

Deste modo, no princípio da década de sessenta, os fardamentos para os territórios Ultramarinos passam a ser confeccionados na Covilhã. Só para o Brasil, por intermédio do Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça, são encomendados 43 897 côvados de pano branco. Para a Índia fez-se uma

---

<sup>21</sup> Dias, Luiz Fernando Carvalho; *História dos Lanifícios, volume I*; já citado; pág. 64

<sup>22</sup> Idem; páginas 51 e 52

remessa de 15 800 côvados do mesmo pano, e outra de 4 136 côvados para Angola, o que dá um total de 63 833 côvados. Cada côvado era pago a 30.639s840<sup>23</sup>. A esta soma falta acrescentar o preço das tintas e transportes que muitas vezes representavam metade do preço do fabrico. Seja como for, o montante acima transcrito demonstra a visibilidade que estas fábricas já tinham na época e, simultaneamente, a importância que para elas tinha a fabricação dos panos destinados ao Exército colonial.

Em 1755 Pombal formou a Junta do Comércio do Reino, destinada a coordenar todas as actividades económicas, dirigindo e financiando as Companhias Gerais e Reais Fábricas. Entre tais empreendimentos, sublinha Aires da Silva, destacaram-se a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, que viria a ser uma das mais importantes da Europa nesse ramo e que muito contribuiria para a reconstrução da cidade de Lisboa, e a Real Fábrica de Panos da Covilhã, Fundão e Portalegre, autêntica fábrica-modelo, durante muitos anos considerada a melhor empresa têxtil do país.

Com a finalidade de proteger o consumidor contra as fraudes (cometidas em larga escala tanto por criadores de gado como por vendedores de lã), o Conde de Oeiras criou também a Superintendência das Fábricas de Lanifícios. Esta era governada por um provedor, seis alcaides ou deputados eleitos entre os homens-bons da vila e um juiz conservador. Como relembra Aires da Silva, todos os fabricantes da Covilhã e seu termo foram então obrigados a participar na Superintendência das fábricas, contribuindo com os seus cabedais ou, não os tendo, com a garantia dos seus bens de raiz.

Pelo alvará de 1759, o ministro procura combater as fraudes cometidas pelos criadores de lãs e pelos fabricantes. Todos os criadores passam a ser obrigados a vir vender à “Villa da Covilhã, as lãs que recolherem, em dias fixados”<sup>24</sup>.

Para evitar que o preço da lã fosse tão baixo que desanimasse os criadores, ou tão alto que impossibilitasse os fabricantes, estabelece o mesmo alvará que: “a lã, nem exceda o preço de dois mil e quatrocentos réis por arroba, nos anos menos férteis; nem se venda por menos de dois mil réis na maior abundância; sendo primeiro aberta, e examinada, de sorte que se exclua tôda a fraude da parte dos vendedores.”<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Valores retirados de Martins, Fernando António Meirinho e Pereira, Joaquim dos Santos; *A Indústria de Lanifícios da Covilhã – seu papel ao longo do século XVIII*; obra já citada

<sup>24</sup> Idem; páginas 11 e 12

<sup>25</sup> Ibidem

Respondendo também ao pedido dos traficantes, a fim de regular as ervagens estabelece-se ainda “que toda a pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, que fizer este reprovado comercio, comprando quaisquer pastos para os revender, incorra na pena de pagar pela primeira vez o tresp dobro do valor porque comprar os referidos pastos; pela segunda vez pagará o mesmo valor sextavado, depois de haver tido dois mezes de cadeia, e pela terceira vez anoveado, com degredo de 10 anos para a Praça de Mazagão.”<sup>26</sup>.

O mesmo alvará fixa um preço regular para os panos, que hão-de servir para os fardamentos das tropas: “Ordeno que os panos destinados para os sobreditos fardamentos, sejam sempre dezochenos, ou urdidos com mil e oitocentos fios da mesma grossura, tecedura e boa fabrica do Padrão que será com este Alvará”<sup>27</sup>, sendo estes sempre pagos pelo preço inalterável de 4800 réis por cada côvado, líquido e livres de todo o encargo para os mesmos fabricantes.

Em 1764, o Marquês promove o reequipamento das fábricas e a construção de outras, destinadas a fabricar toda a fazenda necessária para as fardas dos soldados, da guarda, archeiros e moços da Casa Real. As fazendas fabricadas eram enviadas para o Arsenal do Exército, às ordens do Marechal de Campo. Numa carta de 1776, o provedor da Junta do Comércio dava a seguinte ordem ao Mestre Geral das fábricas da Covilhã: “Esta Junta ordena a Vossa Mercê que mandem aprontar os fardamentos para os criados do Mui Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor Marquês de Pombal”<sup>28</sup>.

No entanto, e não pretendendo diminuir o esforço para ultrapassar a crise económica, nem esquecendo os progressos registados na época, concluímos que a desejada retoma não se deu por completo. Entre os principais motivos da falência pombalina apontam-se a diminuição da produção colonial, o abandono da produção agrícola e a falta de estradas para desenvolvimento do mercado interno.

Em 1777 Sebastião José de Carvalho e Melo é deposto e condenado ao exílio em Pombal.

---

<sup>26</sup> Ibidem

<sup>27</sup> Ibidem

<sup>28</sup> Silva, José Aires da; *História da Covilhã*; já citado; pág. 70

## A Real Fábrica de Panos

*“Um mesmo edifício serviu, na segunda metade do século XVIII quando foi construído e no último quartel do século XX quando foi recuperado, com um intervalo de dois séculos, o desenvolvimento da indústria de lanifícios da região em que se integra: a «Fábrica-Escola» pombalina que a Real Fábrica de Panos da Covilhã procurou materializar e a «Escola-Fábrica» que a Universidade da Beira Interior potencia.”*<sup>29</sup>

O local onde foi edificada a Real Fábrica era próximo da Ribeira de Goldra, numa área ampla que permitiu uma construção nova e a integração dos edifícios que já existiam (uma Tinturaria e uma Casa da Prensa que, na altura, se encontrava sob a administração da Junta do Comércio). O espaço disponível pertencia então à Santa Casa da Misericórdia, à Igreja de São Martinho e a Luís de Matos, proprietário covilhanense, que cederam o terreno, tendo em conta o serviço público que iria ser prestado à comunidade. Estes seriam igualmente os argumentos apresentados pelos Administradores para que a Junta do Comércio pombalina procedesse à sua aprovação.

Para administração da Real Fábrica foram chamados Paulino André Lombardi (italiano) e Francisco Rodrigues de Assis, que primeiramente exerceu as funções de guarda-livros da Fábrica e depois passou também a geri-la, juntamente com Lombardi. Tendo como objectivo apoiar a indústria local na prestação de serviços que exigiam instalações e técnicos especializados, que a fabricação particular não podia comportar, a Real Fábrica seria ampliada em 1790, após a criação da “Sociedade das Reais Fábricas de Lanifícios da Covilhã e Fundão”. Ao ser fundida com a fábrica de Simão Pereira da Silva (construída sobre o Chafariz das Lágrimas) surgiria a primeira fábrica completa da Covilhã.

Todos os fabricantes covilhanenses viriam a ser beneficiados pelo desenvolvimento da Real Fábrica que, quando não podia atender a todos os pedidos da Junta do Arsenal do Exército, encarregava as demais fábricas e oficinas da Covilhã das encomendas por executar, para o que lhes facultava o crédito. Aires da Silva afirma ainda que, para controlar o fabrico da fazenda, a Real Fábrica dispunha de uma Casa da Aprovação: as fazendas que “passavam o teste” eram marcadas com um selo de qualidade e só depois podiam ser vendidas no mercado. Ainda assim, Esteves Pereira sublinha que, em 1781, as fábricas da Covilhã e Fundão deviam ao cofre dos Faróis 167 456s861 réis, e ao cofre do

---

<sup>29</sup> AAVV, *VII Encontro de Professores de História – A Indústria e a História da Covilhã*

Donativo 157 472s861 réis. Por inventário da época, o seu capital era de 301 350s492 réis.

A Real Fábrica empregava então 2340 pessoas na Covilhã e 1210 no Fundão, perfazendo um total de 3559. Por sua conta trabalhavam ainda mais cerca de 2000 pessoas noutras fábricas e oficinas particulares. De acordo com o mesmo autor, a Real Fábrica mantinha escolas de fiação e tecelagem nas próprias instalações e nas freguesias limítrofes, como Alpedrinha, Castelejo, Castelo Novo, Donas, Penamacor, S. Vicente e Souto da Casa, entre outras.

Para além dos objectivos meramente lucrativos, a Real Fábrica funcionava assim como uma verdadeira escola, onde os mestres estrangeiros (ingleses, irlandeses, franceses e espanhóis) ensinavam todas as artes relacionadas com a indústria dos lanifícios. Ressaltam os nomes de Thomaz Cord, Henrique Bamford, Jorge Disher e os espanhóis Bernardo Rodriguez e Ciriaco Occanha. Os aprendizes, rapazes e raparigas entre os 8 e os 12 anos eram então recrutados entre os abandonados, órfãos ou desprotegidos da vila, e ensinados a fiar, cardar, tecer, prensar, tosar e tingir, em regime de internato. Após um período de cinco anos de aprendizagem, estas crianças podiam empregar-se nas fábricas reais.

Apesar do valor das dívidas acima referido, as últimas duas décadas do século XVIII seriam muito positivas no avanço da indústria da região. A Revolução Industrial iniciada em Inglaterra começava a repercutir-se por outras nações. Em Portugal, D. Maria I inicia um reinado que privilegia o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, favorecendo a livre iniciativa. Em 1788, entrega a Real Fábrica à administração do Barão de Quintela, a António José Ferreira e a Jacinto Fernandes Bandeira:

“Hei por bem unir a Fábrica de Lanifícios de Portalegre às da Covilhã, e Fundão desde já para quando acabarem as actuais administrações em que uma, e outras se acham: E Hei outrossim por bem, e Me praz conferir desde já para então a administração de todas elas aos sobreditos António José Ferreira, Jacinto Fernandes Bandeira, e Joaquim Pedro Quintella, para com efeito as administrarem por sua própria conta, por espaço de vinte anos, contados desde quando acabarem essas actuais administrações, e de mais dez, que novamente lhe concederei, se tanto for do Meu Real Agrado.”<sup>30</sup>

Estas fábricas passam ainda a usufruir dum selo próprio, com o Escudo das Armas reais, com a letra “Sociedade das Reais Fábricas de Lanifícios da Covilhã e Fundão”, que nenhuma outra pessoa poderia vir a utilizar.

---

<sup>30</sup> Dias, Luiz Fernando Carvalho; *História dos Lanifícios, volume II*; pág. 402

Na opinião de Artur Quintela e de Esteves Pereira, as fábricas da Covilhã e do Fundão prosperaram bastante nas mãos dos seus proprietários. Com o desenvolvimento da iniciativa privada intensificaram-se as ligações comerciais. Para tal teria sido necessário um bom sistema de vias de comunicação. O Estado decidiu-se por algumas, mas não consta que a indústria beirã tenha beneficiado dessa abertura, pois ao longo do século XIX os pedidos de abertura de boas estradas são constantes.

Nos finais da década de 90 são ainda tomadas importantes medidas para o desenvolvimento das relações comerciais. Em 1792 os teares, bem como as restantes ferramentas de trabalho dos mestres e fabricantes de todas as fábricas do Reino, são libertados do penhor e da execução de credores, indicando-se o modo de pagamento. Quatro anos depois, a criação do papel-moeda daria novo rumo às trocas comerciais da época. Também no mesmo ano (1796), o alvará de 24 de Outubro isentava de sisas as lãs do reino. Todas estas medidas demonstram o incremento que as indústrias, e o respectivo comércio delas derivado, haviam atingido nos fins do século XVIII.

No entanto, também este estado de graça não duraria muito. A prosperidade alcançada viria a perder-se com as invasões francesas, em 1807. O progresso económico que tinha vindo a manifestar-se não resistiria à gravidade da agressão político-militar que assolou o país, promovida por Napoleão Bonaparte. Em 1810 a crise atinge níveis in comportáveis: algumas fábricas da Covilhã encerram temporariamente, outras para sempre.

A Real Fábrica da Covilhã esteve fechada por muitos anos. Como relembra Aires da Silva, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Reino e Seus Domínios fez colocar editais, no sentido de se encontrarem novos administradores para as Reais Fábricas, mas ninguém se aventurava. Eram necessários avultados capitais para investimento, para além da responsabilidade atribuída e dos riscos financeiros associados.

Tardou até à tomada de posse de António Pessoa de Amorim, em Fevereiro de 1821. Ainda assim, a situação parece não melhorar. Na Covilhã, muitos fabricantes viam os seus teares parados devido à falta de encomendas. Também os criadores de gado se queixavam de serem obrigados a vender as suas lãs por preços muito baixos. Aires da Silva afirma ainda que, não conseguindo dar cumprimento às encomendas vindas do Arsenal do Exército, António Pessoa de Amorim viu-se obrigado a importar serafinas de Inglaterra para não faltar aos contratos, que acabariam por ser facturadas ao preço de custo. Os protestos dos fabricantes não se fizeram esperar. A privatização da empresa nunca havia sido do agrado destes, que preferiam que a administração da fábrica voltasse a depender da Junta e do Erário Régio, por facilidades de crédito e garantia das encomendas.



Artur de Moura Quintela sublinha, no entanto, o desenvolvimento industrial registado, particularmente na região, no início do século XIX. Até aqui, a indústria dos lanifícios não dispunha de máquinas para preparar, fiar e tecer lãs, sendo todo o trabalho completamente manual. Datam da primeira década do século XIX o descobrimento dos primeiros maquinismos em Inglaterra, que de novo garantiram grandes vantagens a este país, mas que se viriam a expandir por toda a Europa.

O autor lembra-nos que se criaram então várias fábricas na Covilhã, como a de Rosa Jacinta de Carvalho Veiga, administrada por seus filhos José Mendes Veiga & Irmão, e a Fábrica Velha (da qual eram proprietários os herdeiros de António José Raposo). Também então foi criada a Fábrica de Simão Pereira da Silva, gerida pelos herdeiros do industrial, e a Fábrica dos Quintais, administrada por José de Amorim Vaz Pessoa.

## A Revolução Industrial que Tarda

Os primeiros trinta anos do século XIX são marcados, em Portugal, por graves problemas político-militares e pelos consequentes atrasos na industrialização do país. As invasões francesas que levaram à retirada da corte para o Brasil, a revolução de 1820 e a Guerra Civil entre liberais e absolutistas foram alguns dos factores que contribuíram para um novo período de crise económica, social e política.

A Guerra Civil de 1828 – 34 agravou a dívida pública que, em meados da década de 30, rondava os 50.000 contos. O triunfo do Liberalismo (em 1834) serviu de estímulo à burguesia para organizar associações de comércio, mas não promoveu o desejado arranque da revolução industrial em Portugal, nem pacificou a sociedade portuguesa. As divergências entre vintistas (defensores da Constituição de 1822) e cartistas (apoiantes do governo e da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV em 1826) aprofundaram-se.

Com a queda do governo cartista, na sequência da Revolução de Setembro, é nomeado novo governo de Passos Manuel. O dirigente setembrista decreta medidas relevantes para o desenvolvimento da indústria nacional, como a publicação da Pauta Aduaneira, em 1837. Restringindo as importações, através do aumento de impostos sobre estas, procurou travar a concorrência estrangeira e

forçar a indústria portuguesa ao desenvolvimento que tardava. A política de Passos Manuel é descrita por Esteves Pereira com rasgados elogios:

“Quanto ao sistema protector, pode-se afirmar que os elementos existentes da nossa indústria fabril foram definidos e assentes por Passos Manuel, um dos maiores heróis da liberdade do trabalho nacional, que como homem do seu século, deu estabilidade à nossa indústria por meio da protecção fundada sensata e discretamente nos direitos de importação e não na imposição despótica de leis proibitivas.”<sup>31</sup>

Passos Manuel promoveu ainda a formação de técnicos e operários especializados, através da criação dos Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e do Porto. Em 1838 apoiou também a Primeira Exposição Industrial Portuguesa, que viria no entanto a demonstrar a ainda fraca qualidade dos produtos fabricados. A modernização pretendida foi modesta, a produção cresceu a ritmo lento e a qualidade dos produtos não conheceu melhorias significativas.

A política industrializadora setembrista traduziu-se em mais um conjunto de boas intenções, não concretizáveis em parte devido à conjuntura político-económica desfavorável: a crise económica que atingiu a Europa industrializada em 1836 – 37 provocou a queda dos preços e o aumento da concorrência nos mercados internacionais. Os comerciantes protestam contra a pauta aduaneira proteccionista e reclamam a redução das taxas que incidem sobre a importação de várias matérias-primas e de outros produtos. Os industriais opõem-se às pretensões dos comerciantes e o movimento setembrista perde a coesão interna, favorecendo a reacção cartista.

Em 1842 dá-se a tomada do poder por esta última facção, com o golpe militar de Costa Cabral. É o fim da política proteccionista, então substituída pelo livre cambismo. As dificuldades para a indústria nacional aumentaram e o ritmo de desenvolvimento industrial afrouxou. O regime autoritário de Cabral, associado à crise económica que se vivia, provocou a revolta popular da Maria da Fonte (1846) e a da Patuleia (1847).

No entanto, os protestos e a instabilidade gerados não se esgotariam com a queda do governo de Costa Cabral, substituído pelo Duque de Palmela. Só na segunda metade do século XIX o regime recupera a estabilidade política, graças a um golpe militar de Saldanha, iniciado no Porto. Inicia-se deste modo a Regeneração, período em que são asseguradas a paz e a tranquilidade necessárias ao desenvolvimento do país.

---

<sup>31</sup> Pereira, Esteves; *A Indústria Portuguesa – Subsídios para a sua História*; já citado; pág. 159

Em 1852 é criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, dirigido por Fontes Pereira de Melo, pelo que o programa económico da Regeneração será designado por Fontismo. O sector dos transportes e comunicações é desenvolvido com a implantação do caminho-de-ferro e do telégrafo e com o alargamento da rede viária terrestre. O sistema bancário conhece também alguns progressos.

## Consolidação da Indústria na Covilhã Cidade-Fábrica

Apesar do contexto político e económico nem sempre ter sido o mais favorável, pode dizer-se que o século XIX registou períodos áureos para a indústria covilhanense. Entre os anos de 1837 a 1937 tem lugar o processo de estruturação da Covilhã como “cidade-fábrica” dos lanifícios portugueses, que lhe valeria o título de *Manchester Portuguesa*. A primeira data citada (1837) corresponde, como já referimos, à promulgação das Pautas Alfandegárias do Setembrismo e ao início de uma fase de modernização e de dinamismo do sector privado da indústria covilhanense, com permanência do modelo de implantação das empresas fabris junto às Ribeiras de Goldra e Carpinteira.

De acordo com dados apresentados por Aires da Silva nas obras já citadas, em 1801 a produção covilhanense foi de 7687 peças e em 1802 de 8074. No entanto, em 1860 a produção triplica, elevando-se o número de peças a mais de 20 000. Existiam então 35 fábricas principais, nas quais trabalhavam 3800 operários, em 472 máquinas. O salário destes operários era superior a 205 contos de réis anuais e a produção importava em 840 contos anuais, excedendo 100.000 arrobas o consumo da lã.

É justamente no início da década de 60 que a Covilhã recebe a visita de Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, incumbido pelo então ministro da Fazenda, Joaquim António de Aguiar, de visitar as fábricas da Covilhã. No relatório que resulta desta visita, publicado em 1863 pela Associação Promotora da Indústria, Fradesso da Silveira não contém a sua admiração por aquela que considera “uma das mais interessantes indústrias do nosso País”. Após observar toda a região, conclui que as fábricas da Covilhã produzem anualmente mais de vinte mil panos e que, dentro da vila, existem mais de trinta fábricas, mencionando ainda as fábricas das freguesias de Teixoso, Tortosendo e Unhais da Serra e “uma inumerável quantidade de pequenas oficinas, todas empregadas em

fazer lanifícios, que são a bem dizer a indústria exclusiva de todo aquele Concelho.”<sup>32</sup>.

O mesmo relatório salienta ser então o capital fixo superior a 1000 contos, com um consumo de lã orçado em 1500 toneladas, provenientes de Espanha, Penamacor e Alentejo. Trabalhavam nas fábricas seis a sete mil operários e na “pequena indústria” quase toda a restante população. No estudo em que descreve exaustivamente todo o processo de fabrico dos panos, Fradesso da Silveira aponta alguns dos obstáculos ao desenvolvimento da indústria covilhanense, entre eles:

- A situação geográfica da Covilhã: “O local em que se acham é muito distante das capitais; os caminhos são péssimos, e os meios de condução repelem o desejo de viajar por aqueles sítios”<sup>33</sup>;
- A falta de exposições onde a cidade possa divulgar e publicitar o seu trabalho;
- A flutuação dos preços da lã nacional e a falta de um mercado permanente de lãs, controlado pelo Estado;
- O elevado preço dos fretes: “Compra um francês, ou um inglês, lã para as suas fábricas em Viena, em Berlim, em Moscovo, em Odessa, e pagando tanto, no mercado, como o austríaco, o prussiano, e o russo, transporta a lã para casa, despendendo no frete 5 ou 6 por cento do custo. Um fabricante da Covilhã compra lã portuguesa, em Portugal, e paga pelo frete mais de quinze por cento!”<sup>34</sup>, sendo que, em disparidade com o mercado de Lisboa, tinha ainda a Covilhã de pagar os fretes longos e difíceis para os centros de consumo. O elevado preço dos transportes resultava, evidentemente, na subida de preço das matérias-primas;
- O fraco desenvolvimento tecnológico: “Nas fábricas da Covilhã os motores são hidráulicos. Os açudes são em geral imperfeitíssimos; nenhum se pode considerar construído convenientemente para o completo aproveitamento das águas.”<sup>35</sup>. Os recursos hidráulicos revelavam-se insuficientes para o abastecimento simultâneo da agricultura e da indústria durante a estiagem. Em toda a região serrana, as fábricas eram obrigadas a diminuir ou interromper o trabalho, sobretudo o diurno, nos três meses de Verão. Este corte de água para a indústria chegava a representar uma redução da mão-de-obra efectiva de 33%, pelo que é sugerido o estabelecimento de algumas máquinas a vapor. Estes desequilíbrios e dificuldades eram vencidos, como

---

<sup>32</sup> Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da; *As Fábricas da Covilhã*; Lisboa; 1863; pág. II

<sup>33</sup> Ibidem

<sup>34</sup> Idem; pág. V

<sup>35</sup> Ibidem

sublinha o autor, à custa do esforço financeiramente mal recompensado de operários e fabricantes.

Em 1864, João Crisóstomo promulga um decreto que institui escolas industriais em vários pontos do país, incluindo a Covilhã. Mas só vinte anos depois, a 3 de Janeiro de 1884, por novo decreto de António de Augusto Aguiar, então Ministro das Obras Públicas, essa escola foi inaugurada com o nome de José Maria Veiga da Silva Campos Melo, filho do Comendador e industrial do mesmo nome.

Em 1870 o crescimento / desenvolvimento da vila era notório e a Covilhã é elevada à categoria de cidade. Por carta régia de 16 de Janeiro de 1871, D. Luís I confirma o decreto de 20 de Outubro de 1870, nos seguintes termos:

*“Dom Luiz por Graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves etc. Faço saber aos que esta Minha Carta virem que attendendo a que a minha notavel Villa de Covilhã, no districto de Castelo Branco, é uma das Villas mais importantes do Reino pela sua população e riqueza. Attendendo a que a mesma Villa é uma das povoações do reino que mais se tem distinguido pela fecunda iniciativa de seus habitantes na fundação e aperfeiçoamento de muitos e importantes estabelecimentos fabris, cujos productos podem já disputar primasia com os das fábricas estrangeiras mais acreditadas pelo seu desenvolvimento industrial. E desejando dar aos habitantes da referida Villa um solempne testemunho do subido apreço em que tenho os seus honrados esforços pelo progresso e aperfeiçoamento da indústria nacional: Hei por bem fazer mercê à dita Villa da Covilhã de a Elevar à cathegoria de Cidade, com a denominação de cidade da Covilhã, e Me apraz que n’esta qualidade que de todas as prerrogativas, liberdades e franquezas que directamente lhe pertencem.”*<sup>36</sup>

Em 1873 é inaugurada a Estrada das Pedras Lavradas, que liga a cidade a Coimbra. No ano seguinte é fundado o Banco da Covilhã, com o capital de setecentos contos. A sua primeira sede seria no edifício posteriormente ocupado pelo Lar de São José, passando depois para a rua 1º de Dezembro, onde hoje se encontra a Associação Mutualista Covilhanense.

---

<sup>36</sup> Santos, José Mendes dos; *Breve História Cronológica da Covilhã*; Lisboa; 1863; pág. 57

Nos finais desta década, em 1878 o consumo de lã na cidade era já de 2067 toneladas, e 128 os fabricantes. A produção de tecidos da Covilhã atingia os 1.706.914s000 réis, valor superior a toda a importação de tecidos de lã em Portugal, que atingia em 1879 os 1.514.225s000 réis. Os mais importantes industriais de então eram, segundo Aires da Silva, Valério Nunes de Moraes, José António Morão, Teófilo de Melo, Jorge Malta, Francisco da Silva Guimarães, João da Costa Eufémio, José Maria Veiga da Silva Campos Melo e Joaquim António Nunes de Sousa. Segundo o mesmo autor, em 1899, as melhores empresas industriais eram as de José Mendes Veiga Sucessor que empregava 850 operários, Campos Melo & Irmão que empregava 650, Alçada & Mousaco e Sebastião Rato, com 400 e 300 operários, respectivamente.

Os limites dos recursos energéticos e a grande quantidade de mão-de-obra vão consolidando um período evolutivo moderado. Como relembra Miriam Halpern Pereira<sup>37</sup> regista-se ainda a introdução de um número significativo de teares mecânicos, apesar de passarem a representar apenas 7% dos teares. A base do enorme crescimento da tecelagem registado entre 1881 e 1890 continuará a ser o tear manual.

A 6 de Setembro de 1891 é inaugurada a linha de caminho de ferro da Beira Baixa. Trinta e cinco anos antes havia já sido inaugurado, em Portugal, o primeiro troço, entre Lisboa e o Carregado.

No final do século XIX regista-se um substancial aumento demográfico na região. A Covilhã torna-se um forte pólo de atracção, tendo sido a cidade portuguesa com maior crescimento neste período. O trabalho da lã ocupava grande parte da população: entre 25 a 37%, se considerarmos apenas os operários efectivos, mas cerca de 60% dos seus habitantes, se incluirmos os diferentes ofícios envolvidos. De acordo com a mesma autora, um dos alicerces do desenvolvimento industrial da Covilhã foi a disponibilidade de mão-de-obra a baixo preço, com uma forte percentagem de menores de ambos os sexos (22% em 1863 e 32% em 1890, relativamente ao conjunto da mão de obra).

No entanto, se o factor demográfico era favorável ao desenvolvimento industrial, o mesmo não acontecia com as fontes energéticas disponíveis. Para Miriam Halpern Pereira, a substituição da energia hidráulica pelo vapor, extremamente oneroso devido à falta de combustível na região, não se apresentou como a melhor solução, pela inexistência de uma política de fretes favorável à

---

<sup>37</sup> Pereira, Miriam Halpern; In AAVV (coordenação de Elisa Pinheiro); *III Jornadas de Arqueologia Industrial: A Indústria Têxtil Europeia – Os fios do Passado a Tecer o Futuro – Uma abordagem pluridisciplinar*; 12 a 14 de Novembro de 1998; Actas da Universidade da Beira Interior; Museu de Lanifícios; Covilhã; 2002

indústria, mesmo após a chegada do caminho de ferro. Uma fábrica criada em 1877, que organizara a sua estrutura com base na máquina a vapor, foi rapidamente à falência. Apesar disso, a autora relembra que, em 1881, existiam apenas 13 motores a vapor na região (202 cavalos), mas em 1890 o seu número regista um aumento significativo para 99 motores, com 892 cavalos de potência - mais que o dobro da potência das rodas hidráulicas.

Em 1863 existiam oito fábricas completas na Covilhã<sup>38</sup>. Destas oito, três tinham um número elevado de operários (entre 211 e 291), noutras três trabalhavam entre 72 e 101 operários, e duas ocupavam entre 27 a 50 operários. Este total inclui já os mestres e escriturários que, onde existem, raramente passam da unidade. Nestas fábricas trabalhava quase 70% da mão-de-obra operária.

Em 1881 as fábricas completas da Covilhã eram já 17, sendo que muitas eram antigas oficinas que alargaram a sua actividade e outras foram adquiridas por mercadores-fabricantes que se tornaram os seus proprietários.

Apesar do elevado número, as fábricas completas não deixam de constituir uma minoria do tecido industrial, sendo este maioritariamente composto por pequenas e médias indústrias: das 27 fábricas com mais de 10 operários, 8 eram completas e 19 incompletas. As restantes 32 unidades incompletas recenseadas em 1863 eram pequenas oficinas de trabalho a domicílio. As freguesias de Tortosendo e Teixoso somavam ainda 218 teares. Apesar da sua extraordinária importância, esta indústria a domicílio encontra-se ainda hoje pouco documentada, pelo que carecemos de dados mais concretos, para além dos sumariamente apresentados.

Em 1881, 66 oficinas tinham entre 0 a 9 operários e 45 tinham 10 a 25. De salientar, no entanto, como o faz Miriam Halpern Pereira, o elevado grau de mecanização destas empresas que, apesar do reduzido número de operários, já haviam introduzido a fição mecânica e apenas duas em dezasseis lhe agregavam fição manual.

A autora conclui que o traço mais característico da indústria covilhanense era a segmentação da sua produção. As fábricas incompletas mencionadas constituíam autênticas oficinas especializadas, desempenhando uma ou duas fases da produção. De acordo com dados que enumera, em 1863 existiam 15 fábricas de cardar e fiar, 12 estabelecimentos de pisões, 9 tinturarias, 4 de ultimateção e de acabamento, uma fábrica de papelão para prensar as fazendas e um laboratório de ácido nítrico. Existiam também os 218 teares da Covilhã e arredores.

---

<sup>38</sup> Dados retirados do mesmo texto acima citado

Esta estrutura de divisão do trabalho havia já sido posta em prática, em 1863, na fábrica de acabamento de Campos Mello & Irmão, com 57 operários, adquirida vinte anos antes a Estevão Cesario de Sousa, que a havia fundado em 1834. Fradesso da Silveira e Miriam Halpern Pereira concordam em como esta não se tratava de uma fábrica completa, uma vez que a montante estava associada à fábrica de cardar e fiar de Alves Santos & C.a, e a jusante à firma de tecelagem de Amorim Santos & C.a, recorrendo ainda à indústria de tecidos da Covilhã, Tortosendo e Teixoso e ao exclusivo da venda por grosso das fazendas da fábrica Mello Geraldês & Comp<sup>a</sup>.

Em 1917, data em que surgem as turbinas hidráulicas, existiam já 18 fábricas e oficinas de cardação, fiação e tecelagem, 30 fábricas e oficinas dedicadas apenas à cardação e à fiação, 30 fábricas só de tecelagem, 10 oficinas de cardação, 8 de acabamento de tecidos e 5 de tinturaria e ultimação. A estas voltaremos no próximo capítulo.



## CAPÍTULO II

### Indústria Têxtil no Início do Século XX

Os primeiros anos do século passado foram nova e indiscutivelmente marcados por uma grave crise a nível económico, social e político, que não pôde deixar de afectar a Covilhã e a sua indústria. A entrada de Portugal na I Guerra Mundial, a fome, a peste, a instabilidade política e os incêndios nas principais fábricas locais fizeram das primeiras três décadas um período difícil para toda a região.

Alguns sinais de retoma começaram no entanto a fazer sentir-se a partir de 1930, data em que é fundada a Sociedade Industrial de Penteação e Fiação de Lãs, em Unhais da Serra, pelo Padre Alfredo dos Santos Marques e outros sócios. Cinco anos mais tarde, em 1935, comerciantes de Mira d'Aire estabelecem-se na Covilhã, como mercadores de lãs. Entre eles se distinguiria Adolfo Rosa, futuro fundador da Nova Penteação e Fiação de Lãs, Lda<sup>39</sup>.

Paradoxalmente, os anos da II Guerra Mundial corresponderam a um progresso significativo em termos económicos. No final da década de 30 e na própria década de 40, a corrida ao armamento e a procura de fardas militares fizeram com que a região (rica em volfrâmio, lã e fazendas) entrasse numa fase de grande prosperidade.

Em 1940, a indústria têxtil covilhanense vive uma época áurea, detendo 60% da produção nacional. Em 1950 contavam-se mais de 200 unidades industriais de dimensão média, ocupando cada uma entre 30 a 200 trabalhadores. Aires da Silva relembra que, em 1949, só para Angola eram exportadas 6.000 toneladas de têxteis, cifra que quase triplica em 1968 (ano de maior desenvolvimento regional).

Grandes progressos técnicos marcaram também a primeira metade do século XX, ao nível da indústria têxtil. Se no início da actividade, as únicas fibras usadas nos têxteis eram a lã, o linho e a seda, as fibras artificiais começam já a ser utilizadas em finais do século XIX, e as sintéticas no início do século passado. As fibras viriam introduzir grandes mudanças nos planos de fabricação, enquanto simultaneamente crescia o número de fábricas de fiação e tecelagem. Depois da II

---

<sup>39</sup> A este respeito ver Silva, Aires da; *História da Covilhã*; Covilhã; 1996

Guerra Mundial é descoberto o tear automático, originando nova revolução de produtividade na indústria têxtil. Seria já na década de 60 que começariam a utilizar-se os teares sem lançadeira, dispensando a canelagem do fio de trama.

O período áureo registado nos anos 60 culmina na década seguinte. As falências sucedem-se e o desemprego instala-se na região. Um estudo da Universidade da Beira Interior, intitulado *Motivação e Absentismo no Sector Têxtil – Estudo de Caso na Covilhã*<sup>40</sup>, aponta alguns factores de ordem interna e externa como originários desta crise. Com os primeiros (factores internos) os autores relacionam a cultura empresarial e os modelos de gestão vigentes. Aos segundos (factores externos) associam todos aqueles que, não estando directamente ligados à cultura empresarial, não deixam de constituir o seu reflexo. De entre estes últimos, os autores do estudo destacam o declínio ou estagnação do volume de vendas, a diminuição do volume do emprego, o aumento da concorrência nos mercados europeus em virtude da entrada de novos competidores e, por último, a impossibilidade de compensar a subida interna dos custos por intermédio da desvalorização cambial. A própria crise energética iniciada em 1973/74 conduziu a um encarecimento das matérias-primas (fibras químicas) e a um retardamento da procura nos mais importantes países compradores.

Com um crescimento industrial que assentara muito nos reduzidos custos de mão-de-obra, bem como na produção de panos lã para as camadas médias e populares, é possível estabelecer-se uma ligação entre os períodos de crise do século XX, na Covilhã, a intensificação da emigração e a proibição do trabalho infantil e feminino nocturno. Esta relação também não foi no entanto ainda convenientemente estudada.

Com a revolução do 25 Abril de 1974, aumenta o número de greves. A crise agrava-se, com uma nova fuga de capitais e, em alguns casos, abandono das fábricas pelos próprios donos. A perda das ex-colónias (especialmente de Angola para onde, em 1968, a Covilhã exportou 15.000 toneladas de tecidos) afectou a economia nacional, como relembra Aires da Silva. Na época, como agora, a falta de meios tecnológicos e de quadros técnicos especializados atrasou o desejado processo de modernização, o que ditaria uma incapacidade crónica de resposta aos novos desafios.

Ainda segundo o estudo acima citado, nos primeiros anos de democracia do país, a economia interna sofreria uma reestruturação, confrontada com uma nova legislação salarial que introduz uma plataforma de salários mínimos legais, aumentos abruptos dos salários vigentes e uma interdição geral dos

---

<sup>40</sup> Pais, Carla; et al; *Motivação e Absentismo no Sector Têxtil – Estudo de Caso na Covilhã*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; 2000

despedimentos. Em 1974, o nível salarial médio na indústria têxtil e do vestuário subiu nominalmente em 45% (real em 15%) e em 1975 regista nova subida nominal em 47% (real em 25%).

Muitas empresas, sobretudo de pequena e média dimensão, habituadas desde há décadas a um nível salarial relativamente estável, enfrentam então consideráveis dificuldades financeiras. A instabilidade económica, associada a uma falta de segurança dos empresários pelo desenvolvimento político, originaria um nítido recuo da formação bruta de capital fixo. A interdição de despedimentos contribuiu ainda para que o desenvolvimento da produtividade assinalasse em 1975 uma profunda quebra. A taxa de inflação e o recuo da procura interna forçariam uma descida do salário real no início do ano de 1976.

Num contexto europeu, a situação não era mais favorável. De acordo com o relatório de Guido Shoff<sup>41</sup>, do Instituto Alemão de Desenvolvimento, no período de 1964 a 1976 a produção da indústria têxtil e do vestuário cresceu apenas, em média anual, 1,5% e 1% respectivamente. O relatório demonstra ainda que, em alguns países da Comunidade Económica Europeia, houve mesmo um retrocesso na produção.

O desenvolvimento da taxa de desemprego é também considerado especialmente crítico e preocupante. Entre 1960 e 1977 perderam-se cerca de 900.000 postos de trabalho na indústria têxtil da CEE, o que corresponde a um recuo de mais de um terço da população.

Algumas das causas apontadas nos estudos acima citados estão longe de serem consensuais e de poderem ser considerados verdades absolutas. Uma coisa são os números e outra coisa, bem diferente, são as afirmações de cariz ideológicos em que assenta a sua justificação.

A análise que o Sindicato faz é bem diferente, pois: i) quando o 25 de Abril se dá já muitas empresas estavam tecnicamente falidas e sem condições de sobrevivência; ii) o problema não foi o fim da estabilidade salarial mas décadas de baixos salários; iii) os despedimentos com justa causa nunca estiveram interditos; iv) alguns patrões de lanifícios enveredaram pelo boicote à revolução de Abril desinvestindo, descapitalizando, abandonando as empresas e não pagando as contribuições à Segurança Social e ficando a dever à Banca então nacionalizada; v) foi a partir de 1975, e não na altura da greve dos mil escudos, que o Estado criou mecanismos de apoio financeiro à manutenção de postos de

---

<sup>41</sup> SHOFF, Guido et al; *Política Industrial de Portugal e Indústria em Crise na C.E. – Estudo do Caso dos Têxteis e Vestuário*; Instituto Alemão de Desenvolvimento; Berlim; 1980

trabalho e à reestruturação das empresas (que alguns malbaratarem e desviaram para fins alheios às empresas), tendo assim permitido que durante pelo menos duas décadas muitas delas tivessem sobrevivido, tivessem mantido postos de trabalho e tivessem até criado riqueza.

## Evoluções e Retrocessos: A Verdade dos Números

Como já referimos anteriormente, um importante impulso para a indústria têxtil seria dado em meados do século passado, com a introdução de fibras químicas cortadas que substituíram em proporção crescente o algodão, a lã e outras fibras naturais. Uma parte das fibras químicas consiste em fios contínuos, que já não precisam de ser fiados, mas após a texturação e retorsão podem continuar a ser transformados directamente na tecelagem ou na fabricação de malha, pelo que é suprimido o escalão da fição. Em 1975 os fios contínuos perfaziam já 28,5% de todos os fios consumidos na CEE. Como consequência perderam-se numerosos postos de trabalho na fição. Na tecelagem, a utilização de linhas ou fios de fibras químicas, exigiu a adaptação das máquinas tradicionais e / ou a introdução de novos equipamentos: a tendência do desenvolvimento tecnológico vai ser a aplicação de teares nos quais possam ser transformados fios de diferente carácter.

Um relatório de 1973 da Comissão de Planeamento da Região Centro<sup>42</sup> apresenta dados pormenorizados, relativos ao número de máquinas operatórias em actividade na Covilhã, comparando-o com os restantes centros industriais do país (não convenientemente especificados). Como exemplo, o número de teares mecânicos evoluiu da seguinte forma:

Grémios	1940	1950	1960	1970
Covilhã	960	1268	1598	1770
Restantes	819	1226	1559	2254
Total	1779	2494	3157	4024
% relativa à Covilhã	54%	50,8%	50,6%	44%

Fonte: *Reorganização da Indústria de Lanifícios e a Criação de Novas Indústrias na Cova da Beira*; Comissão de Planeamento da Região Centro; 1973

---

<sup>42</sup> A este respeito ver AAVV, *Reorganização da Indústria de Lanifícios e a Criação de Novas Indústrias na Cova da Beira*; Comissão de Planeamento da Região Centro; 1973

Verificamos assim que o número de teares mecânicos quase duplica em 30 anos, passando de 960 máquinas em 1940, para 1770 em 1970, no que diz respeito à cidade da Covilhã. No entanto, como também podemos confirmar pelos dados apresentados, o desenvolvimento registado nos restantes grémios é superior: se em 1940 existiam apenas 819 teares mecânicos nos outros pontos do país, em 1970 este valor quase triplica, passando para 2254. Este dado traduz-se numa perda significativa de percentagem de máquinas relativa à Covilhã, que em 1940 possuía mais de metade do equipamento (54%), passando a 44% em 1970.

Os dados do mesmo relatório relativos ao número de fusos de penteado, são os seguintes:

Grémios	1940	1950	1960	1970
Covilhã	23 796	27 596	45 740	72 144
Restantes	40 340	37 442	42 580	105 892
Total	64 136	65 038	88 320	178 036
% relativa à Covilhã	37%	42,4%	51,8%	40,5%

Fonte: Idem

Deste modo, nos anos 60, mais de metade dos fusos de penteado do país encontravam-se na Covilhã, valor que duplicava relativamente à década de 40. Apesar do número de fusos de penteado ter voltado a registar um aumento significativo em 1970, o mesmo não terá sido tão substancial como nos restantes grémios nacionais. Se em 1960 existiam mais de 42500 fusos de penteado espalhados por todo o país (com excepção do grémio covilhanense), na década de 1970 este valor ultrapassa as 105 000 unidades.

Os valores citados pelo relatório da Comissão de Planeamento da Região Centro, relativos à percentagem covilhanense de fusos de cardado, revelam uma utilização menos significativa, conforme podemos verificar no quadro que se segue:

Grémios	1940	1950	1960	1970
Covilhã	27 518	24 064	30 771	24 430
Restantes	61 286	61 365	71 052	102 438
Total	88 804	85 429	101 823	126 868
% relativa à Covilhã	31%	28,1%	30,2%	19,2%

Fonte: Idem

Mantendo-se o mesmo período histórico em análise, a produção de tecidos e artefactos, por grémios e metros, foi a seguinte:

Grémios	1940	1950	1960	1970
Covilhã	5.020.408	4.616.157	6.297.295	7.740.511
Restantes	3.615.244	4.383.189	6.908.622	14.006.557
Total	8.635.652	8.999.346	13.205.917	21.747.068
% relativa à Covilhã	60%	51,3%	47,7%	35,6%

Fonte: Idem

Conforme podemos confirmar pelos dados apresentados, a percentagem na produção covilhanense diminuiu ao longo das décadas em análise. Se os anos 40 foram bastante produtivos (graças às encomendas para fardamento militar da II Guerra Mundial, já anteriormente referidas), desde então à década de 70 os valores percentuais registam uma diminuição bastante significativa (de 60% para pouco mais de 35% do total nacional). Ainda assim, em termos globais, a produção covilhanense aumenta de 5.020.408 metros em 1940, para 7.740.511 em 1970, correspondendo a mais 2.700 milhões de metros.

De acordo com o mesmo relatório, os dados relativos a empregados e operários por grémios foram os seguintes:

Grémios	1940	1950	1960	1970
Covilhã	3 699	7 224	8 110	8 710
Restantes	8 248	9 164	10 285	15 225
Total	11 947	16 388	18 495	23 935
% relativa à Covilhã	31%	44,1%	43,9%	36,4%

Fonte: Idem

O número de trabalhadores da indústria conhece assim um aumento significativo na década de 1950, passando de cerca de 3700 trabalhadores para mais de 7200, na Covilhã. Sublinhe-se que, nas décadas de 50 e 60, existiam quase tantos operários têxteis nesta cidade como na soma de todos os grémios do país. O facto duma região se dedicar quase exclusivamente a uma actividade económica representa um grande risco, acrescido, como é o caso, se a actividade apresentar grande vulnerabilidade, nomeadamente em relação à conjuntura económica nacional e internacional.

Na década de 70, mais de 8700 trabalhadores covilhanenses dedicam-se à indústria têxtil, correspondendo a cerca de 36% do operariado nacional. De acordo com o mesmo relatório, os dados relativos ao pessoal ao serviço na indústria de lanifícios da Covilhã, em 1961, são os seguintes:

Categorias	Homens		Mulheres		Total (nº de trabalhadores)
	Nº de trabalhadores	Salário médio	Nº de trabalhadores	Salário médio	
Escrit. e Arm.	231	1 888s40	17	1 138s30	248
Plan. e Controle	195	2 955s70	1	1 200s00	196
Tecelões	1562	892s70 (a)	4	876s00	1566
Div. Fabril	3452	788s10	3067	520s70	6519
Total	5440		3089		8529

Fonte: Idem

(a) Salário mínimo; a média geral de ordenado do trabalhador na indústria de lanifícios é de 791s30

Em 1973, 12 anos depois, os dados relativos ao mesmo item (número de trabalhadores dos lanifícios da Covilhã) conhecem algumas alterações, conforme poderemos verificar no quadro que se segue:

Categorias	Homens		Mulheres		Total (nº de trabalhadores)
	Nº de trabalhadores	Salário médio	Nº de trabalhadores	Salário médio	
Escrit. E Arm.	332	4 863s00	90	2 881s00	422
Plan. e Controle	401	5 816s00	-	-	401
Tecelões	1053	2 276s00 (a)	-	-	1053
Div. Fabril	2574	1 786s10	3371	1 412s00	6345
Total	4360		3861		8221

Fonte: Idem

(a) Salário mínimo; a média geral de ordenado do trabalhador na indústria de lanifícios é de 2 009s00

Passados doze anos, registamos um aumento significativo do número de mulheres ao serviço na indústria (mais 772). Paralelamente, o número de operários masculinos diminuiu, de 5440 para 4360 (menos 1080 trabalhadores). A

este aumento seria de esperar uma correspondência significativa no número de postos de trabalho nas secções de planeamento e controle. Tal não viria a verificar-se. Mesmo nas secções onde a representação feminina é elevada, o chefe de secção continuava (como ainda hoje) a ser homem.

Sublinhe-se também que as disparidades salariais são evidentes, sobretudo nas secções de Escritório e Armazenamento. O salário médio dos trabalhadores masculinos aumenta de 1.888s40 para 4.863s00 (2.974s00), enquanto o salário das mulheres aumenta apenas de 1.138s30 para 2.881s00 (1743s00).

## Os Lanifícios

Relativamente à importância dos lanifícios no conjunto do tecido industrial português, um relatório do Ministério da Indústria e Tecnologia<sup>43</sup>, de 1976, diz-nos que mais de 23 000 pessoas (1/4 do pessoal empregado na têxtil, não incluindo confecções) trabalham nesta indústria, em actividades que vão desde a lavagem e penteação das lãs à tinturaria e ultimateção dos tecidos. Distribuem-se por cerca de 300 unidades fabris, geralmente de pequena ou média dimensão, já que mais de 2/3 das unidades em actividade empregam menos de 100 trabalhadores e apenas 9% empregam mais de 200. A proliferação e manutenção de unidades claramente subdimensionadas, geridas em moldes tradicionais e com profundas ligações familiares, constitui outro aspecto relevante no panorama do sector, então sublinhado no relatório.

O valor das exportações de lanifícios era também, naquele ano, bastante elevado, calculando-se que mais de 1/5 da produção anual fosse exportada, tendo sido a sua contribuição para o equilíbrio da Balança de Pagamentos qualificada de “insubstituível” pelos autores do relatório. Por outro lado, sublinha-se que o fornecimento do mercado interno era praticamente assegurado pela indústria nacional.

Embora em muito menor escala que a indústria algodoeira, esta indústria fornecia também parte da sua produção à indústria de confecções (então vista como um dos sectores com reconhecidas possibilidades de expansão e,

---

<sup>43</sup> A este respeito ver Martins, Victor, et al; *Indústria de Lanifícios em Portugal – Situação Actual e Evolução Recente*; Ministério da Indústria e Tecnologia; 1976



consequentemente, gerador de novos postos de trabalho). O abastecimento regular de tecidos em quantidade e qualidade adequadas às unidades de confecção colocava, segundo os autores, algumas exigências e acrescia a importância da reorganização dos lanifícios. Neste contexto, o relatório classifica a indústria da lã em Portugal como “importante”.

Sublinha-se no entanto que a manutenção de salários muito baixos (mesmo quando comparados aos de outras indústrias) os proteccionismos discricionários estabelecidos e o rápido incremento das exportações, permitiram a permanência, e por vezes expansão, de unidades claramente inviáveis do ponto de vista técnico e económico. Os mesmos factores contribuíram igualmente, no dizer dos autores, para a realização de lucros, nalguns casos avultados, mas quase sempre derivados para aplicações alheias ao sector dos lanifícios. Assim se processou a descapitalização do sector, predominando hoje a maquinaria antiga e desadequada às exigências competitivas de qualidade.

Segundo o relatório citado, a gestão das unidades fabris estava ainda, na generalidade dos casos, entregue a pessoas que, estando a par do problema dos lanifícios não teriam, muitas vezes, a qualificação necessária para dinamizarem a reorganização fabril e a comercialização. Constituíam excepções os técnicos superiores empregados no sector, bem como as unidades que recorriam a métodos de gestão (técnica, económica e comercial) modernos e eficientes. A formação e o aperfeiçoamento dos trabalhadores era, segundo os autores, totalmente descuidada: o que interessava acima de tudo era “mão-de-obra barata e abundante e não trabalhadores qualificados, bem remunerados e aptos a tirarem um rendimento elevado da maquinaria instalada”<sup>44</sup>. Tratava-se de um ponto que carecia também de resposta imediata.

Relativamente à localização geográfica da indústria, o relatório sublinha que, contrariamente ao que se passa na indústria algodoeira implantada quase exclusivamente na região Porto – Braga – Guimarães, a indústria de lanifícios encontra-se mais disseminada pelo território nacional. Todavia, podem identificar-se zonas de concentração privilegiada, como Covilhã, Cebolais e Gouveia. Estes três centros detinham, à data do relatório, cerca de 3/5 das empresas do sector, com especial destaque para a cidade da Covilhã, com 45% do total. Mais de 14 000 pessoas trabalhavam nas fábricas dos distritos de Castelo Branco e Guarda.

Castanheira de Pêra, Porto, Lisboa e Portalegre constituem os restantes centros laneiros, representando no conjunto não mais de 40% do número total de estabelecimentos.

---

<sup>44</sup> Martins, Victor, et al; *Indústria de Lanifícios em Portugal – Situação Actual e Evolução Recente*; Ministério da Indústria e Tecnologia; 1976; pág. 6

De acordo com o mesmo relatório, é na Covilhã que se encontram a grande maioria das empresas mais antigas e com maiores problemas de modernização do equipamento e racionalização da dimensão fabril. Por seu lado, localizam-se em Gouveia, Cebolais e Portalegre as unidades melhor apetrechadas em termos tecnológicos, sendo estas também, de um modo geral, as mais recentes. Em certas regiões, designadamente em Gouveia e na Covilhã, detecta-se a existência de uma situação do tipo “mono-indústria”, o que acarreta para a indústria de lanifícios uma responsabilidade decisiva no processo de transformação económica e social dessas regiões.

O relatório mencionado define ainda dois tipos de empresas: horizontais e verticais, tratando-se as primeiras das empresas que exercem a sua actividade em não mais do que duas secções. É o caso, por exemplo, das fiações de cardado ou de penteado e das tecelagens puras. Excepcionalmente, algumas empresas com três secções são classificadas como horizontais, sempre que o peso da terceira secção não seja considerado suficiente para justificar uma integração no segundo grupo de empresas. Por sua vez, nas empresas verticais, a actividade reparte-se por três ou mais secções (ressalvando as excepções anteriormente assinaladas). É o caso das fábricas com fiação (cardado e penteado) e tecelagem, ou com tecelagem, tinturaria e ultimateção.

O relatório assinala que a estrutura horizontal é predominante no panorama industrial português. Com efeito, bastante mais de 2/3 das empresas de lanifícios portuguesas são horizontais, por integrarem não mais do que duas secções fabris, sendo esta situação particularmente evidente na Covilhã, onde esse tipo de empresas representa 89% do total. As empresas verticais apenas são predominantes na região de Gouveia (cerca de 75%).

Em regra, são as pequenas empresas horizontais que se encontram pior equipadas, designadamente as que se localizam na Covilhã. A título de exemplo refira-se que para as pequenas tecelagens puras, a repartição dos teares mecânicos, automáticos e sem lançadeira faz-se do seguinte modo:

	Covilhã	Gouveia	Outras regiões
Teares mecânicos	1073	29	292
Teares automáticos	51	-	6
Teares sem lançadeira	16	-	43
Total	1140	29	341

Fonte: *Indústria de Lanifícios em Portugal – Situação Actual e Evolução Recente*; Ministério da Indústria e Tecnologia; 1976

Na tecelagem, num total de 4844 teares instalados no país, verifica-se que 4049 (cerca de 84%) são mecânicos. Apenas 305 (6%) são automáticos e 490 (10%) sem lançadeira. Também aqui a Covilhã apresenta a situação mais desfavorável, como seguidamente se evidencia:

	Covilhã	Gouveia	Outras regiões	Total
Teares mecânicos	1828 (90%)	570 (71%)	1651 (82%)	4049 (84%)
Teares automáticos	117 (6%)	20 (4%)	168 (8%)	305 (6%)
Teares sem lançadeira	92 (4%)	209 (26%)	189 (10%)	490 (10%)
Total	2037	799	2008	4844

Fonte: Idem

Dois aspectos do quadro acima representado merecem uma análise mais cuidada. O primeiro tem a ver com a percentagem relativamente forte de teares sem lançadeira em Gouveia, posta em evidência quando comparada com a percentagem de teares automáticos. Segundo os autores do relatório, tal facto pode significar que algumas empresas se modernizaram sem passar pela “fase dos teares automáticos”.

O segundo aspecto relevante dos dados apresentados diz respeito ao manifesto atraso, em termos tecnológicos, da região da Covilhã quando comparada com Gouveia e outras regiões. Note-se que 90% dos teares em funcionamento são mecânicos, 6% são automáticos e apenas 4% sem lançadeira.

O relatório salienta também que são cerca de 23 000 as pessoas ocupadas na indústria de transformação da lã e fibras assimiladas, das quais cerca de 1/3 se localizam no centro da Covilhã. Na cidade a maior parte da força de trabalho está empregada nas empresas horizontais, passando-se o inverso nas outras regiões do país.

A nível nacional, a produção por pessoa, em 1972, foi da ordem dos 122 contos, o que constitui, de acordo com os autores, um valor bastante baixo. No entanto, para a região da Covilhã este valor é ainda inferior, uma vez que não excede os 106 contos.

Quanto à remuneração média em 1972, e tomando como base as informações da FNIL, a situação era a seguinte:

	Contos/ ano
Para o conjunto do sector	36,5
Região da Covilhã	35,0
Região de Gouveia	28,5
Outras regiões	40,0

Fonte: Idem

Quanto a valores da produção (em contos), os dados recolhidos na FNIL permitiram apresentar o seguinte quadro-resumo para 1972:

	Covilhã	Gouveia	Outras regiões	Total
Produção de tecidos	672 398	333 443	716 024	1721865
Produção de fio vendida fora do sector	147 449	364 429	454 966	966 844
Subtotal	819 847	697 872	1170 990	2688 709
Serviços executados para terceiros	14 028	37 663	95 669	147 360
Total	833 875	735 535	1266 659	2836 069

Apesar dos atrasos tecnológicos apontados pelos autores do relatório, a Covilhã apresenta valores de produção de tecidos pouco inferiores aos dos outros centros do país, se não incluirmos Gouveia (com um valor que se traduz em metade da produção covilhanense). A produção de fio vendida para fora do sector é no entanto significativamente superior em Gouveia.

## Importância da Indústria a Nível Nacional

Em 1977, novo relatório do Ministério da Indústria e Tecnologia, dos mesmos autores, relembra que a indústria têxtil constitui uma das mais relevantes actividades industriais em Portugal. A sua importância no tecido industrial é manifestamente superior à de qualquer outro país europeu, constituindo cerca de 1/5 do produto industrial e bastante mais de 1/4 do emprego industrial. Estabelecendo uma comparação com outros países da Europa, no Reino Unido a proporção deste sector no produto industrial ronda os 9%, e em França é inferior a 8%. O sector têxtil representa ainda, em ambos os países, pouco mais de 1/10 do volume do emprego da actividade transformadora.

O mesmo relatório enumera as causas da crise que se arrastava desde 1974 e que já então havia gerado graves repercussões sociais e económicas, como o desemprego e o encerramento de unidades fabris. De acordo com Victor Martins e os restantes autores do relatório, o fundamento da crise pode dividir-se em duas ordens de razões: internas e externas. No plano interno, assinala-se a acentuada e brusca subida dos custos de mão-de-obra, matéria-prima e energia, não compensada com os devidos acréscimos de produtividade (pelo contrário, registaram-se mesmo quebras a este nível em algumas actividades). Tais factores levaram também a significativas perdas em termos de competitividade.

De resto, como acrescenta o relatório, a estrutura do sector têxtil, fora do núcleo de excepção do qual fazem parte poucos grupos empresariais bem dimensionados, bem geridos e com dinâmica competitiva, traduz-se na obsolescência do equipamento, no inadequado dimensionamento fabril, na gestão suportada por métodos tradicionais e rudimentares e na descapitalização económica e financeira. Não existiram assim meios de resposta aos obstáculos que a conjuntura social e económica foi colocando (aumento dos salários, subida dos preços das fibras naturais, etc).

A existência de subemprego no sector, estimada entre 20 a 30% no conjunto da têxtil portuguesa, é também apontada como um dos factores de inibição fundamental para muitas empresas se tornarem minimamente competitivas e, a manter-se, desmotivará também qualquer esforço de modernização.

O relatório refere ainda o encerramento ou paralisação de várias unidades de capital estrangeiro (particularmente nos subsectores confecção e malhas) como corolário não só da agitação social interna, mas também (e talvez muito mais) da alteração de condições de trabalho (salários, horários, etc.). Boa parte do desemprego do sector provém então de empresas de capital estrangeiro, algumas pura e simplesmente encerradas, outras paralisadas e com contenciosos que, na maioria dos casos, não apresentavam ainda soluções credíveis.

A descolonização é também apontada como forte componente externa que viria agravar, em medida ainda não convenientemente estudada, a situação de crise. Por um lado, quebrou o “fácil acesso” ao algodão ultramarino que cobria boa parte do consumo interno das nossas unidades algodoeiras e, por outro, ocasionou a grave paralisação das exportações para esses territórios.

O relatório salvaguarda no entanto que a crise dos têxteis não é especificamente nacional. Desde 1974 à data em que este é redigido, à excepção de pequenas oscilações que não quebraram a tendência geral, a crise do sector têxtil é de âmbito mundial e parece resultar da convergência de quatro fenómenos: a subida dos preços das matérias-primas, a recessão da procura mundial, a

concorrência de novos países produtores e, finalmente, o progresso tecnológico que tem arrastado consigo, em ritmo crescente, o desemprego. Portugal suportava assim, a nível interno, as repercussões decorrentes desta crise internacional.

Já em 1981, um relatório da Direcção-Geral da Indústria Transformadora Ligeira, aponta como principais características da indústria têxtil nacional os seguintes aspectos<sup>45</sup>:

- Peso excessivo das ITV (indústrias têxteis e do vestuário) relativamente ao conjunto das indústrias transformadoras;
- Excessiva concentração regional, com 75% das empresas localizadas nos distritos de Braga, Porto, Lisboa e Castelo Branco;
- Dimensão empresarial na maioria dos casos insuficiente para diluir nos custos de produção, custos fixos resultantes de uma estrutura organizativa aceitável;
- Situação económico-financeira deteriorada apresentando um deficiente recurso de capitais;
- Capacidade competitiva largamente comprometida devido a factores como o obsoletismo do parque de máquinas, baixo grau de utilização do equipamento, fracos rendimentos/máquina, baixo grau de produtividade/homem, deficiente gestão de qualidade e desperdícios, estrutura financeira deficiente e ausência de uma verdadeira política de marketing.

Relativamente ao primeiro aspecto citado, é também lembrado que, em 1978, cerca de 32% das exportações totais das indústrias transformadoras pertenceram às ITV. Constituíram ainda 18% do VAB e 26,4% do emprego industrial. Nenhum dos outros ramos industriais ultrapassa este valor acrescentado bruto, sendo os mais relevantes os seguintes<sup>46</sup>:

- Alimentares: 11,9%
- Produtos Minerais não Metálicos: 10,3%

---

<sup>45</sup> A este respeito ver Duarte, F. R. et al; *Indústria Têxtil e do Vestuário em Portugal*; Direcção Geral da Indústria Transformadora Ligeira; Ministério da Indústria e Energia; 1981

<sup>46</sup> Idem

- Const. Material de Transporte: 7,7%
- Produtos Químicos: 7,4%
- Indústrias Básicas Metais Ferrosos e não Ferrosos: 5,6%

O quadro que se segue é elucidativo dos valores atingidos, em 1977, por alguns países da OCDE, relativamente ao peso em termos de VAB da indústria têxtil e do vestuário, no conjunto das indústrias transformadoras.

País	% grandeza V.A.B.
Alemanha	6,1%
França	6,6%
Reino Unido	6,3%
Itália	10,4%
Grécia	20,8%
Espanha	10,5%
Portugal	19,2%
Total C.E.E.	6,8%

Fonte: *Indústria Têxtil e do Vestuário em Portugal*; Direcção Geral da Indústria Transformadora Ligeira; Ministério da Indústria e Energia; 1981

Verifica-se assim que, enquanto a média percentual do VAB das ITV nos países da CEE ronda os 7%, Portugal atinge os 19%, valor que apenas se poderá comparar com o atingido pela Grécia (21%). Recorde-se ainda que existe uma proporção inversa entre o peso das ITV e o PNB/capita. Considerando-se esta grandeza como uma medida de desenvolvimento de um país, podemos concluir que quanto maior é o peso da indústria têxtil no conjunto das indústrias transformadoras, menos desenvolvido é este país. A explicação para esta ocorrência poderá também residir no controle de gastos em vestuário, próprio dos momentos de crise.

## Entrada de Portugal na CEE

Em 1983, a população activa da indústria têxtil no concelho da Covilhã estava reduzida a metade, e a percentagem de desempregados era das mais elevadas do país (cerca de 15% da população activa).

Em 1986, Portugal entra na então denominada Comunidade Económica Europeia, o que faria entrar novos fundos comunitários e renascer uma esperança de que as dificuldades pudessem ser superadas. No entanto, os acordos de adesão, mais motivados por razões políticas que por razões económicas, não acautelaram os interesses e a especificidade da nossa indústria que se viu então confrontada com problemas acrescidos. Na opinião de Aires da Silva, a distribuição destes fundos seria feita equitativamente, sem atender a critérios de viabilidade ou segurança das empresas subsidiadas: muitas absorveram subsídios, sem serem capazes de evitar a falência.

Na década de 80 perdem-se na Covilhã 4.000 postos de trabalho. Restam ainda 140 empresas que dão trabalho a 18.000 trabalhadores, com uma média de 130 em cada uma. Aires da Silva relembra que o parque industrial, então com mais meios financeiros e melhor tecnologia, aumentava a produção e diminuía os custos, mas não resolvia o problema do desemprego. Muitos operários não se adaptaram às novas tecnologias e tornou-se urgente formar novos quadros. A indústria nacional beneficiava ainda de mão-de-obra mais barata do que a maioria dos países da CEE, mas enfrentava outras desvantagens, como a energia mais cara, as elevadas taxas de juro, a falta de mão-de-obra qualificada e a má gestão de muitas empresas.

Dados estatísticos de 1988, do COMITEXTIL<sup>47</sup>, acrescentam que o sector é fortemente relevante na absorção de emprego (na CEE, o sector têxtil português era responsável por 8,8% do emprego total do sector) embora a sua produção corresponda apenas a 3,5% do total da Comunidade. A uma percentagem de mão-de-obra bastante significativa correspondia assim um baixo nível de produtividade.

No início da década de 90, o sector é ainda caracterizado pela baixa qualificação da mão-de-obra, sendo que 50,3% são trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados. O número de quadros médios ou superiores totalizava

---

<sup>47</sup> Dados estatísticos retirados de Pais, Carla, et al; *Motivação e Absentismo no Sector Têxtil – Estudo de Caso na Covilhã*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; 2000



apenas cerca de 1%, de acordo com as estatísticas do MESS<sup>48</sup> de 1991. A grande maioria das empresas era também de pequena e média dimensão: 22,4% têm menos de 5 trabalhadores, enquanto 76,5% empregam entre 5 e 500. Apenas 1,1% das empresas que se dedicam a este ramo de actividade empregam mais de 500 trabalhadores.

Ainda segundo dados apontados pelo MESS, em 1991 o sector têxtil representava 17% do valor bruto da produção, 17% do emprego total do país, 20% do valor acrescentado bruto e 21% do total das empresas industriais. O sector continua a ser altamente exportador, uma vez que coloca cerca de 75% da produção nos mercados externos, desempenhando ainda um papel importante no equilíbrio da balança comercial nacional. As suas exportações correspondem a cerca de 1/3 do total das exportações nacionais.

É neste quadro que surge o chamado processo de reestruturação da indústria de lanifícios que, dado o seu carácter selectivo, haveria de provocar mais encerramentos de empresas, mais despedimentos e criaria as condições para a concentração dos lanifícios num só grupo económico. Assim, um conjunto significativo de empresas viram-se afastadas dos necessários apoios financeiros e em consequência perderam competitividade e foram encerrando. E tudo se complica com a persistência num perfil de desenvolvimento assente em baixos salários e em produtos de baixo valor acrescentado e com a falta de investimento tecnológico, a descapitalização de empresas e a frágil organização e a deficiente gestão.

Ora esta opção foi má para a região. Note-se que a existência de muitas pequenas e médias empresas foi uma das maiores riquezas do distrito, já que os encerramentos não tinham o impacto económico e social que havia nas regiões e zonas onde predominava a grande empresa ou grupo centrados numa só actividade, onde os encerramentos são dramáticos, porque significam simultaneamente o fim da actividade económica industrial e a depressão económica e social geral.

---

<sup>48</sup> Idem

## O Desemprego

De acordo com dados do próprio Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa, entre 1994 e 1997 o número de postos de trabalho no sector dos lanifícios da região passou de 4245 para 3766. A redução total foi assim de 479 postos.

Se analisarmos ao pormenor os dados relativos à indústria têxtil regional deparamo-nos com situações ainda mais dramáticas. De 1994 a 2001 encerraram as seguintes empresas, no concelho da Covilhã:

Empresa	Sector	Nº de trabalhadores desempregados
José Henrique da Fonseca	Lanifícios	30
João Roque Cabral	Lanifícios	87
Francisco Mendes Alçada	Lanifícios	60
José Santos Pinto	Lanifícios	53
João Inácio da Conceição	Lanifícios	18
Confecções Prado	Confecções	27
Confemonte	Confecções	40
Confecções Igra	Confecções	20
Sousa Ramos & Batista	Lanifícios	20
Grupo Gitêxtil	Lanifícios	140
Beiralã (secção tecelagem)	Lanifícios	36
Fiação Fiacove	Lanifícios	67
Moura & Mattos	Lanifícios	112
Laniber	Lanifícios	67
CIL	Lanifícios	180
Américo de Sousa	Lanifícios	24
Tricogom	Lanifícios	34
Maria Luísa Fernandes Lagares	Lanifícios	8
Total		<b>1023</b>

Fonte: STSTBB

Dezoito empresas encerradas e mais de mil trabalhadores no desemprego, num período de seis anos, apenas no concelho da Covilhã. A análise dos números parece simples, mas as soluções tardam em aparecer.

No concelho do Fundão os números não são tão dramáticos, como revela o quadro seguinte, relativo ao mesmo período:

Empresa	Sector	Nº de trabalhadores desempregados
Vestibeira	Confecções	50
Fundiveste	Confecções	29
Total	2	79

Fonte: Idem

Duas confecções encerraram, somando um total de 79 desempregados.

Já no concelho de Belmonte, durante o mesmo período (1994 – 2001) regista-se o seguinte encerramento:

Empresa	Sector	Nº de trabalhadores desempregados
Confecções Belmonte	Confecções	35
Total	1	35

Fonte: Idem

No total, os 3 concelhos perderam 1137 postos de trabalho apenas no sector têxtil, tendo sido encerradas 21 empresas.

Simultaneamente, um número significativo de empresas reduziu o seu número de trabalhadores pela via da rescisão dos contratos a prazo, da rescisão por “mútuo acordo” e por despedimentos. A redução ter-se-à verificado de uma maneira geral na quase totalidade das empresas têxteis. Foi no entanto mais significativa nas seguintes:

- Nova Penteação, na Covilhã, passa de 770 para 460 trabalhadores: mais de 300 postos de trabalho aniquilados;

- Carveste, em Caria, passa de 640 para 360 trabalhadores, reduzindo cerca de 280 postos de trabalho.

O Sindicato dispõe ainda de dados relativos às empresas com salários e subsídios em atraso, de 17 de Setembro de 2003.

Empresa	Nº trabalhadores	Salário médio	Débitos a 1 de Set.	Valor salários em atraso	Valor subsídio em atraso	13º mês	Débito actual
Nova Penteação	460	533e	203.499,40e	110.331e	93.168,40e		203.499,40e
Cramil	140	370e	124.320,00e	25.900e	51.800e	20.720e	98.420e
Dressuom	240	370e	177.600,00e	88.800e			88.800e
Patrício & Monteiro	57	370e	84.360,00e	63.270e	21.090e		84.360e
Selber	54	370e	19.980,00e		19.980e		19.980e
Reis & Craveiro	50	370e	37.000,00e	18.500e	18.500e		
Álvaro Paulo Rato	70	400e	28.000,00e				
M. Carmona	66	370e	48.840,00e	24.420e	24.420e		48.840e
TCT/Tecitex	19	400e	3.200,00e	7.600e			7.600e
Stracon	62	370e	22.940,00e	22.940e			22.940e
Lanifato	112	370e	41.440,00e				
Carveste	400	370e	148.000,00e				
Gil & Almeida	118	370e	43.660,00e	20.060e			20.060e
<b>Totais</b>	<b>1848</b>		<b>982.839,40e</b>	<b>381.821e</b>	<b>228.958,40e</b>	<b>20.720e</b>	<b>594.499,40e</b>

Fonte: Idem

De Agosto de 2001 a Março de 2006, o STSTBB apresenta os seguintes dados para o número de empresas encerradas, no concelho da Covilhã.

Empresa	Sector	Nº de trabalhadores desempregados
A. D. Lopes	Confecções	90
AC 48	Têxtil	12
Álvaro Paulo Rato	Lanifícios	54
Américo de Sousa	Lanifícios	24
Ant. Jorge Paiva	Confecções	25
Braz & Neto	Confecções	22
Campos Mello	Lanifícios	72
Musa	Confecções	60
Confecções Paulense	Confecções	60
Coviveste	Lanifícios	27
Crangi	Confecções	37
Democral	Confecções	6
Faz Moda	Confecções	25
Fiper	Lanifícios	90
J. Vaz	Confecções	130
José Sousa	Lanifícios	19
Mataclau	Confecções	12
Nova Penteação	Lanifícios	460
Salvado & Louro	Lanifícios	9
Sociedade Fabricantes	Confecções	120
Stracon	Confecções	50
Tecitex / TCT	Lanifícios	17
Têxteis J. Madeira & Adriano	Lanifícios	5
Total	23	1426

Fonte: Idem

Em menos de cinco anos, encerraram 23 empresas do sector têxtil no concelho da Covilhã. No desemprego ficaram mais de 1400 trabalhadores.

Em igual período, a A.C.&B., no Paul, reduz mais de metade dos seus postos de trabalho, passando de 140 para 60 trabalhadores.

No concelho do Fundão, os dados que dispomos relativos ao número de empresas encerradas são os seguintes:

Empresa	Sector	Nº de trabalhadores desempregados
Eres	Confecções	470
Reis & Craveiro	Confecções	40
Total	2	510

Fonte: Idem

Apesar do número de empresas encerradas (duas) não parecer significativo, relembramos que, por uma delas ser de grande dimensão, mais de 500 trabalhadores do concelho do Fundão ficaram desempregados, entre Agosto de 2001 e Março de 2006.

No concelho de Belmonte, as empresas encerradas durante o mesmo período foram as seguintes:

Empresa	Sector	Nº de trabalhadores desempregados
Alcide Patrício Monteiro	Confecções	65
Confecções Montebela	Confecções	220
Libela	Confecções	70
Selber	Confecções	30
Vaz Morão	Confecções	30
Total	5	415

Fonte: Idem

Em Belmonte, o encerramento de cinco empresas em cinco anos ditou o despedimento de 415 trabalhadores. No mesmo período em análise, no total, os três concelhos encerram 30 empresas, das quais saíam 2351 trabalhadores desempregados.

## CAPÍTULO III

### História do Sindicato

*“Horácio voltou ao Sindicato. O Presidente da Direcção devia saber mais do que os operários, pois dava-se com muitas pessoas importantes e até com o doutor delegado do Instituto.”*

A Lã e a Neve - Ferreira de Castro

Apesar de, no século XIX, o movimento sindical não ter tido grande expressão na Covilhã, a primeira associação de trabalhadores covilhanense foi fundada a 25 de Março de 1882, então designada Associação Protectora de Operários, com fins mais mutualistas do que propriamente sindicais.

Ainda no mesmo ano, de acordo com José Aires da Silva, surgiu também a Associação de Socorros Mútuos de Operários Covilhanenses e, dois anos depois, surge a Associação dos Artistas e Classes Laboriosas Covilhanenses. As duas associações mencionadas viriam a fundir-se numa só, a Real Associação dos Socorros Mútuos dos Operários Covilhanenses, que em 1930 passa a ser designada Montepio Covilhanense.

Já no início do século XX, a crise económica leva a Associação de Tecelões a organizar diversas greves, no mês de Julho de 1907, paralisando cerca de 3000 operários em 44 fábricas.

De acordo com Luís Garra, não pode afirmar-se com exactidão a data de início e formação dos organismos que levaram à constituição do actual Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa. Ainda assim, considera-se que a Associação de Classe dos Operários de Lanifícios, formada no início do século passado, representa a sua base e alicerces. Durante o período do Estado Novo, a Associação é transformada em Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco. As instalações terão funcionado sempre, de acordo com o testemunho dos antigos trabalhadores, no mesmo local onde actualmente se encontram, em edifício agora totalmente renovado.

No pós 25 de Abril, com a publicação da Lei Sindical, procedeu-se à alteração dos estatutos e do próprio nome, passando então a designar-se Sindicato dos Trabalhadores dos Lanifícios do Distrito de Castelo Branco.

Nova alteração dos estatutos em 1979 coincidiu com a mudança de designação para Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa, passando então a representar os trabalhadores do sector têxtil na sua globalidade, com particular atenção às trabalhadoras das confecções regionais. Em 1988, o Sindicato é distinguido pela Câmara Municipal da Covilhã, com a Medalha de Prata de Mérito Municipal, pelos serviços prestados à comunidade.

Actualmente o sindicato está implantado em 48 empresas de lanifícios que empregam cerca de 3660 trabalhadores, e em 75 empresas de confecções que empregam cerca de 6300 trabalhadores, dando um total de 123 empresas e 9960 trabalhadores. Cerca de 100 dirigentes e delegados sindicais, directamente eleitos pelos trabalhadores, fazem parte da sua estrutura organizacional.

Centrando grande parte dos seus objectivos na defesa dos direitos dos trabalhadores que representa, bem como no desenvolvimento de acções que concretizem estes direitos, o Sindicato intervém ainda a outros níveis, na região em que se insere, promovendo nomeadamente cursos de formação profissional, iniciativas culturais, recreativas e/ou desportivas. Provas de atletismo e de futsal, bem como torneios de xadrez e damas, convívios para os trabalhadores, idas ao teatro ou visitas a museus, constituem algumas das iniciativas promovidas.

De salientar que o Sindicato se encontra em fase de organização e tratamento dos ficheiros e arquivo próprios, constituindo este último um imenso espólio para futuros investigadores da temática da indústria têxtil na região. Sócios e filhos de sócios têm também ao seu dispor, na sede e em algumas delegações, uma sala de informática, com acesso à Internet.

A sua representatividade, na globalidade do tecido populacional da Beira Baixa, obriga a que a instituição não se limite a tomar posições puramente sectoriais face aos volumosos e graves problemas que têm sido pródigos na região, principalmente nas últimas décadas.

O sector têxtil e do vestuário representa, de uma forma directa, uma grande fatia da população activa regional, mas não podemos esquecer que a crise que assola este sector desencadeará problemas noutros sectores aqui implantados, visto ser este o grande motor económico desta zona do interior do país. O cenário que se avizinha é bastante constrangedor e o contexto internacional obriga-nos a consciencializar que este rol de empresas do sector têxtil e vestuário, que têm vindo a encerrar as suas portas, não têm como origem uma pequena crise conjuntural e perfeitamente delimitada no tempo. Este problema aqui descrito já



há muito que transcendeu o plano puramente económico, traduzindo-se num gravíssimo foco de instabilidade social e num problema humanitário em ascensão.

Urge, portanto, tomar medidas capazes de, por um lado, “*cimentar*” as qualificações técnicas nas actividades deste sector que, de uma forma ou outra, possam vir a sobreviver a este cenário nefasto que se aproxima e, por outro lado, minorar os efeitos negativos que o (mais que provável) acréscimo de excedentes de trabalhadores sem actividade profissional possa acarretar no tecido social desta região, encetando acções que se possam traduzir numa *reconversão útil* de toda esta mão-de-obra que, de outra forma, deixará de ter razões de existir.

É aqui que o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa quer contribuir com a sua intervenção, visto esta associação sindical ser o principal agente local em termos de experiência, não só em lidar com estas problemáticas como também pelo facto de estar perfeitamente inserido e ser conhecedor do público em questão.

Como referimos anteriormente, é na Cova da Beira que se sente com maior preponderância a intervenção do STSTBB, no que diz respeito à formação e qualificação profissional:

- ✓ É aqui onde esta entidade goza de maior protagonismo interventivo, alicerçado por décadas de intervenção sindical;
- ✓ É aqui onde desfruta de maior representatividade e é conhecedor das realidades destas populações;
- ✓ É aqui onde reside a maior fatia do público-alvo com que tem vindo a desenvolver diversas acções de formação e se predispõe a continuar a trabalhar, de forma a ir ao encontro dos objectivos traçados;
- ✓ Finalmente, é aqui onde a sua intervenção poderá ser mais útil e onde os efeitos negativos, provenientes deste novo contexto do sector têxtil e do vestuário, urgem ser estagnados.

Uma população envelhecida é tendencialmente pouco inovadora, pouco reactiva e mais propícia ao fatalismo. Este fenómeno acarreta consequências múltiplas para a região, sendo a mais importante a privação da sua camada de população mais jovem e empreendedora que naturalmente dinamiza o sector económico mas também o cultural.

Podemos concluir desta forma que os níveis educativos da população adulta são bastante baixos, acrescentando que muitos jovens continuam a sair da escola sem ter cumprido a escolaridade obrigatória.

Na ausência de uma sólida formação geral, e mesmo das necessárias competências de leitura, escrita e cálculo, a maior parte da população da Cova da Beira tem grandes dificuldades de inserção social e profissional.

De facto, e como já foi anteriormente referido, esta é uma região com tradição no sector têxtil e do vestuário, mas vai sendo também já tradição a forte crise em que este se encontra. Para os empregados nesta indústria é constante a ameaça de encerramento da fábrica, os salários em atraso e a realidade dos baixos salários e das más condições de trabalho provocados pela falta de capacidade de modernização das unidades industriais, bem como da concorrência cada vez mais violenta dos países terceiros à União Europeia.

Podemos desta forma concluir que o desemprego e a falta de qualificação, o baixo nível de escolaridade, o isolamento geográfico, a falta de incentivos económicos e socioculturais, trazem consigo problemas sociais vários, que aliados ao insucesso escolar e ao abandono precoce da escola, deixam um grande número de indivíduos numa situação social bastante preocupante.

Infelizmente, o nosso projecto formativo surgiu num difícil período social, reforçado pela contínua crise de recessão do tecido social e produtivo da Cova da Beira. O contexto actual da área de intervenção do nosso Plano de Formação é grave. Factos que apontavam para uma crise conjuntural (ou tecnológica e organizacional), parecem hoje ganhar contornos de uma crise profunda de carácter estrutural – habitual é constatar-mos que todos os dias encerram fábricas de lanifícios e vestuário, lançando para o desemprego centenas, senão milhares de trabalhadores. E mais grave ainda, é que se trata de uma mão-de-obra pouco qualificada, tanto profissional como academicamente, e sem saídas profissionais óbvias para outros sectores de actividade.

Desta forma, a estratégia de luta desta instituição passa também pelo estabelecimento de parcerias que ajudem a descentralizar a acção do Sindicato, de forma a penetrar na realidade diária de todas as famílias afectadas por este flagelo. Disso mesmo é exemplo a parceria estabelecida com a APDEL - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.

A APDEL, associação sem fins lucrativos, é formada por sócios de natureza colectiva e individual que, no seu conjunto, para além das suas competências no exercício dos corpos sociais da entidade, têm um importante papel de parceria na definição e realização de programas de acção, concretamente, na elaboração de candidaturas/projectos, angariação de parceiros/colaboradores e

de informação, apoio técnico/logístico nos processos de trabalho desenvolvidos, nomeadamente, na avaliação, nos diagnósticos de necessidades (manifestas e latentes) e de feedback na evolução dos processos e dos projectos.

A APDEL tem uma intervenção de âmbito nacional com uma actuação local / territorial. A Associação tem por objecto o desenvolvimento social, cultural, económico formativo das comunidades integradas na sua área de intervenção.

Nas intervenções promovidas pela APDEL, diversos organismos, públicos e privados, locais e regionais, têm estado envolvidos, numa rede de parcerias multifacetada onde as diferentes sensibilidades e sinergias têm agregado esforços em persecução de soluções viáveis e efectivas que possam contribuir para contrariar as tendências de empobrecimento geral destas populações.

Os lanifícios e vestuário, na Cova da Beira, são uma herança cultural, uma reprodução antropológica, onde gerações seguidas projectaram, a sua oportunidade de vida e sentido de empregabilidade num único sector de actividade.

O sector têxtil e do vestuário emprega(va) a maior parte da população activa desta região. Não podemos descurar que a crise neste ramo de actividade provoca problemas às actividades que lhe são complementares e ou subsidiárias. É um pólo económico cujo “motor” em caso de paragem, irá agudizar os problemas do desemprego.

A crise do sector têxtil (...e da Cova da Beira) já há muito transcendeu o plano meramente económico. É hoje um grave foco de instabilidade e tensão social, **obrigando inúmeras famílias a abandonar a região**, muitas outras a viver em condições de pobreza relativa, observando-se mesmo, e cada vez mais, os casos sociais de pobreza absoluta. É cada vez mais nesta perspectiva que o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa organiza a sua luta.

## Direitos dos Trabalhadores

Em termos legislativos, a liberdade sindical encontra-se protegida pela Constituição da República Portuguesa, no artigo 55º, que afirma especificamente em cada ponto:

- 1.** É reconhecida aos trabalhadores a liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses.
- 2.** No exercício da liberdade sindical é garantido aos trabalhadores, sem qualquer discriminação, designadamente:
  - a)** A liberdade de constituição de associações sindicais a todos os níveis;
  - b)** A liberdade de inscrição, não podendo nenhum trabalhador ser obrigado a pagar quotizações para sindicato em que não esteja inscrito;
  - c)** A liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais;
  - d)** O direito de exercício de actividade sindical na empresa;
  - e)** O direito de tendência, nas formas que os respectivos estatutos determinarem.
- 3.** As associações sindicais devem reger-se pelos princípios da organização e da gestão democráticas, baseados na eleição periódica e por escrutínio secreto dos órgãos dirigentes, sem sujeição a qualquer autorização ou homologação, e assentes na participação activa dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical.
- 4.** As associações sindicais são independentes do patronato, do Estado, das confissões religiosas, dos partidos e outras associações políticas, devendo a lei estabelecer as garantias adequadas dessa independência, fundamento da unidade das classes trabalhadoras.
- 5.** As associações sindicais têm o direito de estabelecer relações ou filiar-se em organizações sindicais internacionais.

**6.** Os representantes eleitos dos trabalhadores gozam do direito à informação e consulta, bem como à protecção legal adequada contra quaisquer formas de condicionamento, constrangimento ou limitação do exercício legítimo das suas funções.

O artigo 56º defende os direitos das associações sindicais e especifica ainda o direito da contratação colectiva:

**1.** Compete às associações sindicais defender e promover a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representem.

**2.** Constituem direitos das associações sindicais:

**a)** Participar na elaboração da legislação do trabalho;

**b)** Participar na gestão das instituições de segurança social e outras organizações que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores;

**c)** Pronunciar-se sobre os planos económico-sociais e acompanhar a sua execução;

**d)** Fazer-se representar nos organismos de concertação social, nos termos da lei;

**e)** Participar nos processos de reestruturação da empresa, especialmente no tocante a acções de formação ou quando ocorra alteração das condições de trabalho.

**3.** Compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva, o qual é garantido nos termos da lei.

**4.** A lei estabelece as regras respeitantes à legitimidade para a celebração das convenções colectivas de trabalho, bem como à eficácia das respectivas normas.

O artigo 57º reafirma o direito à greve e a proibição do *lock-out*:

**1.** É garantido o direito à greve.

**2.** Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.

**3.** A lei define as condições de prestação, durante a greve, de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e

instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

**4. É proibido o *lock-out*.**

Entre os direitos dos trabalhadores, a Constituição da República Portuguesa define, no artigo 59º, o seguinte:

**1.** Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito:

**a)** À retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna;

**b)** A organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar;

**c)** A prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde;

**d)** Ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas;

**e)** À assistência material, quando involuntariamente se encontrem em situação de desemprego;

**f)** A assistência e justa reparação, quando vítimas de acidente de trabalho ou de doença profissional.

**2.** Incumbe ao Estado assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito, nomeadamente:

**a)** O estabelecimento e a actualização do salário mínimo nacional, tendo em conta, entre outros factores, as necessidades dos trabalhadores, o aumento do custo de vida, o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as exigências da estabilidade económica e financeira e a acumulação para o desenvolvimento;

**b)** A fixação, a nível nacional, dos limites da duração do trabalho;

**c)** A especial protecção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto, bem como do trabalho dos menores, dos diminuídos e

dos que desempenhem actividades particularmente violentas ou em condições insalubres, tóxicas ou perigosas;

**d)** O desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias, em cooperação com organizações sociais;

**e)** A protecção das condições de trabalho e a garantia dos benefícios sociais dos trabalhadores emigrantes;

**f)** A protecção das condições de trabalho dos trabalhadores estudantes.

**3.** Os salários gozam de garantias especiais, nos termos da lei.

Também a nova e polémica Constituição Europeia reafirma alguns direitos dos trabalhadores, como o direito à informação e à consulta dos mesmos na empresa (artigo II – 87º), o direito à negociação e à acção colectiva (artigo II – 88º), ao acesso aos serviços de emprego (artigo II – 89º), à protecção em caso de despedimento sem justa causa (artigo II – 90º) e a condições de trabalho justas e equitativas (artigo II – 91º, no qual é especificado o direito de todos os trabalhadores a condições de trabalho saudáveis, seguras e dignas, bem como a uma limitação da duração máxima do trabalho, a períodos de descanso diário e semanal e a um período anual de férias pagas). Por último, é proibido o trabalho infantil e protegida a situação de jovens no trabalho (artigo II – 92º).

## Histórias de Vida

*“- A nossa vida é dura...- suspirou finalmente Paulo. E depois de nova pausa continuou: - Tão dura que, porque a aceitamos e escolhemos, há quem nos considere gente especial, que gosta da dureza, gente fria e indiferente à dor, ao prazer e ao afecto, gente que age e que não sonha. (...)*

*- Muitas coisas diferenciam o homem – continuou Paulo. – Acima de todas, diferencia-o a faculdade de sonhar. Na origem de tudo quanto de belo se fez na história e de tudo quanto de belo podemos fazer, na origem de todas as realizações e façanhas, sempre e sempre encontramos essa maravilhosa faculdade de*

*sonhar. Todos sonhamos, amiga, todos. Sonhamos com um mundo onde uns homens não vivam da dor de outros homens, onde se não matem crianças com metralhadoras, onde o ar se respire com a liberdade. É esse o sonho que nos dá forças para lutar e para sofrer, para nos afirmarmos felizes na nossa dura vida, mesmo quando perdemos muito do que nos é mais querido. Mas não é esse o nosso único sonho. Mentiríamos aos outros e a nós próprios se negássemos que sonhamos também com a felicidade pessoal, que ansiamos ardentemente o amor, filhos que o inimigo não mate, tranquilidade, um mínimo de conforto. Os militantes dão tudo, amiga, mas não devem renunciar a nada. Se matássemos o sonho, matávamo-nos também a nós próprios como seres humanos que somos.”*

Manuel Tiago - *Até Amanhã, Camaradas*

Maria José Quinteiro, Luzia Mendes, António Carlos Andrade e Manuel Quinteiro Gomes são antigos operários da indústria têxtil. Em comum têm não apenas a mesma profissão, mas também uma história, que não deveria ser apenas contada aos netos, nas noites de Inverno. A História relatada nos capítulos anteriores deste trabalho, viveram-na na primeira pessoa: as melhores épocas de encomendas e valorização da indústria covilhanense, as fases de grandes desafios, as crises e situações dramáticas.

Lutando por aquilo em que acreditaram, e que tantas vezes lhes foi negado, provaram que o lugar de meros observadores nunca os satisfaz. A saudade, o orgulho e a nostalgia, povoam os seus discursos, com um brilho nos olhos que nem sempre queremos identificar, por não ser necessário. Restam ainda algumas mágoas, mas a todos é comum o sentimento de dever cumprido.

Maria José Quinteiro tem hoje 68 anos. Na Covilhã, foi das primeiras mulheres a desempenhar o cargo de dirigente sindical, ainda antes do 25 de Abril. As memórias que conserva deste período são muitas e, apesar de preferir não relembrar o tempo em que sofreu na pele algumas perseguições do regime, acaba por ceder e contar alguns destes episódios.

Dos primeiros anos de vida, relembra a entrada para a escola primária com sete anos e a saída precoce na 3ª classe, para ir trabalhar como metedeira de fios. O exame da 4ª classe faria depois, por persistência e sonho paternos de um dia ser alguém na vida.

Aos 15 anos foi para a empresa Transformadora, onde trabalharia durante 40 anos, como operadora de máquinas. Uma vida dedicada aos lanifícios e alguns



anos limitados por uma ditadura que, muito pragmaticamente, descreve como “terrível”. A perseguição de vários trabalhadores e alguns casos de assédio a trabalhadoras mais jovens, por parte dos encarregados e responsáveis pela secção onde trabalhava, eram uma constante. Pagou multas e enfrentou castigos por conversar com colegas ou mesmo por se deslocar aos sanitários durante o horário de serviço. Com um salário de 11 escudos por dia, era multada em 7s50 (mais de metade do vencimento de um dia de trabalho) caso passasse um fio grosso. Se chegasse alguns minutos atrasada o guarda da fábrica não permitia a sua entrada o que também representava, no fim do mês, um decréscimo no salário. Sonhava que um dia as coisas seriam diferentes. Com este objectivo, decidiu acordar e tentar fazer alguma coisa, ainda que o contexto político fosse totalmente desfavorável.

Assim, começou a fazer parte da então recentemente criada “Liga Operária Católica” (LOC). Aí conheceria um grupo de operários conscienciosos, que a levariam a interessar-se pelas questões dos direitos dos trabalhadores o que, por sua vez, levou a uma adesão natural ao Sindicato dos Lanifícios.

Das primeiras idas ao Sindicato recorda a partilha de pensamentos, ideais, queixas e sentimentos, com os seus colegas operários. A sensação de não estar só e de poder ser compreendida por outros parecia caracterizar o espírito associativista da época. Entre os direitos que reivindicavam, encontravam-se o pagamento das horas nocturnas de trabalho como horas extraordinárias, o aumento dos salários, a contratação colectiva e os direitos das trabalhadoras ao domicílio (que, não fazendo parte dos quadros das empresas, não tinham direito a férias nem limite de horários).

Como dirigente sindical, assumiu o compromisso de lutar por estas e outras reivindicações. Contra a vontade do marido, que nem sempre apoiou uma manifestação política tão activa e visível, participou em comícios e manifestações. Os conhecimentos que não pôde adquirir com o desejado prosseguimento de estudos foram sendo facultados noutra escola, “a da vida”: “aqueles congressos e reuniões em que estive, roubando tempo à minha família, foram a minha universidade.”.

Antes do 25 de Abril relembra ainda o incentivo que o Sindicato deu a todas as mulheres para irem votar: “foi a primeira vez que votei, e sei que o fiz por pertencer à direcção do Sindicato. Devia ter trinta e poucos anos.”

No entanto, a reserva e o medo não deixavam de marcar presença. “Não podíamos dizer nada, não podíamos falar, não podíamos reunir-nos. Tínhamos que fazer tudo clandestinamente, porque tínhamos medo!”. Várias vezes foram avisados que as reuniões estavam a ser vigiadas, ou mesmo dirigidas, por elementos da PIDE, o que, como afirma, se viria a confirmar depois do 25 de Abril: “nunca mais apareceram, nunca mais ninguém os viu”.

Do dia 25 de Abril de 1974 relembra os primeiros rumores de que teria havido uma revolução: “eu tinha esperança, mas ainda não sabia se havia de acreditar”, afirma. Quando se confirmou o fim da ditadura recorda uma imensa e contagiante alegria, que a levaria a participar com outro ânimo nas actividades do Sindicato: a partir de então o seu nome constaria quase sempre das comissões criadas, fez cartazes, participou em manifestações, apoiou greves e não quis mais parar.

Luzia Mendes nasceu em 1944, na Covilhã e tem hoje 62 anos. Com um raciocínio muito claro e uma evidente capacidade de comunicação, falou-nos de uma vida dedicada ao trabalho, ao associativismo e aos valores em que acredita. Cansada? Não, de forma alguma. Em mente tem uma série de projectos e uma imensa vontade de os concretizar.

Como filha de trabalhadores dos lanifícios, pôde fazer toda a escola primária no Sindicato, vantagem compartilhada com os três irmãos. Usufruindo de uma escola gratuita, os pais destes alunos não suportavam as despesas com livros e refeições, uma vez que estas últimas eram também fornecidas gratuitamente na cantina: “O Sindicato já tinha aí uma função social muito importante: a de criar condições de bem-estar e educação para os trabalhadores dos lanifícios, que eram os mais carenciados e pobres”, reconhece. Sentia também que, para os pais, era um alívio saber que tinham aulas todo o dia e que havia alguém que lhes fornecia uma refeição quente, como muitos não podiam ter em casa.

Fez exame da quarta classe com 11 anos, na Escola Central. Nessa altura colocou-se a questão do que iria fazer, uma vez que só podia entrar para a fábrica com 14 anos. A decisão de continuar a aprendizagem iniciada foi materna: “Acho que as mulheres têm, de facto, uma visão muito clara das coisas. A minha mãe era uma mulher muito atinada e não quis que eu ficasse assim, sem nada para fazer ou para aprender. Fui então para o Colégio das Freiras”. Aí viria a aprender costura, o que lhe valeu algum dinheiro extra durante os anos em que trabalhou nos lanifícios e era mal recompensada, com baixos salários: “Para a visão da minha mãe, continuar a aprender era uma coisa boa, era um investimento no futuro”, como o foi na realidade.

Em seguida, foi também a mãe que pediu a um dos patrões para quem trabalhava que a ensinassem a urdir. “Para ela, ser urdideira era um pouco mais elevado, um escalão mais acima, com outras condições, era melhor.”. Esteve então nove meses numa fábrica, gratuitamente, como aprendiz, aperfeiçoando os conhecimentos que tinha adquirido no colégio. Começaria mais tarde a trabalhar na fábrica Fernando da Silva Antunes, na qual esteve sempre até se reformar. A

estabilidade de um emprego fixo e efectivo, que constitui hoje objectivo ou meta difícil de alcançar para muitos jovens, é no entanto definida por Luzia Mendes como uma grande desvantagem. Na sua opinião, perde-se a possibilidade de aprender através da realização de novas experiências: “não tínhamos oportunidade de conhecer outras realidades, outras pessoas, nem estávamos despertos para normas de segurança no trabalho. Tive pena de trabalhar sempre no mesmo local”.

O caminho traçado até à adesão ao sindicato foi semelhante ao de Maria José Quinteiro. Começou por participar nas actividades da JOC (Juventude Operária Católica) e da LOC, que define como a sua juventude, formação, escola de vida e universidade. É aí que começa a reflectir sobre o seu papel como trabalhadora de uma empresa, moradora de um determinado bairro, cidadã e mulher: “Foi aí que nos ajudaram a ver a razão do trabalhador e a sua dignidade, o que nos levou a comprometer com as organizações onde se debatiam os problemas dos trabalhadores. Aprendemos o direito à verdade, à justiça e à igualdade, e colocámo-los em prática. Era nos movimentos sindicais que podíamos dar a nossa opinião, contribuir para a reflexão e para as decisões que era necessário tomar”. A fase seguinte era tentar transmitir aos colegas da empresa alguns destes ideais e tomadas de decisão.

Dos primeiros tempos de adesão ao Sindicato relembra uma certa discriminação, por ser mulher. Comentários machistas ouviu muitos, mas obteve também o reconhecimento do seu trabalho e empenho. Nestes viria a reflectir, como afirma, algumas características normalmente apontadas aos elementos do sexo feminino, como a humildade, a perseverança e a teimosia. Viveu todos os desafios profissionais com garra e dedicação: gostava do seu trabalho e do espírito corporativo que o caracterizava. Quando é questionada sobre a importância da representação feminina em órgãos da direcção dos Sindicatos afirma categoricamente: “Pela minha experiência como sindicalista, penso que os homens desistem mais facilmente, cedem mais rapidamente aos patrões, são mais fáceis de controlar e manipular do que as mulheres. Sei isso por experiência própria”.

Na sua opinião, os sindicatos viveram sempre da disponibilidade e voluntarismo dos trabalhadores que investiam o seu tempo e energia nestes movimentos. Considera que, de certa forma, todos os sacrifícios valeram a pena: “Não se perde, ganha-se! É necessário continuar a lutar pelos nossos direitos e pelo que de bom queremos manter. Ninguém nos dá nada pelos nossos lindos olhos, dão-nos porque trabalhamos!”.

Em termos políticos, afirma nunca ter sido filiada em nenhum partido. Apesar de se identificar com uma ideologia de esquerda, teve também algumas desavenças com o Partido Comunista. A sua escola e ponte para a adesão ao

sindicato foi assim, como também afirma Maria José Quinteiro, o movimento operário cristão. Como faz questão de relembrar, dele saíam outros dirigentes sindicais que hoje constituem as suas principais referências: Manuel Lopes, Carvalho da Silva, Joaquim Calhau, Camila Pereira, Helena Policarpo: “todos eles passaram pelos movimentos operários e deram o seu contributo sério e verdadeiro ao movimento sindical, por isso orgulho-me de ter feito a minha parte e de poder hoje dar o meu testemunho neste sentido. O meu contributo para o movimento sindical foi dado enquanto cristã, e não por preferências políticas ou partidárias”.

Para Luzia Mendes, não existe qualquer incoerência em ser de católica-de-esquerda. Para o comprovar bastaria estarmos atentos ao testemunho de Jesus Cristo, de atenção com os mais fracos, pobres e desfavorecidos. Ser cristão é, como define, “estar atento à vida, e às organizações por onde passa e se decide a vida das pessoas. Esta mensagem tem que ser posta em prática nos locais de trabalho, na família, no sindicato e na Igreja”.

Na sua opinião, hoje em dia os sindicatos abriram mais o leque de preocupações sociais, não passando estas exclusivamente pelas exigências de aumento dos salários, pelo direito à greve ou à participação em manifestações. Actualmente, sente que existe uma maior preocupação com a formação de operários e dirigentes sindicais, que considera extremamente positiva.

Com uma visão profunda da vida, e sempre com vontade de fazer mais e melhor, rapidamente percebemos que nunca terá cruzado os braços, nem desistido facilmente. As oportunidades que não teve no passado, busca-as hoje no presente, com 62 anos. A reforma, para muitos sinónimo de descanso e sedentarismo total, é para si um tempo de concretização de sonhos antigos e de criação de novas metas e objectivos: “Vou fazer o 9º ano, nesses cursos de revalidação de competências!” A julgar pela clareza do seu raciocínio e pela vontade com que enfrenta novos desafios, não temos dúvidas que o fará com distinção.

António Carlos Andrade tem hoje 78 anos. Com a grande paixão que dedica ao cinema e à literatura, podia perfeitamente ser a personagem principal de um romance histórico. Dos muitos episódios que tem para contar destaca alguns, com a saudade que a memória ainda não traiu. A luta pela liberdade que um regime fascista teimava em não conceder e a adesão ao “único partido que defende os direitos dos trabalhadores”, aqui contadas na primeira pessoa.

Nascido e criado na Covilhã, passaria os primeiros anos de vida na Guarda, onde completou a quarta classe. Pouco tempo depois voltaria com os pais, também trabalhadores dos lanifícios, para a Covilhã. Inscreve-se então na Escola Industrial e completa o antigo 5º ano, com o curso de debuxador. Para

suportar as suas despesas, estudava de noite e trabalhava de dia nos armazéns Camolino, na rua Direita, como empregado de armazém. Daqui, como refere, eram “distribuídas fazendas para os alfaiates e para os bons armazéns do país, a Casa Piloto era nosso cliente. Gostava muito daquilo que fazia, ganhava algum dinheiro e podia continuar a estudar”.

Esse seria sempre o seu objectivo principal: “como diz o Lenine: aprender, aprender sempre. Eu sempre tive uma grande tendência para os estudos e para aprender”. No entanto, se o esforço de conciliação trabalho-estudos nos parece a nós totalmente meritório, na opinião de António Carlos Andrade a necessidade de trabalhar e estudar era condenável. A cedência de condições de igualdade de oportunidades era ainda uma miragem, com a qual apenas podiam sonhar.

Depois de completar o 5º ano já não terminou o curso de tintureiro “porque era um apaixonado do cinema”, justifica. “Em Dezembro apareceu aí um bom filme, que eu queria muito ver, e faltei pela primeira vez às aulas. Só podíamos dar seis faltas, e eu acabei por dar todas, sempre para ir ao cinema. Era a minha paixão.”. O género de filmes que mais gosta define-o como “drama social”, e os filmes da sua vida são os realizados por Charlie Chaplin e Woodie Allen. Dos últimos filmes que viu no grande ecrã, na companhia dos filhos, afirma ter gostado especialmente de *Munique*, por se tratar de uma história verídica que acompanhou com interesse.

Concluídos os estudos e o serviço militar começaria a trabalhar no Tortosendo, nas empresas Leonel Rebordão e Américo de Sousa. A ideologia política com que mais se viria a identificar começou desde cedo a notar-se. Dos primeiros anos como operário relembra sobretudo a vontade de lutar contra o regime e de se associar a outros, com os mesmos objectivos. Assim, começaria a frequentar reuniões e congressos, onde o sonho parecia começar a assumir contornos mais reais: “Em 1968 fui ao primeiro congresso da Oposição, em Aveiro. Só não fomos lá presos por sorte. No caminho, fomos perseguidos pela PIDE e assim que chegámos a Aveiro chamaram-nos à esquadra da polícia. Ainda assim resolvemos tudo, dormimos em casa de um amigo e ao outro dia estávamos no congresso e na manifestação. Foi aí que conheci Urbano Tavares Rodrigues, um grande escritor, um intelectual!”. À lista de autores preferidos junta os nomes de Manuel Tiago, Manuel da Silva Ramos e John Steinbeck. “Tenho ali mais de 2000 livros!”, acrescenta.

Da década de 50 relembra a adesão ao Partido Comunista, por acreditar que este era o único partido que se preocupava com as injustiças sociais e defendia os direitos dos trabalhadores. Relembra ainda uma imensa vontade, compartilhada com outros operários, de “tomar o Sindicato”, clarificando que esta era uma força de expressão. “Na altura, quem quisesse ir para o Sindicato era

obrigado a identificar-se. Depois, o Ministério do Trabalho dizia fulano e fulano podem ser, sicrano e sicrano não.”. Escusado será dizer de que grupo António Carlos Andrade fazia parte. Ainda assim não desistiu: “Desde os anos 60, sempre que havia eleições, eu formava parte das listas. Queríamos mesmo tomar o Sindicato, para ser nosso, sem interferência do Ministério do Trabalho e dos PIDEs”.

Da primeira vez que receberam 13º mês recorda uma euforia imensa no comércio tradicional: “foi um presente para todos os covilhanenses. Recebemos o subsídio de Natal e gastámos tudo nas lojinhas da cidade. Aproveitámos para comprar as coisas de que necessitávamos e não tínhamos: houve gente que comprou frigoríficos e fogões eléctricos”.

Para além de melhores salários, reivindicavam ainda um contrato de trabalho colectivo: “As condições de trabalho, na altura, eram miseráveis!”. Da repressão ditatorial relembra vários episódios, como a perseguição e prisão de muitos trabalhadores, sem qualquer justificação. Também as reuniões do Sindicato em que participou, eram constantemente vigiadas: “Éramos muitas vezes incomodados, também não era preciso fazermos muito para isso acontecer. A PIDE incomodava-nos por tudo. A mim, um informador, disse-me muitas vezes: ‘oh Andrade, você tenha cuidado com as companhias...’ Estive muitas vezes nas listas das pessoas que deviam ser vigiadas pelo regime e mesmo na lista daquelas que deviam ser presas, mas tive sorte. Depois veio o 25 de Abril, eles é que foram presos e nós cá ficámos!”, relembra com certo orgulho.

No próprio dia da revolução começou por ouvir dizer ao seu patrão, Américo de Sousa, que tinha havido uns movimentos em Lisboa. António Carlos Andrade lembra-se de ter pensado “Será que já é a revolução?”. A suspeita confirmou-se e, à noite, assistiria emocionado às imagens da nomeação do Concelho da Revolução, no Café Montalto: “Aí comecei a viver a revolução. No dia seguinte ocupámos a Câmara, era o nosso objectivo!”.

Esta e outras vitórias fizeram parte da sua História de Vida, que foi sempre enriquecendo com novos saberes e aprendizagens. A respeito da crise no sector têxtil, que a região da Cova da Beira tem enfrentado com especial dificuldade, afirma peremptoriamente: “as fábricas da nossa região nunca acompanharam o progresso. Os patrões nunca tiveram a preocupação de acompanhar o futuro e foram ultrapassados. Poucas fábricas têm máquinas modernas. A China e a Índia, que têm uma mão-de-obra barata, conseguem pôr em Portugal, na Europa e no mundo, os tecidos muito mais baratos. O problema principal é a concorrência destes mercados. A Organização Mundial do Comércio também teve culpa, fizeram acordos que nos prejudicaram bastante.”

Na sua opinião, os salários nacionais não podem ser vistos como um obstáculo ao desenvolvimento, uma vez que sempre foram baixos, quando comparados com outros países da União Europeia. A luta por um salário digno, e por uma menor diferenciação social entre patrões e empregados faria sempre parte da sua vida: “sempre tive o sonho da igualdade, de uma diferença salarial mínima entre todos”.

Actualmente, acredita que o Sindicato dos Têxteis, que considera uma segunda casa, não deve assumir apenas um papel reivindicativo. Talvez por isso tenha implantado, há alguns anos atrás, a corrida 1º de Maio na cidade da Covilhã. Na sua opinião, este carácter lúdico da instituição deve ser melhorado. O Sindicato deve ainda, como afirma, possibilitar a reciclagem e a formação dos trabalhadores do sector e apoiar os seus filhos, com actividades de tempos livres.

No ar deixa apenas uma mensagem, porque quando se realizam sonhos, logo outros começam a nascer: “Espero que o movimento sindical nunca acabe. É sempre necessário olhar pelos trabalhadores e defender os seus direitos.”.

Manuel Quinteiro Gomes nasceu em Tortosendo e tem hoje 72 anos. Da vida como operário têxtil e militante do Partido Comunista recorda vários momentos. Mais do que nostalgia e saudade, o seu testemunho revela uma extraordinária força e a certeza de uma missão cumprida.

A inteligência e a cultura de alguém que viveu cada momento da vida como uma possibilidade de aprendizagem.

A sensibilidade e a coragem de quem ultrapassou várias vezes o seu limite, tornando-se mais forte, mas nem por isso menos sensível.

Aos 12 anos começou a trabalhar, após ter abandonado os estudos na 3ª classe, muito antes da sua vontade de aprender ter sido esgotada. Mais tarde, completaria a 4ª classe na Escola de Adultos e o 2º ano do Liceu.

A vida profissional é iniciada, como já referimos, aos 12 anos, na Sociedade de Lanifícios, no Tortosendo, na secção de ultimação. Destes primeiros anos recorda essencialmente as grandes dificuldades económicas do operariado, em geral. Enfrentando períodos cíclicos de vários dias sem trabalho, inevitavelmente traduzidos numa redução do vencimento, a grande maioria dos operários tinha necessidade de efectuar outros trabalhos, normalmente agrícolas ou artesanais: “Nos anos 40, o salário do tecelão que era o trabalhador mais bem pago, era de 100 com 7 tostões, a que chamávamos 100 escudos e um copo. Os

trabalhadores de ultimação e cardação ainda ganhavam abaixo disso”, relembra Manuel Quinteiro Gomes.

Em 1955, data do seu casamento, tinha um salário de 120 escudos: “Ganhávamos muito mal, e era muito difícil fazer uma vida assim...”. A falta de trabalho, associada a baixos salários e a uma forte repressão exercida pelo regime, fariam Manuel Quinteiro Gomes procurar apoio noutros operários. Aos 16 anos, as suas preocupações políticas começaram a formar-se e a adquirir maior consistência: “O Partido Comunista era o único que, de vez em quando, mandava uns panfletos para a rua, denunciando situações complicadas, o que me fez aproximar ao partido. Também fui influenciado por operários mais velhos e esclarecidos, aqui do Tortosendo. Todos tínhamos necessidade de sentir que estava alguém do nosso lado, a apoiar-nos”.

Este espírito de união era particularmente sentido numa colectividade com uma forte importância histórica, educativa e social, em Tortosendo: o Unidos, onde aprendeu francês e participou em várias sessões literárias. Em termos de formação pessoal, também considera importante o acesso que teve à imprensa do Partido, em termos de formação pessoal. Através das suas publicações, eram denunciados e reconhecidos casos de abuso nos vários sectores de actividade, incluindo os têxteis e a metalúrgica.

Desde muito jovem, fez sempre parte do Sindicato, e lamenta que muitos trabalhadores continuem a não reconhecer a importância dos movimentos organizados para defesa dos seus direitos. “Por não quererem pagar as quotas mensais, muitos operários não são sindicalizados. Isto é um disparate”, afirma. “Se as pessoas não contribuírem para as organizações que as podem defender terão cada vez mais problemas. Trabalhador que não tenha uma organização que o defenda está sozinho.”.

Apesar do apoio e espírito de união que sentia em todos os militantes, Manuel Quinteiro Gomes sublinha, no entanto, algumas fraquezas: “Eu não quero fazer censuras, mas acho que o Partido Comunista, na área conspirativa, não tinha o seu pessoal bem formado. Era possível fazer outro tipo de trabalhos, para que soubéssemos resistir mais à prisão e a outras coisas. Faltou-nos a formação na área conspirativa, que permite a um indivíduo estar preparado para certas situações: é uma defesa pessoal e política.”

Infelizmente, sentiria na pele esta falta de preparação. A 23 de Dezembro de 1963 foi preso pela PIDE. À casa, de onde foi obrigado a sair na ante-véspera do Natal, sendo já pai de dois filhos, só poderia voltar três anos depois, ainda sob liberdade condicional. Na prisão António Maria Cardoso, sede da PIDE, esteve 57 dias fechado numa cela que tinha 1,80m de comprimento por 90 cm de largo: “só via duas figuras, o guarda e o fascina”, recorda. Daí passou para Caxias, “onde



continuaram os interrogatórios técnicos, baseados nos conhecimentos que eles tinham adquirido com os nazis alemães. Estes interrogatórios consistiam em criar tecnicamente um processo que pudesse incriminar-nos. Eles não tinham quaisquer provas contra nós e então criavam-nas, tecnicamente, para nos atribuir alguma culpabilidade.”.

Assim se passaram mais seis meses, durante os quais Manuel Quinteiro Gomes e outros operários do Tortosendo aguardaram julgamento. É neste aspecto que defende que o Partido não formava os seus militantes para uma “luta conspirativa”, que os prepararia em termos de resistência física e verbal:

“Havia muita gente que entrava em pânico. Os nós da madeira pareciam bichos... A tortura do sono era terrível, passávamos 20, 30 horas sem dormir, a ser massacrados, a irritarem-nos. Houve muita gente que foi brutalmente espancada. Eu tive sorte, só levei algumas bofetadas, por reacções que eles consideraram menos correctas.”

Nestes três anos teve escassas visitas. Numa altura em que a mulher se encontrava gravemente doente não puderam ver-se durante onze longos meses. “Tudo isso pesa no comportamento das pessoas. Mas eu, pessoalmente, acabei por considerar a prisão um mal menor.” Depois das descrições, tão pormenorizadas quanto emotivas, temos dificuldades em compreender a última afirmação. No entanto, a justificação de Manuel Quinteiro Gomes prende-se com a realização de novas aprendizagens: “conheci muita gente com outra formação, com um espírito de luta extraordinário e adquiri novos conhecimentos. Vim da prisão a saber ler francês correctamente, sem precisar de dicionário, e com uma formação moral muito superior àquela que levei para lá. Tornei-me mais homem”.

Quando regressa da prisão, em 1967, não é aceite, por represálias, na Sociedade de Fabricantes. Apesar disso, encontra rapidamente trabalho na Covilhã, na tinturaria Francisco Mendes Alçada. A sua função passa a ser, como explica, a de pesador de drogas: “estando apenas em contacto com os técnicos, eles passavam a receita e eu trabalhava-a. Tinha muita responsabilidade, era uma espécie de farmacêutico da empresa”.

No entanto, o contacto com os operários citadinos representou, para Manuel Quinteiro Gomes, uma decepção: “Eu imaginava ‘Covilhã – cidade – operários mais evoluídos e determinados’ e, quando chego, encontro 60% de analfabetos e semi-analfabetos. Eu mandava comprar o jornal *Le Monde* na papelaria do Montalto, enquanto na tinturaria a maior parte dos funcionários não sabia ler *A Bola*. De forma que isso foi frustrante para mim, na medida em que eu imaginava a cidade com pessoal mais instruído e mais determinado para a luta.”.

Entre 1967 e 1970, anos em que se encontrou sob liberdade condicional, não tentou qualquer aproximação ao Partido e ao Sindicato, por medo de sofrer novas represálias. Com a obrigação de se apresentar mensalmente às autoridades, tinha consciência que se fosse novamente apanhado em alguma actividade política, voltaria a ser preso.

Terminado o período de liberdade condicional e após uma experiência citadina, de certa forma decepcionante, Manuel Quinteiro Gomes decide emigrar. A vontade de conhecer novas realidades e aperfeiçoar a sua técnica, associada aos avançados conhecimentos de língua francesa, facilitou a sua opção. A estadia em França seria, apesar de tudo, breve: “Deixei na empresa uma saudade, o que foi, de certo modo, gratificante verificar. No dia em que me despedi, o patrão mandou-me chamar ao escritório e deu-me uma gorjeta para ajuda da viagem. Dois meses depois de ter chegado a França, recebi uma carta dele pedindo-me que regressasse para chefiar o pessoal da empresa, oferecendo-me um ordenado compatível com aquilo que estava a ganhar lá.”

Em 1972, ano em que regressa a Portugal e retoma o trabalho na Covilhã, as suas condições económicas melhoraram significativamente. Na tinturaria Francisco Mendes Alçada trabalharia mais 22 anos.

Em 1974, no dia 25 de Abril, a situação política do país vive as grandes mudanças pelas quais havia esperado tantos anos. Numa alegria contagiante, foi felicitado por muitos: “Toda a gente conhecia o meu passado e me dava os parabéns por a ditadura ter acabado”. No entanto, apesar de ter sido um dos dias mais felizes da sua vida, a todo este entusiasmo e euforia, próprios da passagem de um regime ditatorial a uma liberdade aparentemente sem limites, Manuel Quinteiro Gomes contrapõe uma grande falha na organização e cedência de direitos: “Houve muita gente que só se preocupou em melhorar, e não em colaborar. A mentalidade das pessoas não estava preparada para a liberdade adquirida e cometeram-se muitos exageros, sobretudo ao nível da ocupação de casas aqui no Tortosendo, por gente que nem sequer era do Partido, mas que se fizeram passar por militantes, para que o Partido ficasse com essa fama.”.

O seu espírito crítico, acompanhado de um pensamento cuidadosamente elaborado, permite-lhe uma análise profunda da actualidade. Com uma exemplificação apenas aparentemente simples, expõe-nos o seu ponto de vista:

“Na fábrica, por exemplo, tentei impor uma tabela salarial quase única para todo o pessoal e depois verifiquei que tinha cometido um erro crasso: os que eram responsáveis continuaram a ter mais encargos e os que eram ‘baldas’ continuaram a não querer fazer nem saber nada. A formação não acompanhou bem a liberdade conquistada, o que se viria a repercutir ao longo de todos estes anos.

Foi uma fase áurea obviamente, não ponho em causa as liberdades e restantes conquistas do 25 de Abril, mas não foi um período bem secundado em termos de formação ideológica e profissional. Para se terem direitos também temos que ter deveres, e muita gente descurou esse pormenor.”

Actualmente, o número de desempregados e de famílias que vivem abaixo do nível de pobreza em Portugal, bem como a ausência de melhores perspectivas a médio prazo, constituem motivos de preocupação e de profundo desagrado para Manuel Quinteiro Gomes. Na sua opinião, as próprias relações de trabalho estão deturpadas, sendo mesmo, em alguns aspectos, piores do que nos anos do fascismo:

“Nesse tempo ainda podíamos dizer ‘não’, sair duma empresa e ir para outra. Hoje não: a repressão não é exercida às claras, mas é controlada, o que obriga as pessoas a subjugar-se, a fazer horas extraordinárias que não são pagas,... Hoje assistimos à degradação das condições laborais. Precisávamos de outro 25 de Abril, em moldes diferentes, não para conquistar a liberdade, mas para conquistar outras coisas que, de certa forma, ultrapassam o nosso país. A crise é mundial.”

Para esta crise, apresenta diversos motivos, sublinhando um processo de globalização, promovido de forma inconsequente e desmedida. Na sua opinião, não é apenas o futuro dos têxteis, mas o de toda a actividade industrial e económica, que se encontra em risco:

“Hoje as multinacionais controlam tudo. A Europa tornou-se uma parte servil dos monopólios e o governo português é comandado por Bruxelas. A globalização tem como força motora o capital. O capital comanda. Para fazer frente ao capital só existem dois meios: ou se entra em negação constante ou se emigra. Os trabalhadores não têm grande alternativa, a não ser voltar a emigrar para países como Angola, por exemplo.”

Na sua opinião, a política de baixos salários praticada em Portugal é também responsável pelos baixos índices de produtividade nacional. Comparativamente a Espanha, o salário mínimo e as reformas nacionais são, como afirma, cada vez mais degradantes, o que resulta numa perda de motivação por parte dos trabalhadores que, consequentemente, produzem menos.

Em termos políticos, Manuel Quinteiro Gomes continua a identificar-se com o Partido Comunista, por “uma questão de formação e de princípio”. Na sua opinião, a política não deve ser feita por motivos fúteis, devendo antes constituir, uma paixão. “E isso adquire-se ao longo dos anos, com uma convivência que procura ser sã, com um grupo de amigos que procura ajudar, facilitar e auxiliar”, conclui, em jeito de homenagem prestada aos seus camaradas.

As quatro histórias de vida aqui retratadas vêm comprovar o lado humano das actividades industriais, bem como dos grupos e movimentos habitualmente criados à sua volta. Ao contrário do poema de António Gedeão, Maria José Quinteiro, Luzia Mendes, António Carlos Andrade e Manuel Quinteiro Gomes, *sabiam e sonhavam que o sonho comandava a vida*.

Após a recolha dos seus testemunhos, considerámos ainda pertinente entrevistar Heitor Duarte, sociólogo e antigo professor da Universidade da Beira Interior, com tese de doutoramento sobre os Conflitos Sociais na Beira Interior, de 1941 a 1981, em fase de aprovação no ISCTE. A entrevista é seguidamente publicada na íntegra.

### **Porque decidiu trabalhar o tema dos Conflitos Sociais na região e durante este período histórico muito específico?**

- Quando comecei ainda não conhecia muito dos operários têxteis e, quando cheguei à Covilhã, pensei primeiro em trabalhar as migrações. Eu também dava a disciplina de Demografia na Universidade e tinha conhecimentos nesta área, pelo que tentei articular a questão das migrações com a questão da população.

### **Mas em que contexto trabalhava esta temática?**

- Migrações na Beira Interior, porque me apercebi que não haviam trabalhos feitos sobre esta região, nem na Universidade da Beira Interior. Primeiro havia um problema de delimitação do que era a Beira Interior - um conceito que não estava claro. Depois, não havendo qualquer trabalho, achei que era um contributo interessante, começar a trabalhar o tema na área da Demografia. Ainda por cima eu era a única pessoa na Universidade da Beira Interior que tinha a disciplina de Demografia. Assim sendo, comecei a trabalhar a População e as Migrações.

A dada altura comecei a confrontar-me com a realidade em que trabalhava todos os dias: eu estava a trabalhar numa fábrica. A Universidade da Beira Interior tinha ocupado alguns dos edifícios de antigas fábricas. Primeiro achei isso interessante, depois as pessoas com quem falei sobre as migrações foram-me dando muitas ideias: muitas tinham emigrado por questões políticas, outras por questões de

conflitos pessoais na terra, outras ainda porque aquilo começou a deixar de dar. Então, achei interessante fazer um trabalho sobre a indústria.

Por outro lado, também não havia nada sobre o tema. Ao fim de três ou quatro anos, também ajudou conhecer bem a Covilhã e estar lá bem integrado (hoje continuo a manter contacto com muitas pessoas amigas que me ajudaram neste trabalho). A junção de todos estes factores fez-me acreditar que era interessante fazer um trabalho sobre a Covilhã, do ponto de vista da Sociologia, relativo à indústria têxtil. Um dos temas possíveis foi precisamente os conflitos sociais, que também são abordados pela Sociologia. Podia ter abordado outros: a questão da indústria ou o patronato, mas achei este interessante porque envolvia vários actores: sindicato, patrões, Estado e inclusivamente os poderes locais.

Para uma tese de doutoramento havia aqui uma desvantagem: não havendo nenhum trabalho sobre o tema e eu, ainda não o tendo estudado, tive de partir do zero e fazer um trabalho científico em três anos e meio. Depois havia outra questão, relacionada com os elementos internos: havendo professores da UBI que desconheciam completamente a realidade e não tendo qualquer sensibilidade para com este tema, mais tarde, acabariam por pesar na balança. Ao princípio não me apercebi disto, que acabaria por ser uma questão determinante para o facto do trabalho ainda não estar publicado.

**- Acabou por optar pelo tema dos Conflitos Sociais começando a estudá-lo na década de 40, em pleno período do Estado Novo.**

- A ideia era essa precisamente. Em princípio a Sociologia aborda temas contemporâneos, trata de actores vivos e de factos históricos que, de alguma forma, ainda estão a decorrer. Neste trabalho eu tinha que falar com pessoas que ainda estivessem vivas e recolher documentos, pelo que tinha de ser um tema bem próximo. Não havia nada sobre os conflitos sociais no período do Estado Novo, nem tão pouco a Sociologia cá existia: as greves eram ilegais, não eram reconhecidas como elementos funcionais da sociedade nem como um direito ou dever. Não existia, portanto, um trabalho sobre conflitos anteriores ao 25 de Abril. Eu comecei neste período porque não fazia sentido não estudar o Estado Novo e porque houve algumas continuidades. Por exemplo, o presidente do Sindicato José Lemos já tinha sido presidente antes do 25 de Abril e depois continuou. Também muitas das pessoas que são intervenientes de 1974 a 1980 são pessoas que já vêm do Sindicato do tempo do Estado Novo. Ganham, digamos assim, a sua dinâmica para a luta na década de 60 - foi precisamente a geração de 60 que travou as grandes lutas da década de 70 e 80.

Portanto, o período que analiso é entre os anos 40 e 80. Também existem os próprios factos históricos: o auge da indústria de lanifícios na Covilhã é atingido nos anos 60 – 70 com a ruptura do próprio regime do Estado Novo e com alguma

abertura ou flexibilidade relativamente ao operariado e aos direitos dos operários que *eles* não podiam controlar, e que depois a partir de 1974 já ninguém controla.

**- Considera que no princípio na década de 70 se registou essa abertura do regime, com a chamada Primavera Marcelista?**

- Não houve uma abertura do próprio Estado, as pessoas é que começaram mais descaradamente a intervir e a exigir. Por exemplo, muitas das pessoas que estavam no Sindicato não se queriam dar mal com os operários, alguns patrões inclusivamente não gostavam do Estado Novo. O problema começa aí: alguns deles (dos patrões) não simpatizavam com o regime e com todas as limitações impostas à indústria dos lanifícios. Nos anos 40 registou-se um desenvolvimento industrial, havia organização corporativa e controlo dos conflitos, o que lhes era favorável. Mas em poucos anos os empresários começaram a sentir-se um pouco presos: era necessário pedir autorização para tudo, em termos de indústria e exportações.

Nos anos 60 já se sabe que há pessoas dentro do Sindicato afectas ao regime do Estado Novo, mas há também outras que não são, e são independentes ou afectas ao PCP.

**- Então não foi uma abertura por parte do Estado, foi antes uma maior insistência por parte das pessoas?**

- Exactamente. As pessoas já conheciam bem a organização corporativa e sentiram também as fragilidades do regime. De alguma forma, tanto operários como patrões começam a ir ao estrangeiro, trazendo muita informação sobre a própria indústria têxtil e sobre as evoluções dos sistemas políticos lá fora (as democracias estão a avançar e a indústria têxtil noutros países evolui). Começam a surgir visões do mundo um bocadinho diferentes, até mesmo a própria visão do ditador, que está envelhecido nos anos 60. Toda a gente percebe isso e há uma nova geração de pessoas que aparecem. Aqueles que tinham sido presos no início do Estado Novo (década de 30), como a Aliança Corporativa, a Organização dos Sindicatos ou a Aliança da Indústria começam também a envelhecer.

Mesmo dentro da indústria de lanifícios há muitos patrões que querem modernizar as suas indústrias, que até aqui têm grandes limitações. Nos anos 60 o Estado é mais uma máquina que oprime a indústria, em vez de lhe dar continuidade. Para os patrões, a única vantagem era o controlo dos operários e dos conflitos, não esquecendo que nos anos 40 já tinham havido greves fortíssimas das quais saem inclusivamente muitos operários feridos. A data de 1958 é também muito importante, pela vinda do general Humberto Delgado à Covilhã, apoiado na rua por muita gente. Portanto, existia na Covilhã uma consciência política muito forte, que apoiava os opositores ao regime.

Repito: é importante salientar que nem todos os patrões estavam a favor do Estado Novo, que muitos queriam libertar-se e modernizar as suas indústrias e não conseguiam. A única coisa que eles tinham a favor era o controlo dos operários, mas tirando isso não havia mais nenhuma vantagem. A abertura não foi por isso em termos de regime, que não cria nova legislação no sentido de dar mais direitos aos sindicatos. A legislação de 1933 tem muito poucas alterações durante todo o regime, relativamente à organização sindical. As eleições eram quase sempre uma lista única. De vez em quando apareciam elementos novos, que tinham aquela ideia de *conquistar/ tomar* o Sindicato, mas não tinham quaisquer hipóteses.

No fundo, o que se pretendia era o aumento salarial. A indústria foi sempre uma indústria de salários baixos. Durante o Estado Novo os salários estavam tabulados e a mulher ganhava menos que o homem. As mulheres não podiam trabalhar à noite e só quando, na década de 60, começam a faltar homens para o turno da noite, que se recusam a trabalhar por questões salariais, é que começam a meter mulheres para estas funções. Os próprios homens opuseram-se a isto, porque as mulheres faziam o mesmo trabalho que eles por menos dinheiro. Há muito oportunismo na indústria têxtil, porque é uma indústria competitiva em termos europeus e mundiais: se se consegue ter uma mulher a trabalhar por um salário mais baixo é isso que se faz e é por isso que há tantas mulheres a trabalhar nesta indústria. Mas antes não era bem assim: nas fotografias dos anos 20/30 estão sempre homens a trabalhar nas máquinas. Parece que entretanto houve uma espécie de toque mágico e as mulheres entraram no mundo do trabalho, mas o que houve foi interesses financeiros das empresas. Houve também alguma evolução em termos de maquinaria, comprada ao estrangeiro. O problema é que as máquinas, fazendo cada vez mais o trabalho dos operários, são acessíveis a qualquer operário sem qualificação, e as mulheres aí entram perfeitamente.

Também é importante salientar que as pessoas se convenceram que a indústria só mudaria caindo o regime, a luta que era laboral passou a ser uma luta política. Não bastava mudar o patrão, porque na outra fábrica as coisas eram iguais, com o mesmo modelo de organização laboral.

Outra questão importante foi a adesão de Portugal à EFTA, no princípio dos anos 60, em que Portugal deixa de estar fechado no seu pequeno mercado interno e colonial. Isto inseriu os industriais no mercado europeu, obrigando-os a movimentarem-se. Todas estas aberturas levaram a que as pessoas comessem a pressionar mais.

**- Ao longo do estudo que tenho vindo a realizar, notei um ponto comum a todos os antigos operários da indústria têxtil que entrevistei. Todos eles relembram, com orgulho, as manifestações ou reuniões em que participaram e afirmam que havia uma certa curiosidade por parte dos operários de outros pontos do país, gerada à volta deles. Todos queriam saber o que se fazia em termos de movimentos e conflitos sociais na Covilhã, e o que se planeava fazer - uma espécie de reconhecimento da notoriedade da indústria da região e da força dos seus operários. Ao longo do seu estudo também chegou a esta conclusão?**

- Sim, penso que algumas lutas ao nível do operariado têxtil da Covilhã eram ímpares e tinham sempre impacto a nível nacional. Isso é real porque a indústria têxtil é das mais antigas em Portugal e teve como pólo principal a Covilhã, o que deu uma perspectiva diferente aos seus habitantes, em relação ao resto do país que era um pouco rural, exceptuando as classes urbanas de Lisboa e Porto. A greve dos 1000 escudos foi disso exemplo: em função do que se passava na Covilhã é que se discutiu o salário mínimo em Lisboa. As greves na Covilhã criavam problemas a nível nacional. Podemos estabelecer uma relação entre a luta operária na Covilhã e a política salarial que vai sair do 25 de Abril.

**- Estas lutas do pós 25 de Abril vieram a consubstanciar-se, em termos práticos, em que aspectos?**

- Podemos dizer que esta greve dos 1000 escudos, que teve uma mobilização extraordinária, de mais de 20 dias, foi uma espécie de exigência por parte dos operários duma compensação por todos os anos anteriores de salários muito baixos. A reivindicação não era relacionada com a modernização da maquinaria nas fábricas, nem com o trabalho de escritório, era uma luta interna que teve repercussões a nível nacional. A vinda de ministros e secretários de Estado à Covilhã é exemplificativa disto. Para calar estes operários entrou muito dinheiro em indústrias que se sabia que iriam fechar dentro de poucos anos, com aquele tipo de estrutura e organização laboral. Foi um preço que pagaram a posteriori.

**- Nos anos 80 há novo ciclo de greves. Continuavam a apresentar as mesmas reivindicações?**

- As greves de 1981 são das mais importantes, porque terminam um certo ciclo de lutas, foi como fechar a porta a um período e a uma geração. Os operários que vão aparecer depois já são diferentes. O perfil dos sindicalistas que começaram a aparecer nos anos 80 nada tem que ver com os sindicalistas dos anos 60/70. As gerações anteriores, que começaram a lutar nos anos 40 a 70, acabam as suas lutas nos anos 80, com uma descrença no futuro da indústria têxtil.



**- Acha que todos têm essa consciência?**

- Dos antigos operários sim, por isso lhe dizem que as suas lutas eram comentadas por todo o país. Hoje em dia isso já não acontece. O número de fábricas e operários também reduziu bastante, é certo. Mas, a partir dos anos 80 há também uma divisão muito importante do movimento sindical, com o surgimento do Sindetex também na Covilhã. Como é natural, tentar depois organizar uma luta com dois movimentos sindicais distintos perde a força interna.

Para além desta divisão, também começa a haver um número muito significativo de desempregados da indústria, pessoas descontentes que se dirigem ao Sindicato e que, em caso de não resolução dos seus problemas, o abandonam.

**- Como sociólogo, ainda acredita no futuro da indústria têxtil na região?**

- A Covilhã ainda tem, neste momento, algumas das fábricas mais modernas da Europa, como a Paulo de Oliveira e a Nova Penteação. Existem menos fábricas do que nos anos 60 e 70, mas a produção não diminuiu. A indústria têxtil, do calçado e a alimentar são sempre indústrias básicas em qualquer país: as pessoas precisam sempre de comer e vestir-se. Acredito que a indústria têxtil tem futuro, mas também penso que a persistência nos baixos salários é prejudicial para este futuro. Continuam a querer-se trabalhadores que trabalhem cada vez mais horas, por pouco dinheiro. Têm que mudar-se algumas mentalidades, que até agora não mudaram.

**- E qual é o papel do Sindicato nesse futuro?**

- Eu penso que os sindicatos, como os conhecemos hoje em dia, terão apenas mais alguns anos. As últimas leis promulgadas vão no sentido do final das contratações colectivas, substituídas pelos contratos individuais de trabalho. Penso também que os representantes dos trabalhadores não podem deixar de existir, enquanto actores numa sociedade, têm é que encontrar novas formas de se organizar e defender individual e colectivamente os seus interesses. Isto pode passar, por exemplo, pela exigência da presença de advogados que representem as pessoas nos momentos dos contratos. Isso seria fundamental.

## CAPÍTULO IV

### Reflexões Sobre a Actualidade

Na opinião de Luís Pereira Garra, falar sobre o sector têxtil de hoje é falar dos seus dois mais importantes sub-sectores da região: os lanifícios com cerca de 6 mil trabalhadores e as confecções com cerca de 11 mil. No entanto, é também reflectir sobre os processos (naturais e dirigidos) que levaram ao encerramento de empresas e à destruição de postos de trabalho.

Aos que defendem que a morte das empresas faz parte do ciclo natural da vida (como as pessoas, nascem, crescem e morrem) e que o seu encerramento é, em muitos casos, uma inevitabilidade, o dirigente sindical responde que importa referir um outro elemento essencial à vida: a reprodução. Como sublinha, as pessoas nascem, crescem, reproduzem-se e morrem, ciclo que gostaria de rever neste sector da região. Tal não tem vindo a verificar-se porque, na sua opinião, o processo de reestruturação dos lanifícios adulterou as leis do mercado e introduziu factores de concorrência desleal. Se por um lado, certas empresas têm tido todo o tipo de apoios financeiros e fiscais, outras há que não tiveram apoio nenhum, o que acabou por introduzir factores de desigualdade.

Como faz questão de afirmar, a filosofia da portaria de reestruturação dos lanifícios foi no sentido de concentrar os apoios financeiros, tecnológicos e outros nas empresas que se encontravam numa situação financeiramente estável, enquanto se tratou de abandonar e acelerar a queda das empresas que se encontravam debilitadas. Na opinião de Luís Garra, o objectivo não foi recuperar o que ainda era possível recuperar, mas precipitar a sua queda. Os números que apresenta são expressivos: no período de vigência desta portaria encerraram 34 empresas no distrito de Castelo Branco, o que implicou a destruição de cerca de 3000 postos de trabalho. Não se apresentando, de forma alguma, contra a cedência destes apoios, critica abertamente a dualidade de critérios na sua distribuição. O destino destes trabalhadores continua a ser o desemprego ou a reforma antecipada. Assim, distritos como Castelo Branco e Guarda são das zonas do país onde os desempregados são mais velhos e os reformados mais novos: “É triste um homem aos 55 anos ser considerado um velho que é dispensável da empresa”<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Garra, Luís; “Os têxteis na Beira Baixa têm futuro”; in *III Jornadas de Arqueologia Industrial: A Indústria Têxtil Europeia – Os fios do Passado a Tecer o Futuro – Uma*

Enquanto dirigente sindical, Luís Garra alerta para as inúmeras situações de salários em atraso, angústias e incertezas na casa de muitos trabalhadores. Na sua opinião, esta é a prova de que salários baixos e em atraso, associados a outras violações dos direitos dos trabalhadores, não são os responsáveis pelo encerramento de tantas fábricas, sendo que as empresas que respeitam os direitos dos trabalhadores e do Estado, são as que em melhor situação se encontram. A justificação de alguns empresários sobre o encerramento ou o deslocamento de indústrias para outros mercados, com base na rigidez das políticas laborais nacionais e europeias, é definida por Luís Garra como totalmente descabida.

No entanto, as causas para a situação de crise no sector têxtil não se relacionam exclusivamente com as políticas nacionais e com a portaria de reestruturação dos lanifícios anteriormente mencionada. O processo europeu de integração dos têxteis nas regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio diminuiu o período de transição, permitindo e fomentando a prática de dumping comercial, fiscal e social, em clara obediência às empresas transnacionais que se deslocaram da União Europeia para a Ásia, África e Leste Europeu. O elevado custo das matérias-primas, água, combustíveis, juros e da própria maquinaria em território nacional constituem, na opinião de Luís Garra, parte integrante e justificadora destes desequilíbrios.

Como proposta para resolução de alguns dos problemas enumerados, o dirigente sindical aponta algumas soluções:

- Criação de um observatório permanente que acompanhe a evolução da situação económica, financeira e laboral de cada uma das empresas para, logo que detectado um desequilíbrio, se poder actuar;
- Acompanhamento, com rigor, isenção e transparência, das empresas que beneficiam de apoios financeiros para se apurarem os resultados obtidos no investimento;
- Realização de auditorias às empresas que devem à segurança social, às finanças e aos trabalhadores;
- Adopção de medidas que garantam que nenhum edifício actualmente licenciado para utilização fabril possa mudar de uso sem que esteja previamente feita a sua transferência e dos seus trabalhadores para outros edifícios;

- Apoio e definição de medidas económicas e financeiras que combatam a descapitalização e as transferências de riqueza criada no sector para outras áreas ou sectores;
- Implementação de uma política económica e salarial que possibilite o aumento do consumo, como forma de revitalizar o mercado interno.

Estas e outras propostas sindicais de que os sindicatos não têm uma visão redutora do mundo laboral e muito menos estão remetidos a uma posição meramente defensiva e conjuntural muito ligada ao imediato, mostrando que os sindicatos continuam a ser organizações sociais portadoras de um projecto de futuro.

Aliás, basta um olhar retrospectivo e histórico à evolução do sindicalismo para facilmente se perceber que, nos tempos de hoje, as razões para a sua existência e crescimento se mantêm e se reforçam. A estabilidade do emprego, a regulação laboral, o direito á negociação colectiva, o trabalho com direitos, a distribuição da riqueza e o combate à exploração, o combate à individualização das relações laborais e o reforço da acção colectiva e dos laços de solidariedade de classe, são hoje, como foram ontem, questões que reforçam a necessidade dos sindicatos.

## A Região, o Ensino e a Formação

Como temos vindo a referir ao longo do estudo apresentado, a Covilhã cresceu, nos últimos séculos, com a necessidade de acolher e abrigar trabalhadores têxteis oriundos de todo o país, tendo esta indústria imprimido à cidade uma arquitectura fortemente industrial. Esta característica é sobretudo visível na parte antiga da cidade, onde as grandes casas ou vivendas apalaçadas dos antigos donos das empresas contrastam com as casas pequenas e amontoadas do operariado.

Todo este património histórico, tantas vezes esquecido pelo poder político, só não se encontra totalmente degradado por terem sido feitos alguns esforços de recuperação por parte da própria Universidade da Beira Interior. Efectivamente, o desenvolvimento do ensino superior na Covilhã dá-se na razão inversa da crise da indústria têxtil.

À data da sua fundação, ainda como Instituto, a UBI foi instalada no edifício da antiga Real Fábrica de Panos. No processo de expansão que se seguiria, a universidade reconverteu, adaptou e ampliou grande parte dos edifícios industriais desactivados na região, sendo um exemplo actual do que pode constituir a reconversão do património industrial. O passado arquitectónico ao serviço do presente e do futuro e, simultaneamente, um acto de grande simbolismo na cidade que cresceu com a indústria.

Maria do Céu Alves, docente do departamento de Economia e Gestão da universidade, defende precisamente esta relação entre o ensino superior e a universidade, particularmente relevante se recordarmos que os primeiros cursos abertos ainda enquanto Instituto foram os de engenharia têxtil e gestão de empresas<sup>50</sup>. Na sua opinião, os mais recentes desenvolvimentos no âmbito da ciência e da tecnologia têm alterado o paradigma económico vigente, exigindo uma maior participação de todos, nomeadamente do ensino superior, no processo de qualificação de mão-de-obra. Lembrando que vários estudos europeus já comprovaram a existência duma relação entre o nível de produtividade e o nível educativo da população, Maria do Céu Alves reafirma a pertinência da adequação entre o processo educativo e as necessidades do tecido económico.

A autora sublinha que, apesar da diminuição generalizada do número de trabalhadores do sector têxtil na região, tem-se verificado um aumento da contratação de diplomados. Assim, em 1991 existiam 48 bacharéis e 84 licenciados a trabalhar no sector. Em 1993 estes valores elevaram-se para 55 e 100 respectivamente, com aumentos na ordem dos 15% para bacharéis e 19% para licenciados. O sector empregava, também em 1993, 36% dos bacharéis e 30% dos licenciados a trabalhar por conta de outrem na região.

Em 1996, Maria do Céu Alves efectuou um trabalho de pesquisa sobre a percentagem de trabalhadores com formação de nível superior nas empresas da região, tendo inquirido a totalidade das empresas da indústria transformadora do distrito de Castelo Branco, com 10 ou mais trabalhadores ao serviço. Do mesmo, analisamos apenas os dados considerados relevantes para o presente estudo, nomeadamente o sector têxtil, vestuário e couro.

Os escalões de dimensão foram estabelecidos em função do número de trabalhadores ao serviço, excluindo as empresas com menos de 10 trabalhadores e privilegiando os escalões:

---

<sup>50</sup> A este respeito ver Alves, Maria do Céu; “A formação avançada como factor de competitividade”; in *III Jornadas de Arqueologia Industrial: A Indústria Têxtil Europeia – Os fios do Passado a Tecer o Futuro – Uma abordagem pluridisciplinar*; 12 a 14 de Novembro de 1998; Actas da Universidade da Beira Interior; já citado

- empresas com 10 a 49 trabalhadores;
- empresas com 50 a 99 trabalhadores;
- empresas com 100 a 499 trabalhadores;
- empresas com 500 e mais trabalhadores ao serviço.

Dimensão	Trabalhadores com formação superior
10 – 49	65
50 – 99	25
100 – 499	27
500 ou +	3
Total	120

Fonte: Maria do Céu Alves; in “A formação avançada como factor de competitividade”, já citado

Maria do Céu Alves relembra que uma elevada percentagem das empresas inquiridas são de pequena dimensão o que, tradicionalmente, seria visto como um elemento condicionante da capacidade de competição. No entanto, como afirma, em muitos casos a dimensão das PME's deixou de ser um factor limitativo para passar a ser um ponto forte, conferindo flexibilidade num contexto de mudanças rápidas. A título de exemplo, a autora refere o caso da economia alemã, que assenta fundamentalmente em pequenas e médias empresas, fortemente especializadas em determinados produtos e mercados, mostrando-se altamente competitivas. O importante, relembra, consiste em dotar as empresas de uma boa organização interna e de recursos humanos qualificados.

É também nesta perspectiva que surge a estratégia de formação profissional do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa.

Para modificar a cultura dominante do tecido empresarial, nomeadamente nos aspectos ligados ao imobilismo e à falta de um espírito empreendedor que possibilite as alterações qualitativas desejadas, numa perspectiva de maior competitividade inter e intra sectoriais, a formação que promovemos visa criar uma atitude de mudanças que vá ao encontro dos seguintes objectivos:

- Promover a criatividade individual;
- Promover a criatividade colectiva;
- Promover a adaptação a novas tecnologias;

- Criar facilitadores de formação dentro da empresa;
- Divulgar noções gerais de gestão;
- Aumentar a atitude comercial;
- Resolver problemas;
- Dar confiança às pessoas;
- Favorecer a capacidade de adaptação;
- Descentralizar decisões;
- Valorizar hábitos de poupança e combate ao desperdício de recursos.

Outro aspecto importante é que a nossa intervenção procura não perturbar o normal funcionamento das actividades profissionais dos intervenientes no processo formativo, enquanto activos, sendo a formação realizada fora das horas de trabalho. Sem pôr em causa os objectivos pretendidos, o processo formativo é sempre intensivo, sem causar uma sobrecarga no grupo-alvo de intervenção.

Deste modo, nesta óptica, procuramos recorrer a uma grande diversidade de instrumentos pedagógicos que permitam corporizar a ideia expressa e, simultaneamente, tendo os seguintes objectivos complementares:

- Flexibilizar o processo formativo;
- Melhorar a aprendizagem com formas alternativas ou complementares de ensino;
- Adaptar a formação às características do grupo-alvo, respeitando a sua heterogeneidade, bem como, reforçar os traços comuns detectados;
- Motivar e estimular os formandos no processo formativo;
- Reforçar a coesão do grupo;
- Desenvolver técnicas para moderar conflitos;
- Facilitar o trabalho em grupo para resolução dos problemas;

- Criar hábitos e instrumentos pessoais que permitam o aperfeiçoamento individual.

De uma forma global, poderemos definir o público-alvo das acções de formação do STSTBB como sendo desempregados do sector têxtil e vestuário, activos e activos em risco de desemprego, do dito sector. Este é o público-alvo por excelência nas acções de formação desencadeadas pelo STSTBB.

Contudo, o STSTBB não se pode limitar a uma intervenção puramente sectorial na região onde está implantado, sendo sua “obrigação” alargar o âmbito da sua acção para outro tipo de trabalhadores da região, activos ou desempregados, bem como aos jovens à procura de primeiro emprego.

Resumindo, as acções de formação implantadas pelo STSTBB têm como destinatários o seguinte público-alvo:

- Desempregados (independentemente da actividade que tenham desempenhado anteriormente, embora dando particular ênfase aos originários do sector têxtil e vestuário);
- Activos do sector têxtil e vestuário;
- Activos em risco de desemprego (independentemente da actividade que tenham desempenhado anteriormente, embora dando particular ênfase aos originários do sector têxtil e vestuário);
- Jovens à procura do primeiro emprego.

Detectadas as necessidades de formação, podemos dizer que os planos formativos desta entidade se organizaram na actualidade segundo os seguintes elementos de convergência:



Formandos	Qualificação	Modalidades de Formação
Activos	Não qualificados	Aprendizagem Reconversão
	Semi-qualificados	Aprendizagem Reciclagem Aperfeiçoamento Especialização Reconversão
	Qualificados	Reciclagem Especialização Aperfeiçoamento Reconversão
	Especializados	Reciclagem Aperfeiçoamento Especialização
Dsempregados	Sem qualificação	Aprendizagem Especialização
	Qualificados	Reciclagem Aperfeiçoamento Especialização Reconversão
Jovens à procura de primeiro emprego	Sem qualificação	Aprendizagem Especialização
	Qualificados	Aperfeiçoamento Especialização

O STSTBB possui excelentes condições logísticas para albergar, simultaneamente, diversas acções de formação. Para além da recentemente remodelada sede social, sita na rua Azedo Gneco – 24 Covilhã, esta entidade conta com mais quatro delegações disseminadas por toda a região da Beira Baixa – Castelo Branco, Cebolais, Tortosendo e Unhais da Serra.

No entanto, esta entidade procedeu já a ajustes pontuais, nomeadamente ao arrendamento de instalações no exterior, para melhor satisfazer as necessidades de formação e também por forma a ampliar o seu raio de acção, como foi o caso de acções levadas a cabo no Fundão e em Belmonte.

A qualidade do ciclo de formação passa também por adequar os meios humanos, materiais, financeiros e pedagógicos existentes a todas as necessidades, para o funcionamento em harmonia do processo de formação.

Assim, por forma a assegurar de forma cabal o desenrolar de acções de formação, existe uma estrutura técnica com experiência e competência capaz de levar a bom termo a preparação e execução da formação e que adoptou uma estrutura organizacional composta por um elemento da Direcção da Instituição como coordenador geral da formação e coordenadores com competências, formação e experiência para actuar nos domínios pretendidos pela Instituição.

Dado que o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa tem uma experiência de oito anos, como entidade formadora, e de doze como entidade promotora, possui uma bolsa de formadores constituída por uma variedade apreciável de áreas de formação quer no capítulo da área sócio-cultural quer na área científico-tecnológica.

A coordenação das acções de formação, composta por coordenador pedagógico, coordenador técnico e coordenador financeiro, é assegurada por uma equipa com formação multidisciplinar e experiência comprovada, que trabalha em estreita colaboração com um dirigente da Instituição, pertencente ao Departamento de Formação Profissional, que faz o elo de ligação entre a Direcção e o grupo de trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa desenvolveu já vários planos de intervenção ao nível da formação profissional dos quais destacamos:

- *Sena – Aprender em 2003;*
- *Reconverter em Tempo Útil – 2003/2004;*
- *Reconverter, Actualizar e Educar na Cova da Beira – 2004/2005;*
- *Ecos do Passado, Vias de Futuro – 2005/2007.*

Nos planos de formação acima apresentados, o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa desenvolveu acções do Eixo 2 (Informática, TIC, Planeamento, Gestão, Marketing, etc.) e do Eixo 5 (Auxiliares de Contabilidade e Administração, Animadores Locais, Apoio Domiciliário, EFA B3 Informática, EFA B3 Geriatria) e desenvolveu algumas acções de âmbito não formativo de extrema importância. A saber:

- O presente *Estudo de Diagnóstico do Tecido Operário Têxtil da Cova da Beira*;
- *Serviço de Apoio à Inserção Sócio Profissional*;
- *Espaço de Acessos às Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (ANTIC)*;
- *Boletim Alternativas de Vida*.

A intervenção formativa do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa faz-se igualmente sentir em parceria com diversos agentes locais, na execução de projectos submetidos à Iniciativa Comunitária EQUAL:

- Projecto Marte – Modelo de Apoio à Reconversão de Mulheres Desempregadas do Sector Têxtil, a executar em parceria com *CILAN – Centro de Formação Profissional da Indústria de Lanifícios, Global Change – Consultores Internacionais Associados, Lda, UBI – Universidade da Beira Interior*.

Numa perspectiva do cumprimento da missão primeira desta instituição, a defesa dos direitos dos trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa considera que esta sua acção no campo da formação profissional em tudo contribui para a concretização dos seus objectivos, pois valoriza os activos das empresas, requalifica os desempregados e tem, sobretudo, a pretensão de criar cidadãos mais conscientes dos seus direitos através do investimento pessoal dos trabalhadores na sua própria formação.

## Estratégias de Competitividade e Inovação

João Carvalho, engenheiro têxtil e docente na Universidade da Beira Interior afirma que existem factores de competitividade que se encontram fora do controle dos empresários, como as flutuações cambiais, as taxas de juro e a inflação<sup>51</sup>. Existem no entanto outros factores que estão sob o seu controle,

---

<sup>51</sup> A este respeito ver Carvalho, João “As empresas: competitividade, design e qualidade no sector têxtil”; in *III Jornadas de Arqueologia Industrial: A Indústria Têxtil Europeia* –

nomeadamente o design, a eficiência da produção e a rapidez na resposta. Por sua vez, entre os factores de eficiência na produção encontram-se a produtividade e a qualidade.

Na sua opinião, a melhoria da produtividade passa pela adopção de novas estratégias, produtivas e organizacionais, potenciadoras de um ambiente de melhoria contínua. Neste ponto salienta que de 1990 a 1996 se registou, na indústria têxtil da União Europeia, um crescimento médio anual de produtividade do trabalho, medida pelo valor acrescentado por trabalhador, de 4,2%. Em 1996 o valor médio acrescentado por trabalhador situava-se na ordem dos 6046 contos/ano.

Relativamente à qualidade, esta deve ser afirmada, na opinião do engenheiro têxtil, como acção transversal a todas as áreas de concepção, produção e distribuição, envolvendo a investigação, a logística, a formação e todos os domínios da gestão. Deste modo, a qualidade motivará os trabalhadores, ajudará a reduzir custos e melhorará a performance global do negócio. João Carvalho relembra que a causa mais poderosa da ascensão de uma empresa é a eficiência, traduzindo-se em factores como a satisfação do cliente, o crescimento do mercado e o desenvolvimento das capacidades do trabalhador (formação). O autor conclui que a indústria têxtil tem lugar na União Europeia desde que promova uma necessária adaptação, através de reestruturações de carácter tecnológico e funcional, ligadas a factores inerentes à produtividade, design, qualidade e serviço, cuidadosamente estudados de forma a que as empresas obtenham um elevado potencial de competitividade, sem ser pela via do baixo preço.

Apesar da recessão internacional deste sector, algumas empresas têm apresentado uma evolução positiva. Estudiosos da matéria apontam como principais razões para esta excepção à regra a capacidade de inovação e investimento que têm revelado. A aposta na diversificação de produtos e de mercados, a formação contínua dos seus trabalhadores, o investimento na moda, na qualidade e no plano tecnológico são factores indissociáveis deste desenvolvimento.

Este percurso só pode ser traçado se, por um lado, existirem instalações de produção modernas e, por outro, se der espaço à criatividade e ao *Know-how* na concepção formal de produtos e no *marketing*. Para tal deverá investir-se numa melhoria da formação profissional, em contínuos contactos com compradores (feiras e exposições internacionais, por exemplo) e na cooperação com instituições e empresas estrangeiras (licenças, fornecimentos subsidiários,...). Deverá ainda proceder-se a uma análise de mercado interno, com detecção de

nichos de mercado ainda não convenientemente explorados, como os têxteis do lar ou os têxteis industriais.

Para se pronunciarem sobre todos os aspectos teorizados até ao momento, considerámos pertinente proceder à entrevista de personalidades que, de alguma forma, ao longo do seu percurso profissional ou académico, estiveram relacionadas com a região e a sua indústria. Deste modo, reproduzimos integralmente os testemunhos de João Esgalhado, vereador da Câmara Municipal da Covilhã e Carvalho da Silva, dirigente da CGTP, ambos presentes na inauguração da nova sede do Sindicato. Por último, procedemos ainda à reprodução integral da entrevista cedida por Luís Garra, actual dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa.

### **João Esgalhado - Vereador da Câmara Municipal da Covilhã:**

#### **- O que significa para si a inauguração do Sindicato?**

- Como sabem, a Covilhã é uma cidade que tem no seu passado, na sua História, o sector têxtil. O concelho fez-se, criou-se e desenvolveu-se com base na lã e na confecção de fazenda de lã. Portanto, a História do têxtil é uma História da maior importância para o passado da cidade. Mas não só para o passado: hoje ainda, o sector continua a ser, na Covilhã, uma área industrial e de intervenção económica muitíssimo importante. Apesar de termos hoje muito menos mão-de-obra ocupada neste sector do que há 15 ou 20 anos atrás, a verdade é que continuamos a produzir e a exportar bens do sector têxtil de valor muito significativo e portanto não se pode falar da Covilhã sem se falar da área têxtil.

Desde que foi instaurada a democracia e desde que, com a Revolução, se iniciou o processo de criação de condições de apresentação dos trabalhadores no país, o Sindicato tem desenvolvido, não só, mas sobretudo a nível local, um trabalho imenso de agregação dos trabalhadores e de melhoria das suas condições de trabalho e de rendimento. Operou neste sentido de tal forma que é para nós um motivo de grande orgulho e satisfação verificar que esta instituição conseguiu efectuar este investimento, renovando as suas instalações, dotando-as de maior capacidade e funcionalidade. Isto permitiu ainda a entrada em funcionamento de novos serviços e de novas atribuições, dentro do âmbito das competências e das funções que o próprio sindicato exerce, no âmbito da formação, do esclarecimento e da representação de todos os associados.

**- Estando o sector têxtil em crise, o papel do Sindicato na região adquire maior importância?**

- Sempre, com crise ou sem crise, estas instituições têm uma enorme importância. Obviamente que nos períodos de crise elas mais se fazem sentir. Não há dúvida nenhuma que este tipo de instituições são imprescindíveis para o estabelecimento das condições de negociação e de concertação que garantam os equilíbrios necessários para a renovação e modernização do sector. Portanto é também necessário, sem dúvida nenhuma, neste momento esta capacidade redobrada de intervenção do sindicato.

**- Em termos práticos e logísticos, o apoio da Câmara traduziu-se em que medidas?**

- Fundamentalmente no acompanhamento do processo, na criação de condições de simplificação de celerização e também no acompanhamento junto de outras instituições, reconhecendo, através do Município, o interesse público desta obra e portanto favorecendo a obtenção de apoios para o efeito.

**Carvalho da Silva - secretário-geral da CGTP**

**- Numa região onde “quando os têxteis espirram a região está constipada” e onde todos os dias se enfrenta a crise deste sector, que factores pensa que originaram ou contribuíram para o agravamento desta situação?**

- Em primeiro lugar é preciso não instituir a crise, e esse problema coloca-se aqui, ao nível regional em relação aos têxteis, como se coloca a nível nacional. Eu penso que em Portugal era bom tirar o conceito de crise do enfoque que vem tendo. A crise em Portugal tornou-se quase uma instituição a que os poderes político, económico e financeiro dominantes recorrem sistematicamente para invocar fundamentos das opções que propõem à sociedade, e portanto é necessário retirar o conceito.

O sector têxtil ciclicamente tem desafios, como têm os outros sectores. Na fase actual tem alguns desafios que são novos em determinados contornos e que decorrem essencialmente de dois factores: do surgimento efectivo da globalização, ou seja, de países e regiões do mundo que até agora estavam um pouco distantes da intervenção na sociedade a nível mundial de forma decisiva e que começaram a surgir.

Durante um certo tempo falava-se na globalização, mas daqueles que comandavam um conjunto de mecanismos, essencialmente ligados à manipulação da circulação financeira e da economia e ao uso das tecnologias, e não muito mais que isso. Hoje verificam-se outras emergências: o surgimento em força da China, da Índia, dum conjunto grande de países da América Latina, entre outros, que começam a intervir no mundo e a dizer “nós também temos o nosso espaço e não abdicamos dele”, e isso induziu a que hoje a concorrência em sectores como o têxtil tenha novas dimensões.

Por outro lado são também, em relação ao têxtil, os impactos da União Europeia que se sabia que iam existir. Mais uma terceira dimensão, que são as mudanças tecnológicas e organizacionais ligadas à própria estruturação do sector têxtil.

**- Mudanças nas quais nos estamos a atrasar?**

- Em muitos casos sim, e a persistência numa matriz de baixos salários, de muita precariedade, não ajuda a responder a tempo. Passou-se a ideia, aos empresários, de que se continuarem a pagar salários baixos resolvem o problema, mas isso só vai acumulando atrasos. Mas não se trata duma situação que seja irreversível. Nós vemos que há empresas, sobretudo nas regiões de grande concentração dos têxteis, que, num lado e noutro da rua, umas têm êxito e outras não, portanto tudo depende das estratégias, da capacidade de estruturação, de gestão, de organização do trabalho...

**- E da formação dos trabalhadores?**

- Sim, da preparação e da motivação dos trabalhadores. Depende de todos estes factores. Portanto há que apostar nisto e não ver a crise e as dificuldades como uma situação inevitável e definitiva: não deixar instituir a crise, repito.

**- É esse o papel do Sindicato: formação e motivação dos trabalhadores?**

- Sim, e a esse desafio correspondem questões muito concretas, a nível reivindicativo. Não há motivação dos trabalhadores para o exercício do trabalho (e para o envolvimento em estratégias que possam ser vencedoras do ponto de vista empresarial) se não houver compensações nos direitos dos trabalhadores, nas suas condições de trabalho, em todos os planos. Tem que haver um jogo de compensação contínua que, no fundo, resulta em valorização do trabalho e também em dignidade dos trabalhadores.

**- Como podemos entrar em concorrência com os novos mercados de que falávamos há pouco (chinês, latino-americano, leste europeu), tendo em atenção que se os direitos dos trabalhadores são violados no nosso país, a realidade destes últimos é ainda mais assustadora?**

- Também essa situação é passageira. A ideia de que o mundo do trabalho se vai reorganizar por uma harmonização no retrocesso é uma ideia condenada. A sociedade humana não vai abdicar da harmonização do progresso, nem que isso provoque grandes conflitos, designadamente ao nível mundial. Mas aí entrávamos noutra coisa: o que está em jogo neste movimento todo? Estão em jogo os recursos e os interesses dos países, dos Estados Unidos em particular, que tentam impor ao mundo um modelo de vida - mesmo que isso obrigue a sacrifícios dos outros.

Não quero com isto dizer que os direitos laborais e sociais na China, em termos médios, devem ser adoptados como modelo. Mas chamo a atenção para o facto de que estas situações há vinte anos atrás eram muito piores. A primeira vez que visitei a China foi em 1983 e a última vez foi em 2004, e não vi uma evolução no retrocesso, mas antes uma harmonização do progresso. Portanto a ideia de concorrermos por baixos salários porque lá também são baixos está condenada: são baixos, mas estão em evolução. Olhando para a sociedade de consumo em que vivemos, a China, há 25 anos atrás, não tinha um número significativo de cidadãos que pudessem entrar nessa mesma sociedade. Hoje tem 350 milhões e, dentro de cinco a dez anos, serão 500 milhões, ou mais. O sentido é de evolução.

Se agora dizemos “não podemos concorrer com os salários do Leste Europeu”, por exemplo, também é bom que observemos o que lá se passa. Os dez países que entraram na União Europeia aquando do último alargamento, mais os outros dois que irão entrar, têm, em média, crescimentos dos custos de trabalho de dois dígitos, ou seja, acima dos 10%. O que significa que em 10 a 12 anos terão salários superiores aos nossos. Portanto não adianta estar com essas estratégias.

Mas lembremo-nos: aqui há uns bons anos, quando se fazia a comparação de baixos salários não se usava estes exemplos do Leste, usava-se o México, a Coreia. No entanto, hoje em dia os salários do sector têxtil no México e na Coreia já são superiores aos portugueses. Não adianta insistir nesta ideia de que a concorrência e a competitividade está com a matriz dos baixos salários. É necessário ter em conta que essa realidade existe e que vai existir: infelizmente há muitos milhões de seres humanos que estão em maiores condições de serem explorados que os portugueses, e isso é uma realidade, mas há também um conjunto de outros factores que pesam, como o tipo de produtos que se procuram, o valor acrescentado, a cadeia de produto duma empresa, etc.



O sector têxtil é dos sectores em Portugal, se não mesmo o sector, que mais dispõe de uma mais-valia significativa que é o *Know-how* adquirido. O sector têxtil em Portugal tem um percurso feito, tem uma experiência. Há saberes e há experiências de trabalho com tecnologias de há décadas que são passíveis de ser rentabilizadas hoje, em produtos que têm procura na sociedade. É preciso que nos orientemos neste sentido prolongando o mais possível a cadeia de valor da estrutura que é criada e não se entregando as partes mais rentáveis da cadeia de valor a outros. Aí entra muita coisa, como estratégias de marcas e de design. Mas, o *Know-how* adquirido pelo sector têxtil é uma mais valia muito significativa. Porter já chamou a atenção disso há muitos anos, outros têm chamado, não é um problema. O facto de termos um sector têxtil muito grande e que constituía um suporte fundamental para a indústria portuguesa não é um mal em si, precisa é de ser re trabalhado.

**- A distinção tem de continuar a ser feita pela qualidade?**

- Pela qualidade, pelo tipo de produto que se procura... É a procura de nichos muitas vezes não tão pequenos quanto isso, estratégias empresariais, alianças, entre outras coisas. Admito que é um desafio muito maior para quem gere do que era anteriormente: hoje ser um empresário com êxito implica ter preparação para a gestão, para a organização e para a estratégia empresarial e portanto esse é um dos problemas graves: é que nós temos um grande deficit de formação e qualificação dos trabalhadores por conta de outrem, mais acentuado ainda a nível da gestão e dos empresários. O deficit de formação dos empresários e dos gestores é muito grande, e isso no sector têxtil é muito sentido.

**- Como se pode proceder à reinserção dos desempregados da indústria têxtil no mercado de trabalho? Acredita que a indústria têxtil ainda vai ter capacidade de reabsorção dos mesmos nesta zona?**

- Eu não sou propriamente especialista do sector. É muito difícil responder a isso com segurança, mas repito uma ideia que ontem aprovámos por unanimidade no parecer do Conselho Económico e Social sobre as grandes opções do Plano. Este Conselho é o organismo mais representativo da chamada sociedade civil: as confederações patronais e sindicais estão todas representadas, como o empresariado e as universidades, as ordens, as associações de solidariedade social, autarquias e mesmo o Presidente da Associação de Bancos. Há neste parecer um parágrafo muito simples, resumido e objectivo que chama a atenção para o facto de Portugal não poder continuar nesta matriz de baixos salários, baixa qualificação e baixa produtividade. Tem, portanto, que mudar de agulha.

Também a criação de emprego vai depender da evolução (ou não) do modelo de desenvolvimento. Num país com o nosso nível de desenvolvimento, se queremos ter projecção para o futuro, a criação de emprego tem uma implicação obrigatória:

uma melhoria do ponto de vista qualitativo, ou seja, a aposta na qualificação das pessoas. Esta fase de desemprego e de incertezas quanto àquilo que podem ser componentes de relançamento da estrutura produtiva e da economia, não deve ser uma fase de menor atenção à formação e à qualificação das pessoas. Todo o investimento que se possa fazer aí, de certeza que será uma mais valia.

Os sinais de mudança de modelo de desenvolvimento podem ser indutores de um surgimento de investimento. Por isso eu dizia há pouco: não podemos aceitar passivamente que o país já vai no quinto ano consecutivo com uma estagnação ou redução do investimento privado, sobretudo quando neste país o dinheiro não tem estado caro e as taxas de juro não têm sido elevadas. Portanto, se não há investimento privado e se há uma acumulação de riqueza significativa é porque há outros caminhos que estão a propiciar essa acumulação de riqueza e portanto há que mudar a linha de orientação do modelo de desenvolvimento.

**- Qual foi o seu sentimento em relação à reabertura da sede do Sindicato dos Têxteis?**

- Eu acho que em relação a isso posso fazer três observações. Primeiro é um sentimento de alegria, de satisfação e de realização significativo, porque se trata de um objectivo dos sindicatos que é antigo, numa zona que tem tradições e uma História do movimento operário e do movimento associativo. A revitalização de um espaço sindical com estas características é um regozijo. Também julgo que foi com esta perspectiva que a Câmara deu o seu apoio desinteressado: por ser uma afirmação que tem uma perspectiva de futuro, e esta é a segunda razão. A necessidade desta reconstrução tem razões que se fundam no passado, que tem a ver com o regozijo que eu referia, mas também se justificam no presente e no futuro porque se centra aqui a vida sindical da região, e isto é favorável num contexto duma sociedade que vai continuar a ter o trabalho como referência central, mas onde a volatilidade das situações de trabalho é muito maior. As pessoas circulam por vários sectores. E se existir um pólo sindical mais coeso, onde a vida é mais identificada isso vai favorecer a evolução da organização, porque são as novas gerações que vão ter que definir quais os caminhos que seguem.

Estes são os meus sentimentos. É também uma obrigação: foi bom empenharem-se nisto. O livro que mais me marcou, e o primeiro a despoletar-me para estas causas do mundo do trabalho, foi *A Lã e a Neve* do Ferreira de Castro e é feito sobre isto, sobre esta cultura, que tem muitas características do comportamento dos portugueses: toda a relação e ruptura entre a terra e o trabalho operário, que se mantêm ao longo do tempo e que vão ter continuidade. Costuma dizer-se hoje que um dos pontos mais sensíveis e de maior fragilização desta dinâmica da globalização é a ruptura em aspectos diversos da relação metabólica entre o Homem e a Natureza. Portanto estamos sempre a reconvocar observações que já

foram importantes, há muito tempo. É por isso que eu também digo que é uma obrigação: se isto tem uma História, se a Covilhã é um pólo até nos planos distrital e nacional, e um exemplo de que o interior tem potencialidades, então é importante que surjam projectos como este, é uma obrigação.

### **Luís Pereira Garra – dirigente do STSTBB**

Nasceu em Janeiro de 1957, em Manteigas, e veio viver para a Covilhã com 9 anos. Pouco depois, aos 11, começou a trabalhar no sector têxtil. Pessoalmente, não se define como um comunista que viria apoiar o movimento operário, em função de ideais políticos. O seu percurso seria precisamente o contrário: o de um trabalhador do sector têxtil que adere ao movimento sindical e só posteriormente ao Partido Comunista, por necessidade de sustentação ideológica. Ninguém melhor que o próprio para nos clarificar algumas opções. A palavra ao dirigente sindical.

#### **- Quando começou a trabalhar?**

- Logo que terminei a 4ª classe, fui para aprendiz de alfaiate, onde estive praticamente um ano. Mas, ganhava muito pouco: vi que na fábrica os meus colegas ganhavam mais e quis mudar. Aos 11 anos entrei para uma fábrica de lanifícios como aprendiz. Fui portanto um menino que não teve tempo de brincar e uma vítima do trabalho infantil. Era prática normal sair da escola e ir trabalhar. De qualquer das formas, eu nunca me acomodei a essa situação. Sempre gostei de estudar e mantive a ambição de fazer mais do que a 4ª classe, até porque eu tinha sido um dos melhores alunos da escola e colegas meus que não tinham as mesmas capacidades que eu, acabaram por ingressar no liceu e continuar os estudos.

#### **- Via isso já como uma injustiça social?**

- Na altura era uma coisa muito difusa, a única coisa que eu sabia era que não podia continuar a estudar. Não me apercebia sequer que isso era resultado das injustiças sociais. Estava muito longe de fazer essa associação.

#### **- O seu pai, que também era operário têxtil, chegou a participar nos movimentos sindicais anteriores ao 25 de Abril?**

- O meu pai era um homem que, em termos de conhecimento dos direitos e deveres dos trabalhadores, estava perfeitamente informado. Ele conhecia bem as condições de trabalho e detinha outro tipo de informações. Era um dos

trabalhadores a quem as pessoas iam perguntar como é que as coisas deviam funcionar, mas esteve distante dos movimentos sindicais propriamente ditos até ao 25 de Abril. Pode dizer-se que era uma pessoa atenta, mas sem formação ideológica ou sindical.

**- Em que momento decide retomar os estudos?**

- Aos 14 anos tomei a decisão de trabalhar e estudar. Fui para a Escola Campos Melo, tirei um curso ligado à indústria, de debuxador, e ainda fiz o primeiro ano de admissão à universidade. A minha ambição, se eu tivesse estudado logo desde o início, teria sido na área do Direito. Mas como não fui estudar desde o início, fui trabalhador-estudante, fui para aquilo que estava mais ligado à minha actividade e tirei um curso de debuxador.

**- Deve ter sido difícil conciliar o trabalho com os estudos. Quantas horas dormia?**

- Dormia muito pouco. Eu comecei com um horário das 8 horas da manhã às 6 da tarde, numa altura em que ainda trabalhávamos ao sábado de manhã, tínhamos a chamada semana inglesa. Saía às 6, para às 7 entrar na Escola Industrial. Portanto tinha uma hora para comer qualquer coisa e ir para as aulas.

**- Aproveitava os fins-de-semana para estudar?**

- Sim, mas não só. Por vezes, quando saía das aulas às 11 da noite, ainda ia estudar mais uma ou duas horas, e tinha que voltar a trabalhar ao outro dia de manhã. Na empresa fui sendo sucessivamente promovido. Comecei como operador de teias, depois aos 14 anos foi-me dada a responsabilidade de ser chefe de secção: responsável com um superior acima de mim, mas eu já fazia a contagem da função. E aí há um episódio interessante, eu não tinha jeito nenhum para andar a controlar as trabalhadoras e acabei por falsificar o peso da produção de uma trabalhadora que era mais lenta. Claro que eles iam confirmar o peso e a produção não aparecia. Esqueci-me de que também tinha um superior acima de mim que me controlava. Essa situação trouxe-me alguns dissabores.

E depois houve ainda outro acontecimento na empresa que foi, para mim, marcante. Eu, dadas as funções que tinha, não tinha horário nem para entrar nem para sair: se chegasse 10 ou 15 minutos mais cedo começava logo a trabalhar, e se fosse necessário ficar mais meia hora para acabar o trabalho que era preciso fazer-se também ficava obviamente. E houve uma altura em que eu cheguei atrasado e levei uma daquelas rabecadas que não merecia. E então, no dia seguinte, cheguei de propósito 15 minutos mais cedo, mas fiquei lá sentado à espera que chegassem as 8 horas para começar a trabalhar. Isto foi tudo antes do 25 de Abril, tinha 14 ou 15 anos. A partir dessa altura, retiraram-me da tarefa de chefia que eu estava a

desempenhar e passaram-me para a secção de tecelagem, mais uma vez para preparador de teias. Foi uma grande despromoção.

**- E o que resolveu fazer?**

- Eu vim queixar-me ao Sindicato.

**- Pela primeira vez?**

- Sim, só que na altura também o Sindicato tinha gente da PIDE dentro. Foi também nessa altura, na função de preparador de teias que fiz a minha primeira greve, incentivado por um trabalhador mais consciente que tinha sido delegado sindical em França e que tinha lá vivido o Maio de 68. Ele era dos mais resistentes. Eu tinha um grupo de 4 ou 5 amigos, queixávamo-nos que ganhávamos pouco e pedimos aumento ao patrão. Ele não deu e nós, um dia, decidimos não pegar ao trabalho. Isto foi tudo de uma forma absolutamente inconsciente, nem sabíamos que se chamava greve. Um dos patrões queria que nos castigassem, mas um outro que até tinha um sentido bastante humano chamou-nos e pediu-nos que não voltássemos a fazer o mesmo. Deu-nos um aumento a todos, mas a todos pediu que mantivéssemos segredo, portanto não sabíamos que tínhamos sido todos aumentados. Digamos que foi uma acção vitoriosa, mas não porque tivéssemos já alguma consciência sindical.

**- Mas disse que foi também a primeira vez que foi ao Sindicato.**

- Sim, mas também nessa altura havia pessoas da PIDE aqui dentro. Mal saíamos, a primeira coisa que faziam era comunicar à entidade patronal que tínhamos lá estado. Apesar disso eu tive a felicidade de ter uma entidade patronal que não tinha muitas ligações ao regime.

**- Mas mesmo no Sindicato existiam alguns elementos ligados ao regime.**

- Sim, infelizmente é verdade. Mas mesmo nessa altura havia já dirigentes do sindicato com alguma consciência, os trabalhadores concediam-lhe sempre uma certa dinâmica. Por isso é que houve greves nos anos 40, 50 e 60. Portanto mesmo quando havia alguns elementos ligados ao regime, os trabalhadores encarregaram-se de promover estas actividades. Nessa altura (finais dos anos 60) começaram também a haver já eleições no sindicato, que elegiam elementos da confiança dos trabalhadores. O que não quer dizer que não houvesse elementos discordantes... ainda hoje pode perfeitamente acontecer. Fazemos uma lista para a direcção pensando que todos são elementos firmes, conscientes, e podem acabar por haver elementos que descarrilam.

Depois a partir de finais da década de 70, as direcções dos Sindicatos começaram a ter um papel mais activo mesmo na elaboração de legislação e na negociação colectiva.

**- O que coincidiu com a chamada “Primavera Marcelista”?**

- Sim, mas há uma grande mistificação desse período da História de Portugal. Na Primavera Marcelista houve uma intensa repressão dos democratas, em especial dos dirigentes sindicais. Houve liberdade de eleições nos sindicatos e, por essa via, houve a chamada tomada das direcções pelos trabalhadores. Isso levou à realização da primeira Intersindical, em 1 de Outubro de 1970, a que se segue uma perseguição de todos os dirigentes pelo regime. O que é um facto é que as forças mais radicais ligadas ao regime aproveitaram o suposto período menos duro do fascismo para aumentar a repressão. Na Primavera Marcelista as direcções dos sindicatos foram assim tomadas pelos trabalhadores mais conscientes, mas também sobre eles caiu a maior repressão.

**- E como viveu o 25 de Abril?**

- Tinha 17 anos. Nesse dia de manhã estava na fábrica e via aqueles trabalhadores, que para nós eram referências, muito alegres. Estavam muito agitados, satisfeitos, mas também tinham alguma apreensão. Quando a Intersindical aparece a apelar à saída à rua, foi a euforia total.

Comecei então a participar nas greves e a envolver-me no movimento. Fui eleito para delegado sindical mas não pude exercer logo, porque os estatutos diziam que só podia ser delegado sindical depois dos 18 anos. Nas primeiras manifestações em que participei aquela bandeira de “Viva o Comunismo” assustava-me. Ainda via o comunismo como um papão, que comia as criancinhas, uma coisa perigosa. Já antes do 25 de Abril, por influência de um amigo meu que também estudava de noite, tinha participado num comício da Oposição Democrática, mas de uma forma também espontânea, inconsciente. A minha formação dá-se após o 25 de Abril. O meu interesse aumenta à medida em que vou dando conta das injustiças. Com o 25 de Abril mergulhei de cabeça nesta explosão de alegria.

Houve depois uma adesão natural ao Partido Comunista. Tornei-me militante a 5 de Outubro de 1974, depois de já ter participado em vários comícios. Aí sim, posso dizer que as minhas opções já eram fundamentadas e conscientes. Também porque nas empresas onde trabalhei os trabalhadores comunistas eram sempre os mais atentos, aqueles que se colocavam mais à frente. Em 1975 começo então como delegado sindical e, em 1977, fui para dirigente do Sindicato. Fui apurado para o tropa e interrompi os estudos, convencido que seria uma interrupção temporária. Mas, apesar de não ter sido incorporado na tropa, já não terminei o segundo ano de acesso à universidade. Entretanto pensei em candidatar-me ao

curso de engenharia têxtil aqui do instituto politécnico que tinha aulas à noite. Estas viriam a terminar e eu deixei de querer continuar os estudos. Não sei se se perdeu um engenheiro, se se ganhou um dirigente sindical, mas isso o tempo o dirá.

**- A sua adesão ao Comunismo é então dessa data. Em 2006 o que representa ainda ser comunista?**

- Para começar é necessário dizer que eu não aderi ao Partido Comunista por influência do que se passava na União Soviética. Aderi antes por influência do movimento operário e pela prática do Partido Comunista em Portugal.

**- Por considerá-lo distinto dos outros partidos?**

- Exactamente. O partido defendia a democracia pluralista, era um contraponto ao que era prática nos países socialistas. As propostas que o partido apresentava para os trabalhadores eram aquelas com que eu mais me identificava. Quando o bloco socialista desmoronou eu não fiquei muito desiludido: era uma referência de sociedade alternativa, mas não fiquei muito abalado.

Na situação portuguesa actual não há força política que apresente propostas mais válidas que as do Partido Comunista. Tem na base ideológica não uma amálgama de conceitos, mas uma mesma linha para as questões de regime, para a organização do Estado e para o modelo económico e social. Continuo a pensar que, face ao aumento das assimetrias e desigualdades sociais e regionais, face ao aumento da pobreza nuns pólos em oposição a outros onde existe aumento de riqueza, o Partido Comunista tem que ter um lugar de destaque na sociedade. Ser comunista hoje é estar atento às novas realidades e às mudanças e ter uma perspectiva dinâmica das coisas.

**- Face a essas assimetrias interior – litoral o que se pode ainda fazer? Continuamos a ser dos distritos com mais desempregados e com reformados mais jovens.**

- É o resultado de políticas económicas completamente erradas, sem uma visão do todo. Têm apenas uma visão de satisfação dos interesses económicos que se centram nos grandes centros de poder financeiro, como Lisboa e Porto, por ser aí que os grandes senhores com capital estão e exercem pressão, o que é muito perverso. O esvaziamento do interior cria uma situação de pressão no próprio litoral muito negativa, do ponto de vista social, ambiental, económico, urbanístico,...

**- O que se pode fazer para reinverter esta tendência, para voltar a haver investimento no interior?**

- O problema das acessibilidades está praticamente resolvido. O que também foi perverso: as acessibilidades em vez de servirem para atrair estão a servir para expulsar, para nos irmos embora mais depressa. Estas têm que estar associadas a políticas de incentivo à atracção do investimento e à fixação de empresas, o que não está a acontecer. Fala-se por exemplo em TGV e Ota (dois projectos altamente questionáveis do ponto de vista económico e de prioridades). Mesmo admitindo que são prioritários e rentáveis, o litoral é mais uma vez privilegiado. As ligações vão ser feitas entre Lisboa e Madrid. Corremos o risco que Espanha comece a exercer um efeito explorador, em termos de comunicações. Esta é uma concepção política que nós defendemos mas que o neo-liberalismo não pode defender, por ser contrário aos interesses dos detentores do poder económico e financeiro. O que o neo-liberalismo defende essencialmente é que “o mercado resolve tudo” e que os grandes centros deverão esvaziar os pequenos, onde os direitos sociais estão completamente escravizados. Não é a economia que está ao serviço do Homem mas o Homem que está ao serviço da economia, há toda uma inversão de valores. Neste quadro acho que faz todo o sentido defender-se uma política diferente, em termos de ordenamento do território, canalização dos investimentos e incentivos devidamente controlados, mesmo na indústria têxtil.

**- Investimentos em que termos, formação por exemplo?**

- Formação, modernização organizacional de empresas, modernização tecnológica, etc.

**- Mas ainda acredita que os têxteis na Cova da Beira têm futuro?**

- Sim, acredito.

**- O que diferencia o operário têxtil da Cova da Beira?**

- O saber, a experiência e as competências adquiridas, que lhe permitiram, sem grandes habilitações académicas e sem a formação mais adequada, uma qualidade e competitividade dos produtos que fazem. Os produtos produzidos nesta região são altamente competitivos no mercado internacional. Não é por acaso que os lanifícios, com muito menos pessoas empregadas no sector, produzem mais metros de tecido do que há 15 anos atrás. Isto significa que também neste sentido se assentou a exploração dos trabalhadores. Se temos menos trabalhadores, mais produção e salário real menor, significa que a acumulação de riquezas pelos detentores do capital passou a ser maior do que era antes. Gerou-se aqui uma profunda desigualdade na distribuição da riqueza. A isto chama-se luta de classes,



quando há um confronto de interesses: um trabalhador dando a sua força de trabalho procura vendê-la o mais caro possível, e a entidade patronal procura inversamente comprá-la o mais barato possível.

**- Os salários baixos não serão também uma nova exigência da globalização, provocada pela emergência dos novos mercados? A que tipo de exigências deve a indústria têxtil estar disposta a ceder face às novas realidades?**

- Globalização sempre houve, afirma-se agora com novas direcções, dada a revolução científica e técnica e a introdução destes elementos novos na sociedade. Nós não somos contra a globalização, somos contra esta forma de globalização, somos contra a sobreposição do capital que prevalece sobre os interesses colectivos. Nós somos antes pela globalização social, da solidariedade. Sempre defendemos, como diz a nossa máxima “Operários de todo o mundo uni-vos”, o que é isto senão um apelo à globalização da solidariedade entre os trabalhadores?

Agora, a globalização está a introduzir, face aos factores que referi, novos elementos na própria estrutura do capital, na organização das empresas (que hoje estão sedeadas aqui, amanhã já estão noutro local e que agora podem gerir-se com simples operações na Internet). Isto impõe-nos a nós, sindicalistas, uma atitude mais confortável, porque podemos conhecer todos estes processos. Implica também que conheçamos e nos relacionemos mais de perto e mais permanentemente com o movimento sindical de outros países, no contexto internacional. Coloca-nos novos desafios: neste quadro em que as movimentações de capital estão muito mais céleres, também nós temos que ter novas capacidades de reacção.

**- De que forma pensa que poderá proceder-se à reconversão da mão-de-obra desempregada da indústria têxtil, nomeadamente na nossa região?**

- Os centros de emprego, os sindicatos e demais entidades formativas só podem desempenhar bem o seu papel se a formação estiver adequada com uma política de desenvolvimento que defina claramente os sectores mais necessitados e onde realmente se vai investir. Caso contrário, estamos a formar por formar. Como eu dizia, o IIEFP, os sindicatos e as outras entidades têm um contributo que é dar competências, saberes, preparar as pessoas para terem outra visão da vida, encontrar alternativas, mentalizarem-se de que “toda a vida trabalhei nos têxteis, mas agora já não posso fazê-lo”. Mesmo que agora o sector dos têxteis tivesse uma revitalização substantiva em termos económicos, não seria para criar novos postos de trabalho mas antes para manter aqueles de que ainda dispõe e contratar alguns trabalhadores mais qualificados, sejamos realistas. Neste quadro tem que haver uma política de dinamização, para depois se poder proceder à reconversão em função das actividades económicas. Há actividades económicas que devem ser aproveitadas na região, como o turismo, mas não se pode pensar que vai ser este

sector a absorver toda a mão-de-obra disponível na região. Um hotel que abre emprega cerca de 40 pessoas, uma empresa quando encerra deixa 100 desempregados, portanto ficam sempre a sobrar cerca de 60.

Eu penso essencialmente que terão de começar a haver visões complementares, de revisão do ordenamento industrial como um todo. Tem de haver uma cultura multi-municipal, ou seja, os presidentes de Câmara e das juntas de freguesias da região têm que acabar com este “espírito de capelinha” que os caracteriza. Os presidentes de Câmara só gostam de trabalhar no que é melhor para os seus concelhos, com legitimidade. Mas têm que perceber que a região só desenvolve com complementaridades no eixo Guarda – Belmonte – Covilhã – Castelo Branco. E digo Guarda porque, em virtude das más acessibilidades, Guarda está cada vez mais distante da parte norte do seu distrito: Seia tende a entender-se cada vez mais com Coimbra ou Viseu, porque não foram construídas acessibilidades, e Guarda caminha cada vez mais para Espanha. É necessária esta visão de complementaridade, em que o investimento de um lado não pode ser simultâneo ao outro, ou seja, tem de haver um espírito de ordenamento industrial e económico como um todo. A partir daqui teríamos capacidade para reaproximar a Guarda, em vez de esta se afastar para Espanha, e criar um grande pólo de desenvolvimento do interior. Num combate sozinho a Covilhã não tem hipóteses de vencer, nem tão pouco a Guarda ou Castelo Branco, apesar deste último estar numa situação geográfica mais favorável.

**- São estas complementaridades que marcarão o futuro dos têxteis na região?**

- Os têxteis têm basicamente que ter uma evolução ao nível da concepção do produto. Sim, os têxteis na Beira Interior têm futuro, mas há coisas que terão de ser alteradas. As confecções por exemplo só continuarão a existir se produzirem produtos de qualidade.

## CAPÍTULO V

### Análise Sociológica

Constituindo objectivo central da presente investigação a análise da situação actual da estrutura sócio-laboral do operariado têxtil da Cova da Beira, bem como a análise das suas principais necessidades, dificuldades e obstáculos diariamente enfrentados, elaboraremos um estudo conjunto que integre os pontos mencionados, para posterior definição de prioridades e estruturação de programas que integrem acções de apoio e reinserção do tecido operário.

Na investigação deste tema recorreremos à metodologia convencional de investigação em ciências sociais. Esta consiste em sete etapas:

- Elaboração de uma Pergunta de Partida;
- Exploração;
- Problemática e construção do modelo de análise;
- Observação;
- Análise de informações;
- Conclusão.

## A Pergunta de Partida

O estudo do operariado da indústria têxtil, ainda que regionalmente limitado à Cova da Beira, é tão amplo quanto o número de questões e problemáticas que podem vir a colocar-se. A tarefa é tão mais dificultada quando nos propomos formular apenas uma questão que inaugure um processo de investigação que se quer amplo e esclarecedor.

Na actualidade, a temática da crise económica (constantemente associada a factores como o desemprego e a idade de reforma dos trabalhadores) é matéria de debate público. Acreditando que o equilíbrio das Finanças Públicas, sendo necessário, não é um fim em si mesmo e que a diminuição de despesas tem que estar associada ao aumento das receitas, o Sindicato dos Têxteis promove a presente investigação, na tentativa de delinear novos projectos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Não querendo entrar directamente na problemática da defesa de certos direitos, ou da legitimidade ou ilegitimidade de outros - o que não seria próprio de um trabalho de investigação como este - concebemos que, havendo um ponto de acordo comum a toda a sociedade portuguesa (a necessidade do desenvolvimento e optimização de acções de formação para trabalhadores e desempregados da indústria têxtil) nos deveríamos debruçar sobre essa questão.

Deste modo, a pergunta de partida que colocamos para introduzir a análise sociológica que desenvolveremos, será:

**“Quais as necessidades dos actuais trabalhadores da indústria têxtil da Cova da Beira, tendo em conta o contexto de crise económica e de novos desafios por parte da União Europeia e de uma sociedade global?”.**

Julgamos, nesta altura, que a questão apresentada reúne todas as características que a tornam apta a um tratamento metodológico (salvaguardando ainda a hipótese de alteração em caso de necessidade). Desta forma, prosseguimos para a etapa seguinte.

## Exploração

Nesta segunda etapa deparámo-nos com o problema de como proceder na recolha dos conceitos sobre os quais nos interessa problematizar no presente trabalho. Para tal, procedemos segundo as duas operações que a metodologia pressupõe nesta fase da investigação: leituras e entrevistas exploratórias.

Nas leituras exploratórias realizadas, cujas conclusões foram apresentadas e tratadas nos capítulos antecedentes, deparámo-nos com a escassez e desactualização de parte das informações pretendidas (sobretudo no que diz respeito a dados estatísticos). Apesar disso, os números apresentados relativos ao desemprego no sector são tão dramáticos como significativos e recentes.

Considerámos também pertinente entrevistar Luís Pereira Garra, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa, para alguns esclarecimentos relativos ao tecido operário da região, à sua opinião acerca da actual contextualização de crise económica e a possíveis estratégias de superação da mesma<sup>52</sup>.

## Problemática e Construção do Modelo de Análise

Encontram-se, no momento, construídos os fundamentos para a delimitação do modelo de análise, sobre as necessidades dos actuais trabalhadores da indústria têxtil na região. Para tal consideramos ainda necessário clarificar alguns aspectos, de cariz geográfico, relativo aos três concelhos em análise (Covilhã, Belmonte e Fundão):

- O concelho da Covilhã tem uma população que ronda os 60 mil habitantes, dispersos por uma área com cerca de 550 km<sup>2</sup> e por 31 freguesias. A leste está protegido pelo maior maciço montanhoso do Portugal Continental (a Serra da Estrela) e é rodeado pelos concelhos de Belmonte e Fundão. Aos três concelhos em análise no presente estudo é atribuído o nome de Cova da Beira.

---

<sup>52</sup> Entrevista transcrita no capítulo IV da presente investigação

- A população do concelho de Belmonte, distribuída por cinco freguesias, com as povoações anexas, totaliza 7.592 habitantes.
- Por último, a cidade do Fundão é sede de um município com 701,65 km<sup>2</sup> de área e 31 297 habitantes (censos de 2004). Encontra-se subdividido em 31 freguesias e, tal como os restantes concelhos, faz parte do distrito de Castelo Branco.

Assim sendo, considerando todas as conclusões retiradas até ao momento, optamos por manter a pergunta de partida anteriormente formulada:

**“Quais as necessidades dos actuais trabalhadores da indústria têxtil da Cova da Beira, tendo em conta o contexto de crise económica e de novos desafios por parte da União Europeia e de uma sociedade global?”.**

MODELO DE ANÁLISE	DIMENSÕES	COMPONENTES	INDICADORES
<b>Necessidades Dos Actuais Trabalhadores Da Indústria Têxtil</b>	Social	Demográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sexo</li> <li>• Idade</li> <li>• Naturalidade</li> <li>• Local de residência</li> </ul>
		Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível de instrução</li> <li>• Competências/ formação</li> <li>• Opções políticas</li> </ul>
	Económica	Profissão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cargo desempenhado na empresa</li> <li>• Condições de trabalho</li> </ul>
		Sustentabilidade e suporte familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendimento mensal do inquirido</li> <li>• Rendimento mensal do agregado familiar</li> </ul>
	Pessoal	Perspectivas de futuro/ grau de ambição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expectativas, oportunidades, projectos de vida</li> <li>• Do inquirido, relativas a si próprio</li> <li>• Do inquirido, relativas ao agregado familiar</li> </ul>

Partindo do modelo de análise apresentado, podemos construir um método de investigação sociológica, que nos permita chegar a conclusões relativas aos seguintes aspectos:

<b>1-Grau de formação dos trabalhadores da indústria têxtil da Cova da Beira</b>
<b>2-Número de horas diárias em serviço</b>
<b>3-Grau de satisfação dos trabalhadores, relativamente às tarefas desempenhadas e ao vencimento mensal</b>
<b>4- Grau de optimismo (ou pessimismo) face aos desafios da economia mundial</b>
<b>5-Perspectivas de futuro para os próprios e para os seus dependentes</b>

## Observação

Esta etapa do projecto de investigação inclui quatro operações, nomeadamente:

- Delimitação do campo de observação;
- Concepção do instrumento de observação;
- Verificação da funcionalidade do instrumento de observação;
- Recolha de informações.

A delimitação do campo de observação consiste em precisar a população que se irá observar, a qual, no presente estudo, engloba uma amostra significativa de operários da indústria têxtil, de ambos os sexos, dos concelhos de Covilhã, Belmonte e Fundão. Optámos pela realização de inquéritos, como método de recolha de informações. A amostra tem como dimensão 50 indivíduos que, por uma questão de representatividade equitativa de ambos os sexos, deveria ser a seguinte:

Concelho	Mulheres	Homens
Covilhã	15	15
Belmonte	5	5
Fundão	5	5

No entanto, esta seria a representação adoptada apenas para o concelho da Covilhã. Nos concelhos de Fundão e Belmonte, onde não existem fábricas de lanifícios e a percentagem de homens trabalhadores é muito reduzida, optámos por inquirir exclusivamente cidadãs do sexo feminino, trabalhadoras das confecções existentes.

Deste modo, e mantendo a divisão para o concelho da Covilhã, serão inquiridas dez mulheres em cada um dos restantes concelhos (Fundão e Belmonte). Mantivemos ainda a preocupação de obter uma amostra significativa, em termos de carreiras profissionais, efeito para o qual elaborámos a seguinte divisão, no concelho da Covilhã:

Categoria profissional	Homem	Mulher
Operador de Máquinas	7	7
Tecelão/ Costureira	7	7
Chefe de secção/ de linha	1	1

Posteriormente, optámos por uma distribuição representativa, face ao número e à dimensão das empresas da região. Às empresas com maior número de trabalhadores seriam realizados mais inquéritos. A distribuição, de acordo com indicações do dirigente sindical Luís Pereira Garra, foi a seguinte:

#### PENTEADORA

Categoria profissional	Homem	Mulher
Operador de máquina	2	2
Tecelão/ Costureira	2	-
Chefe de secção/ linha	-	-

#### PAULO OLIVEIRA

Categoria profissional	Homem	Mulher
Operador de máquina	2	2
Tecelão/ Costureira	2	-
Chefe de secção/ linha	1	-

#### FITECON

Categoria profissional	Homem	Mulher
Operador de máquina	1	1
Tecelão/ Costureira	-	-
Chefe de secção/ linha	1	-



### TESSIMAX

Categoria profissional	Homem	Mulher
Operador de máquina	2	1
Tecelão/ Costureira	-	-
Chefe de secção/ linha	-	-

### ALÇADA & PEREIRA

Categoria profissional	Homem	Mulher
Operador de máquina	1	1
Tecelão/ Costureira	-	-
Chefe de secção/ linha	-	-

### AVRI

Função	Homem	Mulher
Operador de máquina	-	-
Tecelão/ Costureira	-	2
Chefe de secção/ linha	-	1

ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA NINA: um homem tecelão

ZENDEL: uma mulher costureira

BENOLI: uma mulher costureira

GIL & ALMEIDA: uma mulher costureira

MENDES E LEAL: uma mulher costureira

F.C. PINTO: uma mulher costureira

No concelho do Fundão, com as características geográficas e demográficas já referidas na introdução do presente trabalho, optámos por inquirir dez cidadãs do sexo feminino. Mantendo o objectivo de uma representatividade equitativa em termos de categorias profissionais, elaborámos a seguinte distribuição:

Confecção	Costureira	Chefe de linha
Cramil	3	1
Massito	2	1
Fundatex	2	-
Hermar	1	-

No concelho de Belmonte, com os mesmos objectivos que pautaram as distribuições anteriores, efectuámos o seguinte quadro de acção:

Fábrica	Costureira	Chefe de linha
Carveste	4	-
Grasil	2	1
Torre	1	1
Lanifato	1	-

## O Inquérito

Por definição, o método de investigação sociológica eleito para o presente estudo traduz-se na colocação de uma série de perguntas sobre um determinado tema a um conjunto de entrevistados, geralmente representativo de uma população. Distingue-se da sondagem pelo facto de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem. Na opinião de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, a realização de um inquérito exige uma maior consistência e cuidado na elaboração do que a sondagem: “Dado o grande número de pessoas geralmente interrogadas e o tratamento quantitativo das informações que deverá seguir-se, as respostas à maior parte das perguntas são normalmente pré-codificadas, de forma que os entrevistados devem obrigatoriamente escolher as suas respostas entre as que lhes são formalmente propostas.”<sup>53</sup>.

Na opinião dos autores, este método é especialmente adequado quando se procura conhecer uma população enquanto tal (condições de vida, comportamentos, valores ou opiniões), analisar um fenómeno social ou nos casos em que é necessário interrogar um grande número de pessoas e em que se levanta um problema de representatividade. A nossa escolha justifica-se por encarmos o questionário como um método de obtenção de dados especialmente vocacionado para a investigação sociológica (distinto da observação documental), tendo como principal vantagem permitir uma aplicação em massa que pode estender-se a comunidades nacionais e internacionais completas.

---

<sup>53</sup> Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van; “Manual de Investigação em Ciências Sociais” Lisboa; 1998; pág. 188

Teremos em conta diversos aspectos metodológicos que, em seguida, nomeamos.

## Relação Entrevistador - Entrevistado

Um questionário bem delineado ajuda o entrevistador, na opinião de Festinger e Katz, na tarefa de motivar os entrevistados a comunicarem a informação pretendida. Assim, as capacidades do entrevistador e o interesse do próprio questionário condicionam, em grande medida, o carácter da relação entrevistador - entrevistado e, conseqüentemente, a quantidade e qualidade da informação obtida. Estamos também conscientes da importância do entrevistado sentir que a sua opinião é, de facto, importante, e que poderá ajudar a chamar a atenção para determinados problemas sociais, como o desemprego ou a debilidade económica de muitas famílias.

Os autores chamam ainda a atenção para que, ao elaborar um questionário, o vocabulário e a sintaxe escolhidos sejam simples e de fácil absorção, de forma a proporcionem uma boa comunicação entre entrevistador e entrevistado.

Festinger e Katz alertam também para a questão da *aceitação social* das possíveis respostas. Na opinião dos mesmos, se esperamos que os entrevistados respondam livre e espontaneamente às questões colocadas, estes devem acreditar que não existe, do ponto de vista social, uma resposta mais correcta que outra. Assim sendo, no questionário que pretendemos desenvolver, o entrevistado deve sentir-se livre para dizer, por exemplo, que não partilha das ideias políticas do Sindicato, ou para revelar que tem salários em atraso. Procuraremos deste modo que as questões colocadas não sugiram, elas mesmas, supostas formas mais apropriadas de resposta e que os nossos entrevistados não se sintam na obrigação de ser *politicamente correctos*. Para tal, abordaremos o mesmo assunto de formas distintas, sobretudo nas questões fundamentais para a concretização dos nossos objectivos. O questionário elaborado perguntará mais do que será prontamente respondido para que as conclusões se reforcem entre si ou para que mais facilmente sejam detectadas contradições.

Procuraremos ainda seguir as regras para as investigações sociológicas ou estatísticas formuladas por Arthur Bowley<sup>54</sup>: as questões deverão estar colocadas de forma clara e compreensível e deverão poder ser respondidas de uma forma tabulada, numérica ou que permita um simples “sim” ou “não”. Por outro lado, as questões não deverão ser ofensivas para o entrevistado, nem colocadas de forma inquisitória; não deverão igualmente sugerir respostas nem supressões de factos que o entrevistado considere relevantes.

Sierra Bravo recupera as regras enunciadas por Bowley para a formulação de um questionário e acrescenta as seguintes:

- Não colocar directamente questões que obriguem a grandes esforços de memória do entrevistado, apresentando-as antes de modo a que a memorização seja facilitada;
- Evitar que o entrevistado tenha que efectuar cálculos para responder;
- Não efectuar perguntas embaraçosas desnecessárias: em temas com esta característica as questões devem ser colocadas de forma a não ferirem susceptibilidades;
- Não utilizar palavras abstractas (como classe, espécie, tipo, ...) ou valorativas (muito, pouco, bom, mau, ...) pois podem ser mal interpretadas;
- Evitar o uso da interrogação “porquê?”;
- Cada questão deve ser realizada separadamente, não devendo ser o entrevistado simultaneamente interrogado sobre dois temas distintos.

Tendo em conta todos os aspectos apresentados, elaborámos o seguinte questionário:

---

<sup>54</sup> A este respeito ver Bowley, Arthur; *Elements of Statistics*; London; 1920

# **INQUÉRITO SOBRE AS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA TÊXTIL DA COVA DA BEIRA, NUM CONTEXTO DE CRISE ECONÓMICA E DE NOVOS DESAFIOS POR PARTE DA UNIÃO EUROPEIA E DE UMA SOCIEDADE GLOBAL**

**NOTA: Desde já agradecemos a sua colaboração garantindo a  
confidencialidade dos dados**

1.Idade: \_\_\_\_\_anos

2.Sexo:

A) Masculino ☐

B) Feminino ☐

3.Naturalidade:

\_\_\_\_\_

4.Actual freguesia e concelho de residência:

\_\_\_\_\_

5.Situação profissional:

A) Estagiário/ Período de Experiência

B) Contrato a termo

C) Efectivo

D) Outras formas de pagamento (recibos verdes, por ex)

☐☐☐☐

6. Categoria profissional:

A) Costureira

B) Operador de máquinas

C) Tecelão

D) Chefe de secção

☐☐☐☐

7. Nível de escolaridade:

- A) Não sabe ler/escrever ☐
- B) Frequência ensino básico ☐
- C) Ensino básico-1ºciclo ☐
- D) Ensino básico-2ºciclo ☐
- E) Ensino básico-3ºciclo ☐
- F) Ensino Secundário ☐
- G) Curso Médio ☐
- H) Curso Superior ☐
- I) Pós-graduação ☐
- J) Doutoramento ☐

8. Agregado familiar (nº de elementos):

- A) 1 ☐
- B) 2 ☐
- C) 3 ☐
- D) 4 ☐
- E) 5 ☐
- F) Mais de 5 ☐

9. Estado civil:

- A) Solteiro/a ☐
- B) Casado/a ou junto/a ☐
- C) Divorciado/a ou separado/a ☐
- D) Viúvo/a ☐

10. Tem filhos?

- A) Sim ☐
- B) Não ☐ (passe à pergunta 12)

11. Quantos filhos tem?

- A) 1 ☐
- B) 2 ☐
- C) 3 ☐
- D) 4 ☐
- E) 5 ou mais ☐

12. Rendimento mensal:

- A) Inferior a 300 euros ☐
- B) Entre 300 e 399 euros ☐
- C) Entre 400 e 499 euros ☐
- D) Entre 500 e 599 euros ☐
- E) Entre 600 e 699 euros ☐
- F) Entre 700 e 999 euros ☐
- G) Igual ou superior a 1000 euros ☐

13. Rendimento global do agregado familiar:

- A) Inferior a 300 euros ☐
- B) Entre 300 e 499 euros ☐
- C) Entre 500 e 799 euros ☐
- D) Entre 800 e 999 euros ☐
- E) Entre 1000 e 1499 euros ☐
- F) Entre 1500 e 1999 euros ☐
- G) Igual ou superior a 2000 euros ☐

14. Conhece o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa?

- A) Sim ☐
- B) Não ☐

15. É sindicalizado?

- A) Sim ☐ - passe à pergunta 17
- B) Não ☐

16. Por que razão nunca sentiu necessidade de se sindicalizar?

- A) Porque resolvo eu próprio os meus problemas. ☐
- B) Por falta de informação. ☐
- C) Por opções políticas incompatíveis. ☐
- D) Porque não acredito nos Sindicatos. ☐
- E) Outras ☐ Quais? \_\_\_\_\_

17. Alguma vez recorreu aos serviços disponibilizados pelo Sindicato?

A) Sim ☐

B) Não ☐ - passe à pergunta 19

18. Se respondeu sim, quais?

A) Resolução de problemas relativos a contratos de trabalho ☐

B) Em caso de despedimento ☐

C) Em acções de formação ou sensibilização ☐

D) Em reuniões ☐

E) Em greves ou manifestações ☐

19. O seu horário de trabalho é de \_\_\_\_\_ horas.

20. Costuma fazer horas extraordinárias?

A) Sim ☐

B) Não ☐ - passe à pergunta 23

21. São pagas todos os meses?

A) Sim ☐

B) Não ☐

22. Como são pagas?

A) Em dinheiro ☐

B) Em tempo. Por decisão própria. ☐

Por decisão do patrão. ☐

23. Tem, ou já teve, salários em atraso:

A) Sim ☐

B) Não ☐ - passe à pergunta 25

24. Essa situação já se verificou quantos meses?

A) Apenas 1 mês ☐

B) Entre 2 e 5 meses ☐

C) Entre 6 meses e 1 ano ☐

D) Mais de 1 ano ☐



25. Teve formação profissional para desempenhar as tarefas que habitualmente lhe competem?

- A) Sim ☐  
B) Não ☐ - passe à pergunta 27

26. A formação que obteve foi dada:

- A) Na empresa ☐  
B) Por um centro de formação profissional, após ter sido contratado ☐  
C) Por um centro de formação profissional, antes de ter sido contratado ☐  
D) Por outra entidade. Qual? ☐

27. Há quanto tempo trabalha nesta empresa?

- A) 0 a 6 meses ☐  
B) 6 meses a 1 ano ☐  
C) 1 a 2 anos ☐  
D) 2 a 5 anos ☐  
E) 5 a 10 anos ☐  
F) 10 a 15 anos ☐  
G) 15 a 20 anos ☐  
H) Mais de 20 anos ☐

28. Que expectativas profissionais detém?

- A) Sei que não vou conseguir nada melhor: vou fazer sempre o mesmo trabalho e continuar a ganhar mal ☐  
B) Gostava de conseguir progredir na minha profissão dentro desta empresa: penso que tenho condições para isso ☐  
C) Desde que possa continuar a fazer o trabalho que tenho feito, com este vencimento, já me encontro satisfeito. ☐  
D) Estou aqui a trabalhar, só até aparecer alguma oportunidade melhor, noutro sítio. ☐  
E) Só me queria reformar. Já trabalhei muito e não quero fazer mais nada. ☐

29. Qual o seu grau de satisfação relativamente ao posto de trabalho que ocupa?

- A) Não estou nada satisfeito. Se pudesse mudava de trabalho hoje mesmo. ☐  
B) Não estou nada satisfeito, mas tenho que trabalhar. Dada a actual situação, é melhor poder trabalhar aqui do que estar desempregado. ☐  
C) Estou satisfeito, gosto daquilo que faço, só gostaria de ganhar mais. ☐  
D) Estou muito satisfeito, ganho bem e gosto muito daquilo que faço. ☐

30. Alguma vez sentiu o seu posto de trabalho ameaçado?

A) Sim ☐

B) Não ☐ – passe à pergunta 32

31. Sentiu essa ameaça quando:

A) Nunca ninguém me disse nada directamente, mas há alturas em que temos menos trabalho e todos receamos que a empresa encerre. ☐

B) Já me disseram, algumas vezes, que se a situação de crise continuar terão de me despedir. ☐

C) Estive mesmo em casa alguns dias, porque a empresa estava em risco de fechar, e eu não sabia quando poderia voltar. ☐

32. Se tem filhos, que expectativas tem para o futuro deles?

A) Muito poucas, penso que eles irão estudar pouco e começar a trabalhar o mais cedo possível, para ajudarem nas despesas da casa. ☐

B) Gostava que eles conseguissem completar o 12º ano e conseguissem um bom emprego. ☐

C) Gostava que eles tivessem oportunidade de ir para a Universidade, mas com os actuais rendimentos isso será impossível. ☐

D) Gostava que eles tivessem oportunidade de ir para a Universidade, vou fazer os possíveis para que isso aconteça. ☐

33. Como define o actual estado da economia nacional?

A) Um autêntico desastre, nunca estivemos tão mal. ☐

B) Neste momento, a situação não está fácil para trabalhadores e empresários, mas já passámos por fases de crise bem piores. ☐

C) Estou optimista, penso que vamos no bom caminho para nos tornarmos um dos países mais desenvolvidos da Europa. ☐

Agradecemos a disponibilidade demonstrada.

## Conclusão

Como já referimos, a amostra para o inquérito realizado é exclusivamente constituída por operários activos do sector têxtil na Cova da Beira, com idades compreendidas entre os 20 (inquirido mais jovem) e os 61 (inquirido mais velho). Para realização das entrevistas procurámos, sempre que possível, contactar directamente com os trabalhadores, geralmente no seu horário de almoço, à porta das empresas. Acreditámos que esta seria a forma mais célere e credível para obtenção dos dados pretendidos, por estarmos igualmente conscientes da dificuldade em realizar este tipo de estudos por correio ou telefone. Estes últimos meios registam habitualmente elevados níveis de abstenção e / ou falta de adesão.

Durante a realização das entrevistas debatemo-nos com alguns casos de operários receosos por responder, apesar de todos terem sido devidamente avisados do respectivo anonimato. Ainda assim, foi possível procedermos à realização dos 50 inquéritos previstos. O apoio dos delegados sindicais facilitou enormemente o contacto com os trabalhadores/as.

Passamos então às conclusões retiradas do estudo empírico realizado.

Dos 50 inquiridos, apenas 5 se encontram com contratos a termo, sendo a grande maioria (90%) constituída por operários efectivos. Também a maioria dos operários (36%) trabalha na mesma empresa há mais de 20 anos, e apenas 12% foi contratado há menos de cinco anos, como podemos verificar no quadro que se segue:

Tempo de serviço na empresa	Percentagem de trabalhadores
0 a 6 meses	2%
6 meses a 1 ano	4%
1 a 2 anos	2%
2 a 5 anos	4%
5 a 10 anos	22%
10 a 15 anos	12%
15 a 20 anos	18%
+ de 20 anos	36%

Dos dados apresentados podemos concluir, sem surpresas, que nos últimos anos poucos foram os trabalhadores que iniciaram actividade profissional na indústria têxtil da Cova da Beira, reflexo de uma crise prolongada, com todos os encerramentos de fábricas já mencionados.

Os níveis de escolaridade dos inquiridos encontram-se expostos no seguinte quadro:

Nível de escolaridade	Percentagem de operários
Não sabe ler / escrever	0%
Frequência ensino básico	14%
1º ciclo (4º ano)	38%
2º ciclo (6º ano)	26%
3º ciclo (9º ano)	18%
12º ano	2%
Licenciatura	2%

Apesar de todos os operários inquiridos terem frequentado o ensino básico, a percentagem de trabalhadores que não chegou a completar o 1º ciclo (14%) é ainda elevada e traduz-se em 7 dos 50 inquiridos. A maioria dos inquiridos (38%) completou o ensino básico, sendo também significativas as percentagens de trabalhadores com o 6º ano (26%) e com o 9º ano de escolaridade (18%).

Dos 50 trabalhadores inquiridos apenas um tem o 12º ano completo, como também apenas um faz parte dos quadros técnicos das empresas, com uma licenciatura.

Outra questão do inquérito apresentado incidia sobre a formação dos trabalhadores. Também neste caso a maioria dos entrevistados (74%) afirma não ter frequentado nenhum curso de formação profissional para desempenhar as tarefas que lhe competem na fábrica. Apenas 13 inquiridos (26%) obteve formação específica, sendo que três destes frequentaram formação no próprio Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa. Cinco inquiridos detêm formação facultada pela empresa onde trabalham, enquanto os restantes cinco frequentaram cursos em centros de formação profissional da região, geralmente antes de terem sido contratados pela empresa.

Relativamente ao estado civil e agregado familiar dos inquiridos, concluímos que a grande maioria dos operários (92%) é casado ou vive em união de facto, com um agregado familiar normalmente constituído por três ou quatro elementos, conforme podemos verificar no seguinte quadro:

Número de elementos que compõem o agregado familiar	Percentagem de operários
1	2%
2	14%
3	48%
4	34%
5	2%
6 ou +	0%

Pelo quadro apresentado, seria lógico concluir que a maioria dos trabalhadores faz parte de uma família nuclear, composta por um casal com um único filho/a, já que cerca de metade dos inquiridos (48%) afirma ser membro de um agregado familiar composto por três elementos. Tal conclusão não é, de todo, correcta. Metade dos inquiridos (50%) afirma ter dois filhos sendo que, na generalidade dos casos, pelo menos um deles já não se encontram a residir com os pais. Ainda assim, consideramos significativa a percentagem de inquiridos com um único filho/a: 42%. Apenas 2% dos inquiridos têm três filhos, 6% não tem filhos, e nenhum (0%) tem quatro ou mais descendentes.

O rendimento mensal dos operários é, na maioria dos casos, inferior a 400 euros, conforme poderemos confirmar no quadro que se segue.

Rendimento mensal de cada operário	Percentagem de operários
0 a 299 euros	0%
300 a 399 euros	54%
400 a 499 euros	28%
500 a 599 euros	14%
600 a 699 euros	2%
700 a 999 euros	0%
> ou = a 1000 euros	2%

Mais de metade dos operários inquiridos (54%) recebe assim entre 300 a 399 euros, sendo que uma percentagem significativa (42%) recebe entre 400 e 599 euros. Apenas 2% tem um salário mensal que ronda os 600 euros, o que corresponde a apenas um dos 50 inquiridos. A mesma percentagem de operários recebe um salário igual ou superior a mil euros (único inquirido com formação superior).

Em termos de rendimento global do agregado familiar, chegámos também às seguintes conclusões:

Rendimento mensal global (da totalidade do agregado familiar)	Percentagem de operários
300 a 499 euros	2%
500 a 799 euros	38%
800 a 999 euros	28%
1000 a 1499 euros	28%
1500 a 1999 euros	2%
> ou = a 2000 euros	2%

Deste modo, podemos verificar que muitos operários/as auferem um salário semelhante ao do seu cônjuge: 38% dos inquiridos vive com um

rendimento global que não alcança os 800 euros, o que significa que ambos recebem menos de 400 euros por mês. No entanto, salientamos ainda a percentagem significativa de agregados familiares com um rendimento conjunto que oscila entre os 800 e os 999 euros (28%). Esta é também a percentagem de agregados familiares com um rendimento conjunto entre 1000 e 1499 euros, o que nos remete para o elevado número de operárias mulheres inquiridas. Constatámos deste modo que os seus salários são, em geral, mais baixos que os dos seus maridos ou companheiros, à semelhança do restante panorama nacional: os salários das mulheres continuam a ser significativamente mais baixos que os dos homens, mesmo na realização de tarefas equivalentes.

Apenas 2 inquiridos (4%) fazem parte de um agregado familiar com um vencimento superior a 1500 euros mensais.

Através do estudo realizado pudemos também concluir que a totalidade dos inquiridos conhece o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa e que estes são, na sua maioria, sindicalizados. Apenas 24% dos inquiridos afirma não ser sindicalizado, o que corresponde a 12 dos 50 inquiridos. Os motivos apresentados pelos trabalhadores para nunca terem sentido necessidade de se sindicalizar são vários, sendo que dois deles afirmam resolver eles próprios os seus problemas, sem necessitarem de ajuda de terceiros, e outros dois afirmam ter opções políticas incompatíveis ou falta de informação a respeito do modo como o Sindicato opera na região. Dos restantes operários inquiridos, uma maioria significativa afirma já ter sido sindicalizado e não ter ficado satisfeito com o apoio prestado quando necessitaram.

Do universo total de inquiridos, a percentagem de operários que afirma já ter recorrido aos serviços disponibilizados pelo Sindicato é de 44%, na sua maioria (45,5%) por terem necessitado de apoio na resolução de problemas relativos a contratos de trabalho. Também uma percentagem significativa de inquiridos (22,7%) recorreu ao Sindicato em caso de despedimento, enquanto os restantes inquiridos afirmam ter participado em algumas iniciativas organizadas pela entidade, como greves, reuniões e manifestações.

Relativamente a horários de trabalho, a grande maioria dos trabalhadores (90%) faz 8 horas diárias, e também a maioria (56%) afirma não efectuar horas extraordinárias. Assim sendo, são 22 os trabalhadores inquiridos que costumam efectuar horas extraordinárias, 19 dos quais garantem que estas são pagas mensalmente (o que faz com que três trabalhadores não sejam mensalmente retribuídos pelas mesmas horas). Relativamente ao modo de pagamento, fomos informados que habitualmente (60% dos casos) estas horas são trocadas em tempo, ou seja, gozadas noutros dias da semana em que se registe um volume menor de encomendas. Esta opção é geralmente estabelecida de comum acordo entre patrões e trabalhadores.

Ao contrário do que se possa pensar, pelo período de crise que a indústria têxtil atravessa presentemente, os salários em atraso não atingem ainda valores alarmantes, sendo que 88% dos operários inquiridos nunca teve um mês de salário em atraso. Apenas seis inquiridos já passaram por esta situação em algum momento da sua vida profissional na empresa: quatro deles terão tido um mês de salário em atraso e dois operários terão entre dois a cinco meses de vencimentos em atraso.

Consideramos ainda significativo que a grande maioria dos trabalhadores inquiridos (82%) nunca tenha sentido o seu posto de trabalho ameaçado. Apesar disso, nove dos 50 inquiridos afirmam já ter temido perder o posto de trabalho, por fortes probabilidades de despedimento ou de encerramento da própria empresa. Ainda assim, os nove inquiridos acrescentam que nunca foram informados de nada directamente, embora tenham havido alturas nas quais se registaram menos encomendas e, consequentemente, os seus receios tenham surgido ou aumentado.

Num estudo sobre o tecido operário têxtil da região, considerámos que faria sentido questionar os trabalhadores sobre as próprias expectativas profissionais de cada um. A este respeito chegámos às seguintes conclusões:

- Metade dos trabalhadores inquiridos afirma ter poucas esperanças de progressão na carreira, dentro da empresa, tendo optado pela resposta A, à questão número 28: “Sei que não vou conseguir nada melhor: vou fazer sempre o mesmo trabalho e continuar a ganhar mal”;
- Apenas 16% dos trabalhadores inquiridos revela uma certa ambição profissional e afirma categoricamente “Gostava de conseguir progredir na minha profissão dentro desta empresa: penso que tenho condições para isso”;
- 20% dos trabalhadores, ou seja, 10 dos 50 inquiridos, optam por dizer “Desde que possa continuar a fazer o trabalho que tenho feito, com este vencimento, já me encontro satisfeito”, demonstrando um grau de realização profissional médio a elevado;
- 8% dos operários inquiridos afirmam esperar por uma oportunidade melhor, para puderem mudar imediatamente de profissão, demonstrando um grau de realização profissional muito baixo;
- 3% dos inquiridos, com idades avançadas, afirmam esperar apenas a oportunidade de reforma: “Já trabalhei muito e não quero fazer mais nada”.

Verificámos assim um baixo nível de expectativas profissionais entre os trabalhadores da indústria têxtil da região. Apesar disso, a percentagem de trabalhadores que afirmam estar relativamente satisfeitos com o posto de trabalho ocupado é bastante significativa, como podemos ver nos dados estatísticos que se seguem:

- 12% dos trabalhadores inquiridos afirma categoricamente não estar minimamente satisfeito com o trabalho desenvolvido: “Se pudesse mudava hoje mesmo”;
- 28% afirma também não estar satisfeito mas ter necessidade de manter o seu posto de trabalho: “Dada a actual situação, é melhor poder trabalhar aqui do que estar desempregado”;
- Mais de metade dos inquiridos (56%) afirma que, apesar de alguns momentos difíceis e dos salários baixos, gostam daquilo que fazem;
- Apenas 4% (o que corresponde a dois inquiridos) afirma estar muito satisfeito com as funções desempenhadas na empresa e com o seu vencimento mensal.

Em termos de expectativas para o futuro dos filhos, a grande maioria dos trabalhadores (67%) afirma categoricamente: “Gostava que eles tivessem oportunidade de ir para a universidade, vou fazer os possíveis para que isso aconteça”. Conscientes do forte encargo em termos financeiros que representa sustentar um filho no ensino superior, alguns operários afirmam antes que, com os actuais rendimentos, um projecto desta envergadura será incomportável. Ainda assim, gostariam que os filhos completassem, pelo menos, o 12º ano de escolaridade ou que frequentassem um curso de formação profissional.

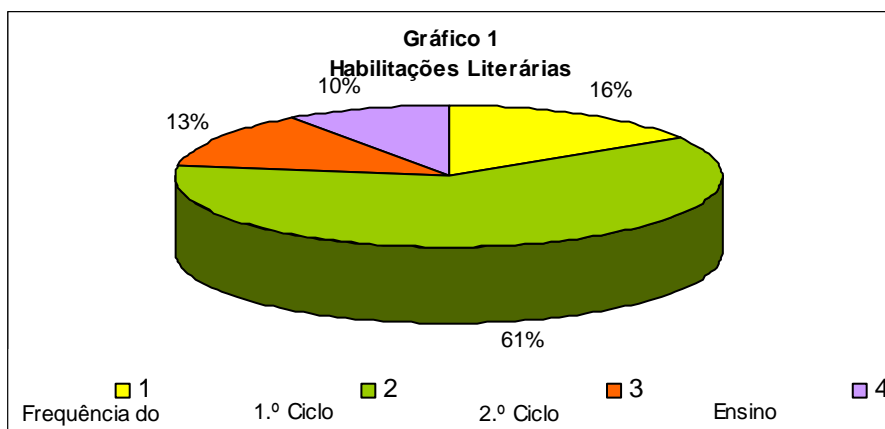
Por último, quando interrogamos os inquiridos sobre o actual estado da economia nacional, a grande maioria (88%) opta pela resposta mais pessimista: “Um autêntico desastre, nunca estivemos tão mal”.



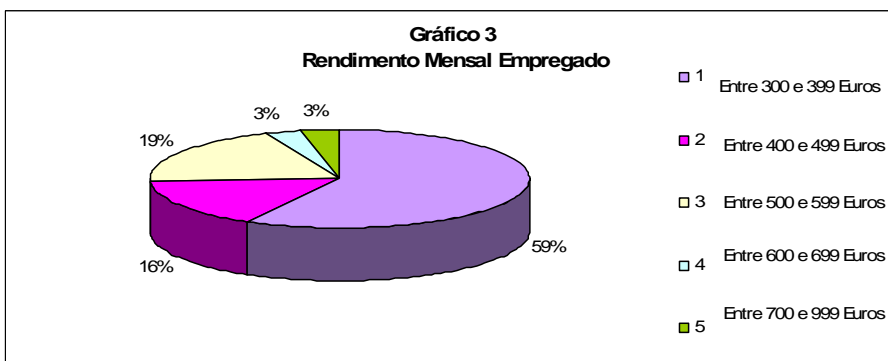
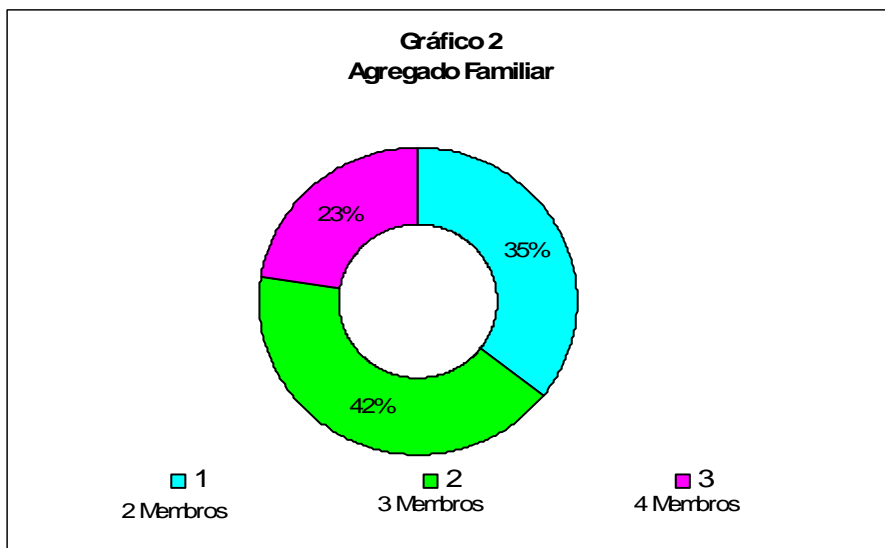
## A Realidade Presente Vista pelos Trabalhadores Desempregados

A visão da realidade do Têxtil na Cova da Beira nunca estaria completa sem a perspectiva dos desempregados, principais vítimas da actual crise dos têxteis. Assim, reunimos uma amostra aleatória de trabalhadores de várias empresas da nossa região, entre elas, Nova Penteação, António José Pereira Nina, Amândio Saraiva, Álvaro Paulo Rato.

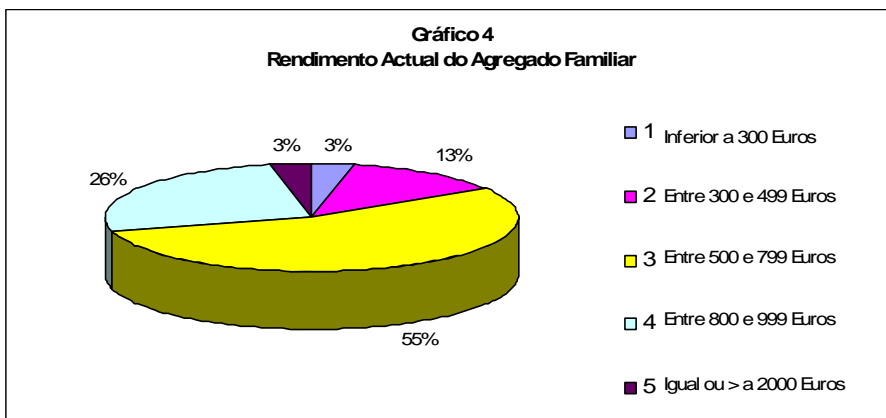
Com idades compreendidas entre os 28 e os 56 anos de idade, este grupo de 31 desempregados foi sujeito a um questionário que abordava questões de âmbito profissional e económico quanto à situação presente e futura. Em termos de Habilitações Literárias, os trabalhadores desempregados distribuíram-se da forma apresentada no Gráfico 1.



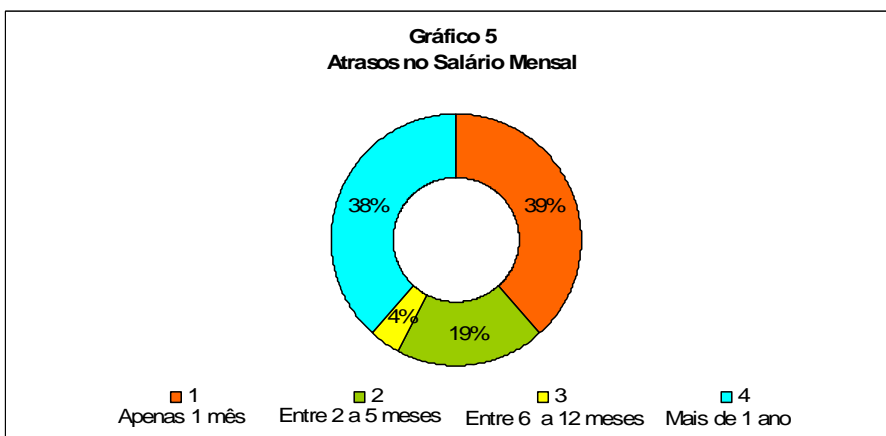
Quanto ao Agregado Familiar da nossa amostra, a distribuição mostra-nos que há uma diminuição em termo do número de filhos de cada agregado familiar quer pela diminuição do número de filhos por casal, quer pela idade destes trabalhadores, cujos filhos já não fazem parte do seu agregado familiar.



Tendo em conta os rendimentos dos trabalhadores desempregados inquiridos quando ainda estavam empregados, podemos verificar que a maior parte (59%) auferia um salário próximo ao Salário Mínimo Nacional. Assim, tendo em conta esta perspectiva, podemos contemplar com mais atenção o efeito que o desemprego destes trabalhadores teve no Rendimento Global do Agregado Familiar (Gráfico 4), pois 55% destas famílias vive com um rendimento entre 500 e 799 Euros, o que constitui um cenário bastante difícil tendo em conta o estado actual da economia portuguesa.

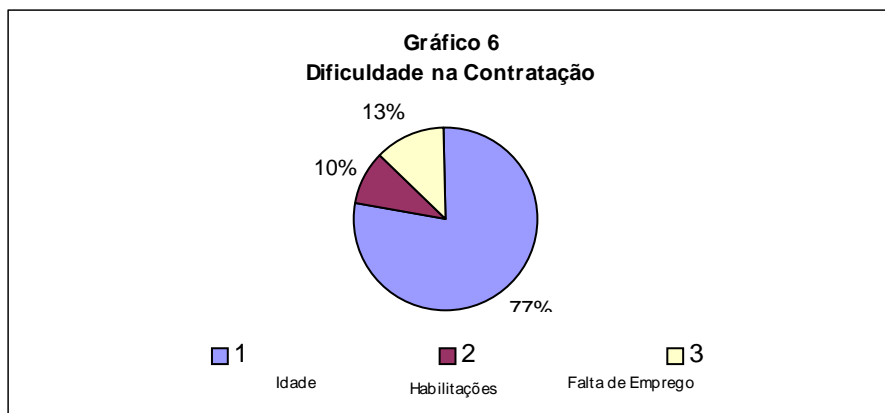


Quanto ao percurso que levou estes trabalhadores agora desempregados ao desemprego, as condições assemelham-se pois, 80,8% teve salários em atraso. Este atraso distribui-se da seguinte forma.

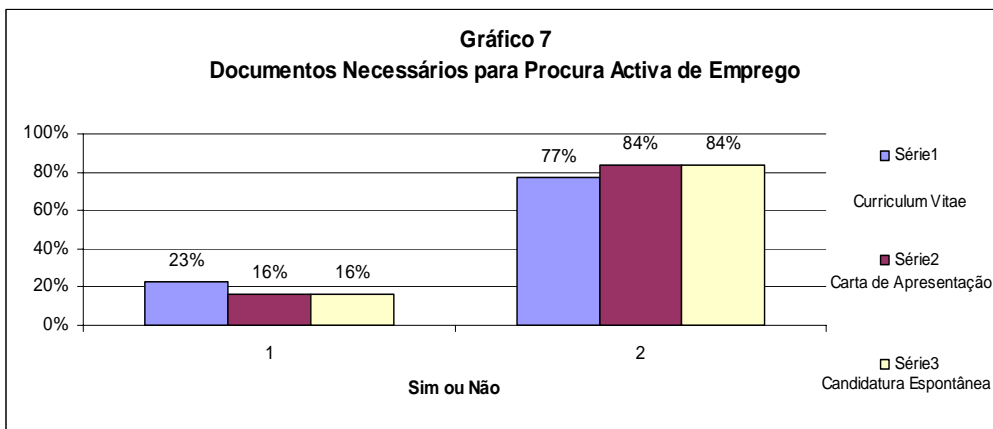


Quanto às indemnizações, esta amostra evidencia que esmagadoramente, 96,8% teve ou tem indemnizações em atraso e 74,2% viveu ou vive esta situação há mais de um ano.

Quanto a sua situação actual, estes trabalhadores afirmaram que tomaram a iniciativa de procura de emprego (71%), contudo todos encontraram grandes dificuldades ao longo desse difícil percurso. Vários foram os factores que para isso contribuíram (Gráfico 6).



O Plano Pessoal de Emprego, enquanto novo procedimento obrigatório para todos os trabalhadores desempregados ainda não é conhecido entre todos, pois 64,5% admitiram que conheciam esta nova legislação enquanto que 35,5% admitiu que não tinha conhecimento da mesma. Deste modo, e tendo em conta o facto de todos estes trabalhadores desempregados estarem sujeitos à construção do seu Plano Pessoal de Emprego, questionámos os mesmos quanto a alguns documentos necessários à procura activa de emprego. Assim, chegámos aos resultados que apresentamos de seguida nos Gráficos 7 quanto à elaboração do Curriculum Vitae, de uma Carta de Apresentação e de uma Candidatura Espontânea.



Quanto às expectativas destes trabalhadores desempregados em relação ao seu futuro, as opiniões dividem-se:

- 22,6% pensa que vai ficar desempregado até ao final do Subsídio de Desemprego;
- 9,7 % considera que mesmo que seja chamado para trabalhar, não vai conseguir nada melhor: vai fazer sempre o mesmo tipo de trabalho e vai continuar a ganhar mal;
- 45,2% pensa que se for chamado para outra profissão, aproveita a oportunidade;
- 22,6% quer reformar-se, pois considera que já trabalhou muito e não quer fazer mais nada.

As expectativas dos inquiridos quanto ao futuro dos seus filhos são mais optimistas. Se não, vejamos:

- 58% gostava que os filhos tivessem a oportunidade de ir para a Universidade e vai fazer os possíveis para isso acontecer;
- 10% gostava que os filhos tivessem a oportunidade de ir para a Universidade mas, com o rendimento actual, isso será impossível de concretizar;
- 26% gostava que os filhos frequentassem o 12.º ano e tivessem um bom emprego;

- 6% tem poucas expectativas quanto ao futuro dos seus filhos e pensa que eles irão estudar pouco e começar a trabalhar o mais rápido possível para ajudar nas despesas da casa.

Quanto ao estado actual da economia portuguesa, os resultados foram muito esclarecedores, pois:

- 77% considera que estamos a viver um autêntico desastre e que nunca estivemos tão mal;
- 6% pensa que a situação não está fácil para os trabalhadores e empresários mas que já vivemos crises bem piores;
- 16% está optimista e pensa que vamos no bom caminho para nos tornarmos um dos países mais desenvolvidos da Europa.

As opiniões que esta amostragem nos transmite vêm ao encontro das análises e considerações que temos feito à situação do sector e da região e reforçam muito claramente as propostas e medidas que há muito vimos defendendo e que de forma sucinta abordamos ao longo de todo o trabalho.

Podem pois tecer-se teorias sobre o optimismo dos trabalhadores e em especial dos que se encontram sem emprego, podem até enaltecer-se as virtualidades das políticas económicas e de emprego em curso porém, essa visão idílica não se compagina com a realidade daqueles que no dia a dia lutam pela sua sobrevivência e pela afirmação da sua dignidade.

Do estudo que aqui concluímos poderão ser retiradas diversas relações, algumas delas relativas aos sucessivos períodos de crise que a indústria regional tem enfrentado. Entre as principais causas que o Sindicato considera responsáveis por estes mesmos períodos destacam-se, em primeiro lugar, a falta de investimento tecnológico no sector e os baixos salários auferidos pelos seus trabalhadores, às quais se associam os deficientes métodos de gestão aplicados e a falta de aposta em produtos de qualidade.

A perspectiva de futuro da indústria têxtil na Cova da Beira depende assim de vários factores, entre eles uma maior aposta no design, na qualidade, na rapidez dos prazos de entrega e na formação dos trabalhadores, factores considerados fundamentais na diferenciação e concorrência com outros mercados, onde os direitos sociais não existem.

Na nossa opinião, é inaceitável que a liberalização do comércio mundial se não baseie no respeito pelas condições de vida dos trabalhadores. Numa sociedade que se pretende mais justa e igualitária, a globalização deve funcionar essencialmente como proposta da gradual melhoria do respeito pelos direitos humanos. Entre eles inserem-se o direito a um trabalho digno, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho, à protecção contra o desemprego e a um salário igual por trabalho igual.

Ao estudo que aqui concluímos deseja-se que se sigam novos projectos que vão de encontro a estes direitos e, simultaneamente, às grandes apostas necessárias para o progresso da região. A criação de empreendimentos turísticos e a divulgação do património arquitectónico e natural constituem, sem dúvida, possibilidades de desenvolvimento económico e social para a Beira Interior.

No entanto, esperamos que a História relatada neste livro não passe a fazer apenas parte das memórias daqueles que dedicaram a sua vida a uma arte, sem nunca terem sido devidamente recompensados. A homenagem que aqui lhes prestamos não deve assumir um carácter saudosista. O objectivo é antes o de despertar consciências, e esperamos concretizá-lo brevemente.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AAVV (coordenação de Elisa Pinheiro); *III Jornadas de Arqueologia Industrial: A Indústria Têxtil Europeia – Os fios do Passado a Tecer o Futuro – Uma abordagem pluridisciplinar*; 12 a 14 de Novembro de 1998; Actas da Universidade da Beira Interior; Museu de Lanifícios; Covilhã; 2002
- AAVV; *VII Encontro de Professores de História – A Indústria e a História da Covilhã*; Zona Centro – Covilhã; 3 a 5 de Maio de 1989
- AAVV; *Reorganização da Indústria de Lanifícios e a Criação de Novas Indústrias na Cova da Beira*; Relatório apresentado pelo Sub-Grupo da Indústria do Grupo de Trabalho, nº6 – Cova da Beira; Presidência do Conselho; Comissão de Planeamento da Região Centro; Dezembro - 1973
- BOWLEY, Arthur; *Elements of Statistics*; P. S. King & Son, Ltd, Orchard House, Westminster; London; 1920
- BRAVO, R. Sierra; *Técnicas de Investigación Social – Ejercicios y Problemas*; Paraninfo; Madrid; 1976
- CASTRO, Ferreira de; *A Lã e a Neve*; Guimarães Editores; Lisboa; 1990
- COLE, Peter e MORGAN, Jerry L.; *Syntax and Semantics – Speech Acts (volume 3)*; Academic Press, Inc; San Diego – California; 1975
- DELGADO, Rui Nunes Proença; *No Centenário da Escola Industrial Campos Melo na Covilhã, 1884 – 1984; Estudos de História*; volume I; edição do autor; Covilhã; 1984
- DIAS, Luiz Fernando Carvalho; *História dos Lanifícios, volumes I, II e III*; (1750 – 1834); Lisboa; 1958
- DUARTE, F. R. et al; *Indústria Têxtil e do Vestuário em Portugal*; Direcção-Geral da Indústria Transformadora Ligeira; Ministério da Indústria e Energia; 1981
- ECO, Umberto; *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*; Editorial Presença; Barcarena; 1ª edição (1980); 11ª edição (2004)
- FERRANDO, Manuel García, e outros; *El Análisis de la Realidad Social – Métodos y Técnicas de Investigación*; Alianza Editorial; Madrid; 1986



- FESTINGER, L. e KATZ, D.; *Los Métodos de Investigación en las Ciencias Sociales*; Editorial Paidós; Buenos Aires; 1979
- GHIGLIONE, Rodolphe; “Encuestar”; in BLANCHET, Alain, e outros; *Técnicas de Investigación en Ciencias Sociales – Datos, Observación, Entrevista y Cuestionario*; Narcea, S. A. de Ediciones; Madrid; 1989
- GIL, Joana Lúcia Marques; *Indústria Têxtil na Covilhã: que futuro?*; trabalho de Planeamento Económico; (professor-orientador: Dr. Paulo Cerdeira Bento); Economia; Pólo das Ciências Sociais e Humanas; Universidade da Beira Interior; ano lectivo 1997- 98
- ISIDORO, Alcina, et al; *Do Foral à Covilhã do Século XII*; Edição Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã; Fundão; 1988
- MADUREIRA, Nuno Luís (coordenador); *História do Trabalho e das Ocupações; volume I - A indústria Têxtil*; Celta Editora; Oeiras; 2001
- MARTINS, Fernando António Meirinho e PEREIRA, Joaquim dos Santos; *A Indústria de Lanifícios da Covilhã – seu papel ao longo do século XVIII*; trabalho prático de História Contemporânea de Portugal (professor José Manuel Tengarrinha); Faculdade de Letras; Universidade Clássica de Lisboa; ano lectivo de 1974 – 1975
- MARTINS, Victor et al; *Indústria de Lanifícios em Portugal – Situação Actual e Evolução Recente*; Gabinete de Estudos e Planeamento; Ministério da Indústria e Tecnologia; 1976
- MARTINS, Victor et al; *Elementos para Análise da Situação das Indústrias Têxteis e do Vestuário em Portugal*; Direcção-Geral das Indústrias Têxteis e do Vestuário; Ministério da Indústria e Tecnologia; 1977
- MATOS, Margarida Mendes, et al; *História – 11º Ano, 1º Volume*; Texto Editora; Lisboa; 1996
- MÓNICA, Maria Filomena; *Artesãos e Operários – Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870 – 1934)*; Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Teses e Teorias 1; Lisboa; 1986
- MUCCHIELLI, Roger; *El Cuestionario en la Encuesta Psico-Social*; traduzido por Francisco Fontanals; Iberico Europea de Ediciones, S. A.; Madrid; 1974

- NEVES, José Acúrsio das; *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos*; Conhecer Portugal 2; Querco; Lisboa; 1983
- PAIS, Carla et al; *Motivação e Absentismo no Sector Têxtil – Estudo de Caso na Covilhã*; volume I; (professor – orientador Dr Luís Filipe Mergulhão); Unidade Científico-Pedagógica das Ciências Sociais e Humanas; Departamento de Sociologia e Comunicação Social; Universidade da Beira Interior; Covilhã; 2000
- PEREIRA, Esteves; *A Indústria Portuguesa – Subsídios para a sua História*; Biblioteca da Economia; Guimarães & C<sup>a</sup> Editores; 1979
- QUINTELA, Artur de Moura; *Subsídios para a Monographia da Covilhan*; Edição do autor; Covilhã; 1899
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van; *Manual de Investigação em Ciências Sociais*; Gradiva; Lisboa; 1998
- REIGADO, F. Marques e MATOS, António Fernandes (coordenação); *Beira Interior como Região de Fronteira: Actualidade e Perspectivas*; Actas do Seminário realizado a 30 e 31 de Outubro de 1988; Covilhã; Universidade da Beira Interior, publicação co-financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian; 1988
- REIS, A. do Carmo; *Atlas da História de Portugal*; Edições Asa; Porto; 1987
- SANTOS, José Mendes dos; *Breve História Cronológica da Covilhã*; composto e impresso nas oficinas gráficas do “Notícias da Covilhã”; edição do autor; Covilhã; 1994
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo; *História de Portugal (1640 – 1750), volume V, A Restauração e a Monarquia Absoluta*; Editorial Verbo; Lisboa; 1982
- SHOFF, Guido et al; *Política Industrial de Portugal e Indústria em Crise na C.E. – Estudo do Caso dos Têxteis e Vestuário*; Instituto Alemão de Desenvolvimento; Berlim; 1980
- SILVA, Catarina Sofia e ABREU, Nuno Miguel; *Formação Profissional Contínua e Desenvolvimento Regional: Estudo de Caso dos Lanifícios no Concelho da Covilhã*; Trabalho de Seminário (professor – orientador Dr. Nuno Miguel Augusto); Departamento de Sociologia e Comunicação Social; Universidade da Beira Interior; Covilhã; 2000

- SILVA, José Aires da; *História da Covilhã (1870 – 1970); Centenário da Cidade*; Edição do Autor; Covilhã; 1970
- SILVA, José Aires da; *História da Covilhã*; Edição do Autor (revista e aumentada); Covilhã; 1996
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da; *As Fábricas da Covilhã*; Bibliotheca das Fábricas; Associação Promotora da Indústria Fabril; Lisboa; 1863
- VAZ, Domingos M.; *Cidades Médias e Desenvolvimento – O Caso da Cidade da Covilhã*; Universidade da Beira Interior; Covilhã; 2004
- VISAUTA, B.; *Técnicas de Investigación Social – I: Recogida de Datos*; LCT-7; Promociones y Publicaciones Universitarias, S. A.; Barcelona; 1989



A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa vem aqui expressar o seu sincero agradecimento a quem contribuiu e tornou possível a publicação desta obra, nomeadamente:

Aos entrevistados que contribuíram com as suas histórias de vida para a realização desta obra

Às individualidades que com o seu contributo enriqueceram a obra apresentada, nomeadamente:

- Carvalho da Silva – Secretario Geral da CGTP
- Dr. Eugénio Rosa – Gabinete de Estudos da CGTP-IN
- Dr. Heitor Duarte – Sociólogo
- Eng. João Carvalho – Docente da Universidade da Beira Interior
- Dr. João Esgalhado – Vereador da Câmara Municipal da Covilhã

À autora que pelo seu desempenho e afinco na recolha e análise de informação permitiu a realização deste estudo

Ao POEFDS que com o seu financiamento permitiu a publicação desta obra

E a todos quanto contribuíram de alguma forma para a realização e publicação desta obra.

